



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E  
TERRITÓRIOS TRADICIONAIS-MESPT

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA AGOSTINHO

**RDS NASCENTES GERAIZEIRAS, ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA AO  
EUCALIPTO E À MINERAÇÃO: “ESSE TREM NÃO É DAQUI”**

BRASILIA – DF, 2023

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E  
TERRITÓRIOS TRADICIONAIS - MESPT

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA AGOSTINHO

**RDS NASCENTES GERAIZEIRAS, ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA AO  
EUCALIPTO E À MINERAÇÃO: “ESSE TREM NÃO É DAQUI”**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (PPG-PCTs) da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Mônica Celeida Rabelo Nogueira

Brasília – DF, 2023

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E  
TERRITÓRIOS TRADICIONAIS – MESPT

**RDS NASCENTES GERAIZEIRAS, ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA AO  
EUCALIPTO E À MINERAÇÃO:  
“Esse trem não é daqui”**

**MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA AGOSTINHO**

Dissertação de mestrado aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Mônica Celeida Rabelo Nogueira  
Presidente

João Roberto Correia  
Examinador externo (titular)

Isabel Cristina Barbosa de Brito  
Examinadora externa (titular)

Jonielson Ribeiro de Souza  
Convidado especial

Carlos Alexandre Plínio Barboza dos Santos  
Examinador interno (suplente)

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho à pequena Sofia, de 7 anos, que durante as minhas estadias em Brasília, na acolhida e aconchego junto a seus familiares, me divertia, gastando horas, diversificando penteados em meu cabelo. De repente, ela se colocava como uma professora “rígida e séria” com seu rostinho de “mestra severa” a me ensinar lições de matemática. Jamais esquecerei. Em meio a essa ternura e simplicidade, um dia se transformava numa hora... Era como estar ao lado dos meus netos Saulo e Samuel.

## AGRADECIMENTOS

Gratidão a Deus pela vida, pela sua presença expressa na preciosidade da natureza, pela coragem e proteção concedida àqueles que a defendem. A todos e todas que somaram forças nessa luta em defesa do Cerrado e das nascentes, em especial da nossa comunidade de Água Boa II onde os desafios foram imensos.

Gratidão a todas e todos os colaboradores com quem conversei, escutei seus relatos, desabafos, mensagens positivas e de esperança. Às vezes era difícil não emocionar. O Senhor Antônio (Curiango), José da Silva, Fabrícia, José Arnaldo, Senhor Paulo, Senhor Valdeci, Senhora Ângela Maria, Senhor Antônio Silva, Dona Adorfina e Josiele, Laurita e José Pardim, Senhor Joaquim, Neli, Davi, Aristides, Deli, Mauro (ex-gestor da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras - RDS/NG), os Agentes Temporários. Ao Senhor Oscar e Dona Teresinha, Isaurina, Neusita, Marinalva, Sizínia, Rosilene, Sirlene, Tio Tone, Tia Geralda, João Ribeiro, Eusa, Clarice e demais pessoas que encontrei durante a pesquisa.

Às minhas quatro filhas: Diana, Cleidiana, Luciêide e Évila Mírian que só me dão alegria e motivação nessa caminhada de lutas e de sonhos.

Ao meu esposo que, embora não compreendendo bem minhas escolhas, sempre dava um jeito de colaborar, indo comigo do campo à cidade onde eu pegava o ônibus para as viagens que fazia em cada módulo do curso e algumas vezes fazendo companhia no trabalho de campo.

Aos professores(as) doutores(as) do MESPT: Henyo Barretto, Juliana Rochet, Janaína Diniz, Cristiane Portela, Stéphanie Nasuti, Alessandro de Oliveira, Carlos Alexandre dos Santos, Sergio Sauer, Ludivine Eloy, Ana Tereza Reis, Anelise Rizzolo, Marcela Coelho, Sílvia Guimarães e demais convidados que deram o melhor de si em cada módulo.

À querida professora doutora Mônica Nogueira, pelo carinho, dedicação e paciência enquanto orientadora. Mas, além disso, uma companheira, uma irmã querida que me acolheu em sua casa, me compreendeu e apoiou todos os dias. Sua serenidade e amor fizeram com que o período do curso tornasse tão agradável quanto à sua bondade. Ao seu companheiro Carlos pelo cuidado, gentileza e sempre uma recepção admirável. Aquele cafezinho quente da hora! Só gratidão!!! Também Benjamin com sua sabedoria especial ensinando-me, a valorizar cada detalhe da vida.

Aos colegas, companheiros e companheiras da quinta turma do MESPT: Ytxahá, Ana Laíde, Veri, Érica (em especial), Márcia, Deyvson, Jeferson, Nilca, Maria Helena, Emerson Saw, Larangerá, Renan, Silvana, Didi e Isabel com os quais aprendi muito! Gratidão pela companhia.

Ao DGM Brasil, em parceria com o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais (CAA/NM) pela bolsa concedida, cujo recurso possibilitou a minha permanência no curso sem dificuldade. Mas não só isso, com os equipamentos adquiridos como computador, internet continuarei usufruindo desse benefício em outras atividades posteriores ao curso e em benefício das comunidades Geraizeiras da RDS/NG.

A todos os povos e comunidades tradicionais do Brasil, movimentos sociais, pesquisadores e pesquisadoras, antropólogos e antropólogas, mestres dos saberes ancestrais que dedicam esforços em prol da justiça socioambiental, apontando os caminhos do bem-viver.

À minha família maior, meu pai (em memória), minha mãe, irmãos e irmãs, por uma história de vida construída no regaço acolhedor da roça e do mato, onde éramos envolvidos por uma riqueza de bons valores cujos reflexos clareiam cada passo que dou no dia a dia. O MESPT levou-me a refletir e recordar as lições aprendidas nessa primeira escola singular tão maravilhosa!

Esse foi um presente que recebi das mãos do senhor Oscarino, Caatingueiro de Porteirinha-MG, companheiro das lutas camponesas no Norte de Minas Gerais. Um poeta de admirar, que traduz em versos a história da agricultura por aqui.

Companheiros de caminhada, uma história eu vou contar. Daqui do Norte de Minas, vocês vão acompanhar. Como era nossa terra e os costumes do lugar.

Era terra de cultura, também de muito valor. Só vivia nesta terra, homem sério, trabalhador. Não pensava que um dia, viesse sofrer tanta dor.

Tinha nas Caatingas e Cerrado, frutas pra gente comer, umbu, cagaita e pequi, e muitos que podia ver. Alimentavam as pessoas, e dava pros bichos viver.

Em nossos rios havia peixes de todos os jeitos. Traíra, Matrinhão e Dourados. Assim como Deus tinha feito. Pescadores alimentavam as famílias, mas, por eles tinha respeito.

As árvores de nossa terra eram de se encantar, Cedro, Tamburil, Imburana. Pau D'arco, Canafistola e Jatobá. Somente por necessidade podia se derrubar.

Por isso vivia o povo, respirando o ar puro. Não tinha poluição, o tempo era seguro. Chovia na época certa. Não havendo tempo duro.

Chegou em nossa região, um tal “desenvolvimento”. Vindo lá do estrangeiro, trazido por um grupo de gente. Que vivia só explorando, e não falava claramente.

Dizia que aqui, tava esquecido e atrasado. O povo era preguiçoso. Simples e mal-educado. Que em nosso país precisava, de homens mais avançados.

Derrubando nossas matas, e também Cerrados. Até nas margens dos rios, eles faziam roçados. Transformando tudo em carvão, com fornos pra todo lado.

Chegaram em nossas cidades, empresas para atender, os homens que precisavam plantar suas roças e colher. As lavouras que os pobres plantavam, os técnicos precisavam ver.

Para essa tal de lavoura, tinha até financiamento. O pequeno ia ao banco, fazer seu cadastramento, para receber o dinheiro, e tocar o progresso pra frente.

Contratavam os diaristas, para fazer todas as limpezas. Para derrubar as árvores, destruindo a natureza. Visando só em seus bolsos, para ter grandes riquezas.

Tombava a terra era com trator! Matando a sementeira. Fazendo do solo fértil, uma grande impureza. Compactando o terreno, virando tudo poeira

Para colher um bom produto, precisava um bom cuidado. Batendo veneno forte, toda semana, marcado. Não sabendo que o seu sangue, ficava intoxicado.

Com esses tipos de coisas, o nosso povo perdeu. Nossa cultura e costume, e nada se resolveu. Com esse “desenvolvimento”, muito companheiro morreu.

*Oscarino Aguiar Cordeiro*

## RESUMO

As comunidades tradicionais Geraizeiras do Norte de Minas Gerais foram brutalmente atingidas e expropriadas em seus territórios, desde a expansão do monocultivo de eucalipto e dos projetos de mineração. Diante das perdas socioculturais e ambientais, muitas ações foram empreendidas para reverter esse quadro. A criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Nascentes Geraizeiras, focalizada neste estudo, fruto de uma luta desafiadora que durou mais de doze anos, foi o recurso utilizado pelas comunidades Geraizeiras para contrapor a um modelo de “desenvolvimento” excludente, incompatível com o seu modo de vida, antagônico à sua cultura e sustentabilidade. Esta dissertação tem o objetivo de registrar e analisar as comunidades Geraizeiras envolvidas no processo de criação da RDS, tendo como ponto de partida o que eu conheço e o que vivenciei em reuniões, como membro de uma delas, mas também o registro de conversas informais, entrevistas, observação participativa, análise documental e revisão bibliográfica, atividades que foram realizadas entre os anos de 2021 a 2023. Trata-se de uma pesquisa colaborativa, *desde dentro*, porque realizada por mim e outros membros das comunidades envolvidas na criação da RDS, ao modo de uma *escrevivência* sob a inspiração de Conceição Evaristo. Construimos juntos uma linha do tempo, partindo do período anterior à criação da Unidade de Conservação (UC), descrevendo o conflito socioambiental que instaurou a luta, bem como as iniciativas e perspectivas que as orientaram na criação e implementação da RDS. Concluimos que, após a expropriação territorial sofrida em décadas passadas, hoje nossas famílias Geraizeiras se sentem seguras, pois percebem a normalidade voltando pouco a pouco no território. Nesse contexto, tem sido importante contar com o aparato do Estado para construir alternativas de futuro no território e para impedir a reincidência de projetos econômicos hegemônicos e maléficos sobre ele.

**Palavras-chave:** Geraizeiros; Povos e comunidades tradicionais; Territórios tradicionais; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Cerrado.



## **ABSTRACT**

The traditional *Geraizeiras* communities in the North of Minas Gerais were brutally affected and expropriated in their territories, since the expansion of eucalyptus monoculture and mining projects on the *Gerais-chapada* (higher and flatter areas in the *Cerrado*). Faced with sociocultural and environmental losses, many actions have been built to reverse this situation. The creation of the *Nascentes Geraizeiras* Sustainable Development Reserve (RDS), focused on in this study, the result of a challenging struggle that lasted over twelve years, was the resource used by the *Geraizeiras* communities to counteract the effects of an excluding, incompatible “development” model with its way of life, antagonistic to its culture and sustainability. This dissertation aims to record and analyze the performance of the *Geraizeiras* communities in the process of creating the RDS, taking as a starting point what I know and experienced in meetings, as a member of one of them, but also the record of informal conversations, interviews, participatory observation, document analysis and bibliographic review, activities that were carried out between the years 2021 and 2023. It is a collaborative research, *from inside*, because was carried out by me and other members of the communities involved in the creation of the RDS, in the form of a *escrevivência* (write of lived) under the inspiration from Conceição Evaristo. Together we built a timeline, starting from the period prior to the creation of the Conservation Unit (UC), describing the socio-environmental conflict that initiated the struggle, as well as the different initiatives and perspectives that guided it in the beneficiaries of this creation and implementation of the RDS. We conclude that, after the territorial expropriation suffered in past decades, today our *Geraizeiras* families feel safe, as they perceive normality returning little by little in the territory. In this context, it has been important to rely on the State apparatus to build alternatives for the future in the territory and to prevent the recurrence of hegemonic and harmful economic projects on it. We hope that our *escrevivência* can produce reflections and inspire other initiatives in favor of socio-environmental well-being.

**Keywords:** Geraizeiros; Traditional peoples and communities; Traditional territories; Sustainable Development Reserve; Cerrado.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do território Alto Rio Pardo, com destaque para os municípios de abrangência da RDS/NG. ....	26
Figura 2 - Mapa da RDS/NG, com os limites dos municípios de abrangência. ....	27
Figura 3 - Mapa da distribuição dos eucaliptais nos municípios de abrangência da RDS/NG.....	28
Figura 4 - Atividade de campo no mutirão de restauração do Cerrado na comunidade Brejos, Montezuma - MG.....	33
Figura 5 - A autora em mutirão de restauração do Cerrado na comunidade Brejos, Montezuma - MG.....	33
Figura 6 - Visita à comunidade de Roça do Mato, na igreja local, para apresentar a proposta de pesquisa. ....	35
Figura 7 - Roda de conversa com moradores da comunidade Água Boa II, Rio Pardo de Minas - MG. ....	36
Figura 8 - As crianças apresentando o desenho aos demais participantes da roda de conversa. ....	37
Figura 9 - A autora ouvindo e gravando as falas de Sirlene e Neusita, mulheres da comunidade de Água Boa II. ....	37
Figura 10 - A autora ouvindo o grupo de coletores de sementes em Roça do Mato, Montezuma – MG.....	40
Figura 11 – Autora entrevistando o Senhor Paulo da comunidade Roça do Mato, Montezuma – MG.....	40
Figura 12 - A autora acompanhando grupo de coletores de sementes em visita à comunidade Vargem da Salina - MG. ....	41
Figura 13 - A autora participa da coleta de sementes de lobeira, espécie nativa do Cerrado, em Vargem da Salina, Montezuma - MG. ....	42
Figura 14 - A autora entrevista o Senhor Antônio, popularmente conhecido como Curiango, em Vargem da Salina, Montezuma – MG. ....	42
Figura 15 - O Senhor Antônio mostra a área em processo de restauração ecológica na RDS/NG.....	43
Figura 16 - Vista da chapada do Areião. ....	57
Figura 17 - Primeira manifestação em defesa do Areião, ano 2002.....	61
Figura 18 - Dois tratores em chapada próxima à comunidade de Água Boa II, em agosto de 2011. ....	63
Figura 19 - Grupo de moradores da comunidade de Água Boa II para dois tratores, em agosto de 2011.....	63
Figura 20 - Manifestação de moradores do Vale do Guará pela criação da RESEX do Areião e Vale do Guará. ....	65
Figura 21 -Manifestação de moradores de Catanduva pela criação da RESEX do Areião e Vale do Guará. ....	65

Figura 22 - Linha do tempo (1970 - 2013) construída em reunião do Conselho Deliberativo da RDS/NG, na comunidade de Mandacaru, Montezuma - MG.....	67
Figura 24 - Comunidade de Roça do Mato expulsa suposto dono de área de recarga da nascente do córrego Roça do Mato, no ano 2010.....	69
Figura 25 - Mapa de parte do território do Alto Rio Pardo, com pontos marcados para pesquisa minerária. ....	70
Figura 26 - Licença concedida ao empresário pelo COPAM, para construção de tanques de captação de água de chuva em área de nascente e nas margens do córrego de Sant'Ana, 2013.....	72
Figura 27 - Comunitários param máquina e aguardam a presença da polícia. ....	73
Figura 28 - Comunitários olham estarecidos os estragos numa área de proteção permanente da cabeceira de Sant'Ana. ....	73
Figura 29 - Polícia Militar é acionada no empate da cabeceira Sant'Ana. ....	74
Figura 30 - Marcha Geraizeira, saindo da Catedral de Brasília em direção ao Ministério do Meio Ambiente. ....	77
Figura 31 - Greve de sede e de fome na Praça dos Três Poderes. ....	77
Figura 32 - Confraternização da Pastoral da Criança, comunidade de Água Boa II, 2007. ....	87
Figura 33 - Geraizeiros subindo em romaria rumo ao Areião. ....	94
Figura 34 - Romaria do Areião, depois de construído o pequeno santuário. ....	95
Figura 35 - Mapa da RDS/NG com nomes das comunidades. ....	102
Figura 36 - Casal mostrando uma prensa. ....	106
Figura 37 - Artesã produzindo peças com argila. ....	107
Figura 38 - Artesãs produzindo chapéus. ....	107
Figura 39 - Roça de quintal. ....	108
Figura 40 - Agricultor extrativista chega com o pequi coletado. ....	108
Figura 41 - Extraíndo o óleo de pequi. ....	109
Figura 42 - Horta de Dona Anita, Água Boa II. ....	109
Figura 43 - Senhora Nely, colhendo amendoim no assentamento Vale do Guará. ....	110
Figura 44 - Senhor Oscar, fazendo a ordenha ....	111
Figura 45 - Produção de polpa de frutas na cooperativa, Água Boa II.....	111
Figura 46 - Pequena barragem de contenção de enxurradas construídas na área da RDS/NG.....	113
Figura 47 - Fruto do pequi. ....	117
Figura 48 - Despolpa do pequi cozido.....	117
Figura 49 - Despolpa pronta. ....	118
Figura 50 - Polpa congelada do pequi. ....	118

## **LISTA DE TABELA**

Tabela 1 - Informações socioeconômicas dos municípios de abrangência da RDS Nascentes Geraizeiras.....	28
Tabela 2 - Linha do tempo (1970 - 2013) construída em reunião do Conselho Deliberativo da RDS/NG, na comunidade de Mandacaru, Montezuma – MG .....	67

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASA - Articulação do Semiárido  
CAA/NM - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais  
CEAS - Centro de Estudos e Ação Social  
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base  
CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável  
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos  
COOCREARP - Cooperativa de Agricultores, Coletores e Restauradores Agroextrativistas do Alto Rio Pardo  
COOPAAB - Cooperativa de Agricultores Familiares Agroextrativistas de Água Boa II,  
COPAM - Conselho Estadual de Política Ambiental  
CPT - Comissão Pastoral da Terra, Comissão Pastoral da Terra  
DAP - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
DGM - Dedicated Grant Mechanism  
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IEF - Instituto Estadual de Florestas  
ISPN - Instituto Sociedade População e Natureza  
LECampo - Licenciatura em Educação do Campo  
MAB - Movimento de Atingidos por Barragens  
MEC - Ministério da Educação  
MESPT - Mestrado Profissional junto a Povos e Territórios Tradicionais  
MMA - Ministério do Meio Ambiente  
MP - Ministério Público  
MPE - Ministério Público Estadual  
MPF - Ministério Público Federal  
MPM - Ministério Público Municipal  
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PAA - Programa de Aquisição de Alimento  
PGPMBio - Programa de Garantia dos Preços Mínimos Para Produtos da Biodiversidade  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPP-Ecos - Programa de Pequenos Projetos Ecosociais  
Projovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens  
PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
RESEX - Reserva Extrativista  
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SEX - Secretaria de Extrativismo  
SIDERSA - Siderurgia Santo Antônio  
SISBio - Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade  
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação  
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais  
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso  
UC - Unidade de Conservação  
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais  
UnB - Universidade de Brasília  
UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
Geraizeira que sou, meu lugar de fala .....	17
O que me levou a pesquisar novamente .....	23
Objetivos desta pesquisa.....	24
Localização da área de pesquisa.....	25
O percurso metodológico.....	29
Retomando o percurso metodológico do início.....	31
Um planejamento interditado .....	34
Qualificação: uma ponte no caminho .....	38
Dando continuidade ao trabalho de campo.....	39
Estudos anteriores, com quem dialogo .....	43
A escrita: um exercício desafiante do começo ao fim .....	46
Organização deste trabalho.....	47
CAPÍTULO 1 – IDENTIDADE E LUTA GERAIZEIRAS.....	49
1.1 O território tradicional sob ataque, o Movimento Geraizeiro se ergue .....	49
1.2 A chegada das firmas: Geraizeiros confusos, perspectiva enganosa.....	53
1.3 Uma batalha que durou mais de uma década .....	56
1.4 Construindo uma linha do tempo.....	59
1.4.1 Ano de 2011: Água Boa II, um novo empate .....	62
1.4.2 A luta em uma linha do tempo.....	66
1.4.3 Em Água Boa II, a luta continua .....	71
1.5 A força que rege a resistência Geraizeira .....	80
1.5.1 Com a CEBs, um novo jeito de viver a fé .....	80
1.5.2 Raízes da fé e cultura na comunidade de Água Boa II.....	80
1.6 A fé sustentando a resistência.....	86
1.6.1 Comunidades críticas e ativas na missão.....	86
1.6.2 A Romaria do Areião.....	92
CAPÍTULO 2 – A RDS NASCENTES GERAIZEIRAS E OS PROJETOS DE FUTURO DE SUAS COMUNIDADES .....	96
2.1 RDS Nascentes Geraizeiras, construindo uma nova história .....	96
2.3 Das comunidades da RDS/NG .....	102
2.4 Sistemas produtivos Geraizeiros .....	105
2.5 Ações que vêm sendo implementadas .....	112
2.6 Resiliência e produtividade .....	113
2.7 Cooperativas: um potencial em curso.....	115
2.8 Desafios, percepções e resultados .....	121

2.9 Anseio pelo Plano de Manejo da RDS/NG .....	124
2.10 “Todo mundo ficou grande com a força de Deus”: guerreiras(os) da terra.....	129
2.11 Uma análise sobre sistemas produtivos Geraizeiros e a eucaliptocultura .....	134
2.12 Da organicidade no território.....	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	137
REFERÊNCIAS .....	140
APÊNDICE 1 - TABELA DE PESSOAS OUVIDAS DURANTE A PESQUISA.....	144
ANEXO 1 – AUTORIZAÇÃO PARA ATIVIDADES COM FINALIDADE CIENTÍFICA .....	146



## INTRODUÇÃO

### **Geraizeira que sou, meu lugar de fala**

Inicialmente trago um pouco de minhas vivências camponesas e inserção nas lutas na defesa do lugar em que vivo. Sou a sétima de 12 irmãos, geraizeira, pequena agricultora, guardiã de sementes da gente (crioulas), extrativista, militante em movimentos sociais e coordenadora de pastorais<sup>1</sup>. Sou filha de pequenos agricultores, meus pais, Serafim de Oliveira (*em memória*) e Leonora de Oliveira. Nasci e vivi até os 17 anos no distrito de Vargem Grande, atualmente município de Vargem Grande do Rio Pardo - MG até meus dezessete anos.

Da lida com a roça e interação com a natureza, aprendi com meus pais de tudo um pouco. A importância e o cuidado no cultivar a terra, o cuidado de guardar as sementes para as próximas plantações, o que me motivou a ser hoje uma guardiã de sementes crioulas<sup>2</sup>. Produzíamos quase tudo de que precisávamos para a manutenção da família. Íamos na cidade geralmente para comercializar as sobras da produção para comprar roupas, calçados ou alimento ou quando ocorria alguma situação de crise e nos faltava alguma coisa. Meu pai ensinou-me, cuidadosamente, tudo sobre roça e o viver bem no campo. Formação escolar para os filhos, na opinião dele, um pouco bastava. Meu pai foi um grande mestre em relação ao cuidado com a terra, com as sementes, com a biodiversidade, com a religiosidade, solidariedade e até mesmo com a escola. Foi dele a iniciativa de trazer escola para a comunidade de Buracos, onde morei até o ano de 1982. A escola que frequentei até a antiga terceira série primária<sup>3</sup>, era numa casa que meu pai cedeu para a professora morar, tendo ela ficado na comunidade com sua família por dez anos. As aulas aconteciam numa sala grande na própria casa que era antiga, aos modos da época – ano de 1971. Aulas bem aplicadas, tanta rigidez que às vezes aprendíamos

---

<sup>1</sup> Coletivos organizados de fiéis da Igreja Católica, que atuam sob a inspiração de Jesus Cristo em diferentes temáticas e contextos, como a Pastoral da Saúde, Pastoral da Criança, Comissão Pastoral da Terra, dentre outros.

<sup>2</sup> O termo “sementes crioula”, segundo Maronhas *et al.* (2021, p. 684), refere-se às diferentes partes reprodutivas de vegetais, como sementes, caules, rizomas e tubérculos. São assim chamadas porque foram selecionadas, cuidadas, melhoradas e preservadas por grupos humanos. Para as comunidades, essas sementes são sinônimo de alimentação saudável.

<sup>3</sup> O correspondente hoje ao 2º ano do Ensino Fundamental.

entre o esforço e o medo. O estudo era conciliado com as atividades da roça: metade do dia na escola, a outra metade nas plantações ou nos serviços de casa.

No cotidiano, plantar, coletar madeira, guardar as sementes e fazer as hortas. Era observado cuidadosamente cada ciclo da natureza, principalmente as fases da lua. Cada ciclo tinha uma relevância na produção, na qualidade, no rendimento e durabilidade, seja da madeira, dos grãos, da extração de óleos, na retirada da goma ou no ponto da rapadura. A gente fazia e aprendia com a família cada detalhe.

Da infância à juventude, só consegui estudar até a antiga quarta série primária<sup>4</sup>, sendo que em 1981, aos 17 anos, fui convidada a vir para a fazenda Água Boa, no município de Rio Pardo de Minas - MG, para atuar como professora leiga<sup>5</sup>. Desenvolvi esse trabalho durante dez anos. Foi uma experiência muito rica em que eu, que havia chegado na comunidade imaginando passar algum conhecimento, foi quem mais aprendeu com a diversidade de saberes, as particularidades culturais, as manifestações de fé e as relações com a natureza dos moradores dessa comunidade. Embora não fosse uma comunidade tão distante de onde eu morava, sua forma de viver era muito diferente daquilo que eu conhecia antes de estar com eles. Ser professora numa comunidade que até então sofria um abandono dessa política pública (para acesso à educação), era um tanto prazeroso e ao mesmo tanto desafiador. Mas a mim era desprendido um carinho, uma admiração muito grande. Tanto que resolvi permanecer e em 1983 me casei com um morador dessa comunidade, onde passei a morar definitivamente.

No decorrer de 14 anos, eu e o meu marido tivemos quatro filhas: Diana Cleide, Cleidiana, Lucieide e Évila Mírian. Como eu vinha de uma tradição religiosa baseada nos princípios das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)<sup>6</sup>, organizei os encontros de rezas

---

<sup>4</sup> O correspondente hoje ao 4º ano do Ensino Fundamental.

<sup>5</sup> Professora leiga primária é um termo utilizado para referir professores que atuavam no Ensino Primário, sem terem passado por uma formação específica prévia (SILVA, 2018). No meu caso, eu só tinha cursado a antiga quarta série primária. Atuei por dez anos na comunidade, devido à falta de professores com maior qualificação.

<sup>6</sup> As CEBs são comunidades cristãs que têm sua experiência de fé marcada por algumas características: a) convivência de pessoas que moram perto umas das outras, facilitando o relacionamento e o conhecimento das situações e sonhos de cada um; b) são Igreja (no sentido que se percebem como parte viva da Igreja) e se sustentam na Palavra (a Bíblia), na Eucaristia (rito cristão para lembrar a morte e a ressurreição de Jesus Cristo) e na Caridade. c) têm a Palavra de Deus como fonte inspiradora de vida, sob o lema Bíblia na vida e vida na Bíblia; d) experiência de vida assumida por leigos e leigas em sintonia com a caminhada da diocese, formando uma rede de comunidades que decidem e planejam juntas as atividades pastorais e sociais; e) comprometidas com o Projeto de Jesus Cristo: Defender e promover a vida; f) as Comunidades

e cultos aos domingos, pastorais e catequeses a partir do ano 1985, sempre numa lógica de unir fé e vida. Mas na comunidade já existiam outros eventos religiosos, como a reza do Terço Decorado uma prática ancestral entre as comunidades Geraizeiras, benzimentos, rezas quaresmais, juninas e natalinas, além das romarias para Bom Jesus da Lapa – BA nos meses de julho e setembro de cada ano. Ainda hoje as romarias ocorrem como forte expressão de fé. Embora esses costumes fossem bem estabelecidos entre as comunidades Geraizeiras, as movimentações das CEBs provocaram algumas transformações.

Sendo a cultura Geraizeira impregnada de religiosidade - com suas rezas de terço, pequenos e grandes rituais coletivos de festa de santos padroeiros e juninos, funções roceiras de dança, procissões rústicas, romarias, e uma moral profundamente cristã a embasar as relações entre homem e natureza – muitos foram os elementos de continuidade estabelecidas entre as CEBs e as manifestações do catolicismo popular vivenciadas pelos Geraizeiros (NOGUEIRA, 2017, p. 170).

Tendo a autora, Mônica Nogueira, trilhado pelos caminhos dos Gerais e convivido por meses com as comunidades do Norte de Minas Gerais, ela conseguiu descrever de modo muito autêntico o jeito Geraizeiro de sociabilidade no território. A Igreja Católica influenciou as comunidades com sua ação pastoral, formando consciências com seu método “ver, julgar e agir”. Minhas vivências comunitárias também foram sendo reformuladas com o tempo e sob a influência das CEBs.

Quando iniciamos a organização dos encontros dominicais na comunidade, logo o termo *fazenda* - que era tradicionalmente utilizado para denominar o lugar Água Boa - foi substituído por *comunidade*. O nome Água Boa II veio depois, quando a comunidade passou a se organizar formalmente, o que Correia (2005) afirma ter ocorrido após a criação de duas associações locais, devido à grande extensão geográfica e o número de famílias da comunidade original. Assim, as famílias se dividiram em duas comunidades: Água Boa I e Água Boa II.

---

Eclesiais de Base são espaços em que as pessoas experimentam uma nova maneira de se relacionar, de ler a Bíblia, de celebrar, de participar da vida social e política; g) descobrem seu papel social, buscam viver na igualdade e no respeito; h) formam uma nova consciência de que é juntos que irão construir uma sociedade sem dominação, sem exclusão; i) lutam por uma sociedade geradora de pessoas novas, livres, dinâmicas e conscientes; j) despertam tantos ministérios quantos sejam necessários para atender às necessidades pastorais, espirituais e sociais do povo de Deus; l) as CEBs procuram ser escolas da nova sociedade, em que o poder é coletivo, partilhado e democrático. Descrição disponível em: <https://cnbbs2.org.br/comunidades-ecclesiais-de-base-cebs/>. Acesso em: 13/05/2023.

A partir de 1995, a implantação da Pastoral da Criança<sup>7</sup> na comunidade de Água Boa II, inaugurou um momento forte de rever nossas formas de relacionamento com a terra, com a biodiversidade que estava meio enfraquecida, devido à influência das empresas plantadoras de eucalipto que chegaram na região, a partir dos anos 1970. Foi inevitável que as comunidades de modo geral se vissem afetadas em suas práticas tradicionais ante a presença e os efeitos ostensivos dos grandes plantios de eucalipto na região.

Na Pastoral da Criança, conheci o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA/NM<sup>8</sup>, que foi um marco forte de retomada identitária e do reencontro com as práticas tradicionais Geraizeiras em minha comunidade, Água Boa II. A aproximação com o CAA/NM foi um descortinar para nos posicionarmos diante do que estávamos perdendo nesse caminho atravessado por encruzilhadas do desenvolvimentismo obscurantista. A partir do ano de 1998, foram muitos seminários, encontros de formação, oficinas de agroecologia que me colocaram frente às potencialidades que tínhamos à nossa volta, como também perceber os contrastes, as injustiças sociais e ambientais que nos circundavam. Nesse ponto começam a surgir vários questionamentos sobre a realidade que nos limitava e excluía.

Coordenando a Pastoral da Criança, fui motivada a elaborar projetos alternativos com as mães, objetivando a erradicação da desnutrição que na época era uma situação agravante sobre as crianças. Inicialmente, organizadas em um grupo de seis famílias, conseguimos estruturar uma padaria comunitária para geração de renda e partilha dos produtos entre nós. Foi nesse contexto que iniciei uma proximidade maior com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Rio Pardo de Minas, do qual já fazia parte como associada, desde a sua criação. Caminhando junto ao CAA/NM

---

<sup>7</sup> Segundo o estatuto, a missão da Pastoral da Criança é “promover o desenvolvimento das crianças, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, do ventre materno aos seis anos, por meio de **orientações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania, fundamentadas na mística cristã que une fé e vida**, contribuindo para que suas famílias e comunidades realizem sua própria transformação” (grifos meus). Disponível em: <https://www.pastoraldacrianca.org.br/missao>. Acesso em: 02/01/2023.

<sup>8</sup> O Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM é uma organização de agricultores e agricultoras familiares do Norte de Minas Gerais, que tem como missão atuar para o desenvolvimento de propostas de uma sociedade solidária, justa e democrática, baseada nos princípios da agroecologia e da sustentabilidade. Disponível em: <https://caa.org.br>. Acesso em: 24/02/2023.

e com a Cooperativa Grande Sertão<sup>9</sup> fui me dando conta dos muitos desafios e de quais estratégias precisaria lançar mão para ajudar mais o nosso povo.

A partir de 2002, inicia-se o processo propriamente de defesa territorial, quando empresas plantadoras de eucalipto começam a adentrar nas chapadas próximas das nascentes e áreas de uso coletivo da comunidade de Água Boa II. No período, ingressei nos movimentos sociais, sendo o Movimento Geraizeiro Guardiã do Cerrado a bandeira de luta erguida pelos territórios e a água aqui nos Gerais. Na ocasião, as comunidades vizinhas já estavam sofrendo com os impactos da degradação do Cerrado, advindos da ação das empresas plantadoras de eucalipto, o que acendeu para nós o pisca alerta para não ficarmos omissos. A região do Alto Rio Pardo estava tomada de eucaliptais (DAYRELL, 1988; BRITO, 2013) e os rios e córregos morrendo um após o outro. Como coordenadora de pastoral e participante de movimentos em prol da justiça social, eu não tinha como me eximir da responsabilidade que a própria missão pastoral e comunitária impunha, especialmente frente aos riscos e perdas que nos afetavam e afetariam, no futuro, nossos filhos e netos.

É também parte importante da trajetória que me conduziu até a realização da presente pesquisa, o reencontro com a educação diferenciada, aos 45 anos de idade, quando ingressei na Educação de Jovens e Adultos – ProJovem Campo - Saberes da Terra<sup>10</sup> no ano 2009. Como não tive a oportunidade de cursar o Ensino Médio, lancei mão do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para ingressar na universidade, em 2013,

---

<sup>9</sup> A Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão (Cooperativa Grande Sertão) foi constituída em 2003 com a missão de congregar agricultores familiares e extrativistas do Norte de Minas. Ela busca beneficiar e comercializar diferentes produtos do semiárido e do Cerrado, que são desenvolvidos de acordo com os princípios agroecológicos. Além disso, as ações desenvolvidas visam a melhoria da qualidade de vida dos cooperados e consumidores em geral, assim como a conservação do meio ambiente. Disponível em: <https://cooperativagrandesertao.com.br>, Acesso em 24/02/2023.

<sup>10</sup> Segundo definição do Ministério da Educação (MEC), o ProJovem Campo - Saberes da Terra oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o Ensino Fundamental. O programa visa ampliar o acesso e a qualidade da educação a essa parcela da população historicamente excluída do processo educacional, respeitando as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtivas dos povos do campo. Implementado em 2005, a ação que se denominava Saberes da Terra integrou-se dois anos depois ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), cuja gestão é da Secretaria Nacional de Juventude, do MEC. O ProJovem possui outras três modalidades: Adolescente, Trabalhador e Urbano. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/projovem-campo--saberes-da-terra>. Acesso em 10/12/2022.

e cursar a Licenciatura em Educação do Campo (LECampo), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), curso que concluí em 2017.

Graças à Pedagogia da Alternância<sup>11</sup>, adotada pela UFMG, e ao apoio financeiro que recebi do Governo Federal para cobrir os gastos durante o curso pude realizar um sonho e ao mesmo tempo passar por um processo de transformação e encorajamento para a luta em defesa do território, que nesse período estava muito intensa. Sendo a LECampo um espaço intercultural e interepistêmico, houve muitas trocas com diversos saberes e outros segmentos de lutas representados na turma de estudantes, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), povos indígenas e quilombolas que compartilhavam dos mesmos desafios que nós, Geraizeiros. Ao fim do curso, desenvolvi o meu primeiro estudo sobre a participação de minha comunidade, Água Boa II, na luta e no processo de criação da RDS Nascentes Geraizeiras.

No Mestrado Profissional junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT) da Universidade de Brasília (UnB), em que ingressei em 2021, encontrei uma oportunidade ímpar para continuar o registro - agora de forma mais abrangente e densa -, de nossas lutas em defesa do território Geraizeiro. Como disse a minha colega de curso, Ana Laíde Barbosa, durante uma aula da disciplina Epistemologias Comparadas “o MESPT é essa oficina de construção coletiva intercultural e interepistêmica que nos fortalece enquanto povo tradicional”. O sentimento desta Geraizeira hoje é de muita alegria e compromisso. Sinto estar vivenciando um momento em que, após termos atingido o objetivo da criação da RDS Nascentes Geraizeiras, as tensões e conflitos territoriais diminuíram. No entanto, a minha responsabilidade hoje segue sendo grande, pois estou certa de que aqui não cheguei sozinha. SOU COMUNIDADE. Comigo trago um lugar, um povo, nossas histórias desafiadoras, nossas conquistas, iniciativas e perspectivas. Então o meu lugar de fala é também o da comunidade de Água Boa II e demais comunidades da RDS Nascentes Geraizeiras. Como a RDS, o lugar que hoje ocupo na universidade para contar a história que vem a seguir é um lugar conquistado, como parte de nossa estratégia de luta.

---

<sup>11</sup> Método de organização do ensino destinado a sujeitos do campo, que prevê a alternância de períodos de ensino-aprendizagem no ambiente escolar com períodos de ensino-aprendizagem no contexto próprio das comunidades rurais, em interação com atividades cotidianas, tomadas igualmente como atividades formativas.

## **O que me levou a pesquisar novamente**

No meio rural do Norte de Minas as comunidades Geraizeiras vivem há gerações, mas a partir da década de 1970, vimos nossos territórios serem tomados pelo eucalipto e em outros pontos pela mineração. Mas nossas comunidades não têm assistido a esse processo passivamente. Vimos desenvolvendo formas de resistência à expropriação e degradação de nossos territórios – inclusive e especialmente da água. A RDS Nascentes Geraizeiras é parte desse processo, tendo sido criada como resultado da auto-organização e luta das comunidades Geraizeiras: Água Boa II e outras 29 comunidades. A RDS/NG abrange os municípios de Rio Pardo de Minas, Vargem Grande do Rio Pardo e Montezuma, no estado de Minas Gerais. Como liderança Geraizeira, coordenadora de Comunidade Eclesial de Base-CEB, participei efetivamente desse processo desde as primeiras movimentações, que se iniciaram em 2002.

No ano de 2013, quando iniciei o curso de Licenciatura em Educação do Campo – LECampo, na UFMG, foi o período de luta mais acirrada, se comparado aos demais anos de luta pelo território e a água na região. Embora o processo de criação da RDS/NG estivesse na fase final de tramitação, não havia nenhuma resposta animadora sobre o andamento do processo para aliviar as tensões e a destruição do Cerrado que seguia vorazmente. Foi dentro dessas duas realidades que decidi investigar e descrever a experiência da comunidade Água Boa II. Assim, meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na LECampo discutiu os saberes e contribuições da comunidade de Água Boa II na conquista da criação da RDS/NG. Afinal, a luta em defesa das nascentes e de áreas remanescentes de vegetação nativa que estavam sob ameaças constantes se iniciou em Água Boa II. Mas a luta não foi só de minha comunidade. Outras comunidades vizinhas que estavam sendo impactadas com a falta d'água há anos e pela ocupação desordenada das empresas plantadoras de eucalipto sobre suas terras, também tiveram um papel fundamental para a ampliação do projeto de reordenamento territorial e fortalecimento da luta iniciada em Água Boa II e Riacho de Areia. A comunidade Água Boa II, onde moro, e Riacho de Areia são pertencentes ao município de Rio Pardo de Minas - MG.

Naquele momento, foi muito importante discutir as contribuições da comunidade Água Boa II na conquista da RDS/NG, porque tudo estava muito recente, estávamos tomados por sentimentos de angústia e de alívio ao mesmo tempo, tudo à flor da pele. Era urgente deixar registrado aquele momento de virada de um contexto para outro. Logo

após a defesa do TCC, publiquei um artigo intitulado “Nós sem Deus e sem Água não é nada”: saberes e conquista na criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras, na revista Cadernos CIMEAC, em 2018. Mas havia ainda em mim uma inquietação em relação às outras comunidades que se uniram à nossa luta e que também contribuíram na conquista desse nosso bem comum. Por isso, esta dissertação é a expressão de meu compromisso em dar continuidade nos registros da jornada coletiva pela RDS, de modo a alcançar os demais companheiros e companheiras de defesa territorial e das águas. É certo que já existem trabalhos de outros autores, discutindo de maneira mais geral sobre essa experiência Geraizeira, mas como pessoa pertencente ao lugar, e tendo vivenciado intensamente essa luta, me vi diante da oportunidade de aprofundar a compreensão sobre a resistência Geraizeira a partir desse caso. Reconheço, que essa escalada até chegar na universidade e ao nível de mestrado, não é mérito só meu, mas fruto do esforço e de um caminho traçado coletivamente. Desse modo, busquei contribuir para que outras vozes pudessem ecoar, alcançando outros territórios, outros mundos através de minha escrita, pois sei que nem todos os envolvidos em processos de defesa territorial terão a mesma oportunidade de fazê-lo.

Preciso dizer também que este trabalho carrega muita emoção, sentimento de valentia e gratidão, mas, ao mesmo tempo, carrega indignação por tudo que nós Geraizeiras e Geraizeiros tivemos que enfrentar para minimamente termos garantido um pouco de sossego em nosso território. A experiência vivida e sistematizada aqui remete ao que Bidima (2002, p. 3) afirma sobre a leitura que se deve fazer da filosofia africana. “Assim leremos a história da filosofia africana, não mais como uma história de vencidos do colonialismo, que demandam um reconhecimento de sua humanidade, mas como uma história de vencidos tornados vencedores de seu próprio campo”. Vencemos uma batalha que sabemos, de algum modo, não termina nunca! Mas, conseguimos ao menos colocar as rédeas numa tropa de interesses incomuns ao nosso mundo Geraizeiro.

### **Objetivos desta pesquisa**

Assim, esta dissertação relata os resultados da pesquisa colaborativa que realizamos entre os anos de 2021 e 2022, com o objetivo de descrever e analisar as estratégias de resistência das comunidades Geraizeiras até a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras (RDS/NG), suas iniciativas e perspectivas após essa conquista.



Diferentemente da pesquisa que realizei na graduação em Licenciatura do Campo, esta pesquisa abrangeu, além da comunidade de Água Boa II, as comunidades de Roça do Mato, Mandacaru, Vargem da Salina, Vale do Guará, Furna/Sítio Novo e São Bartolomeu.

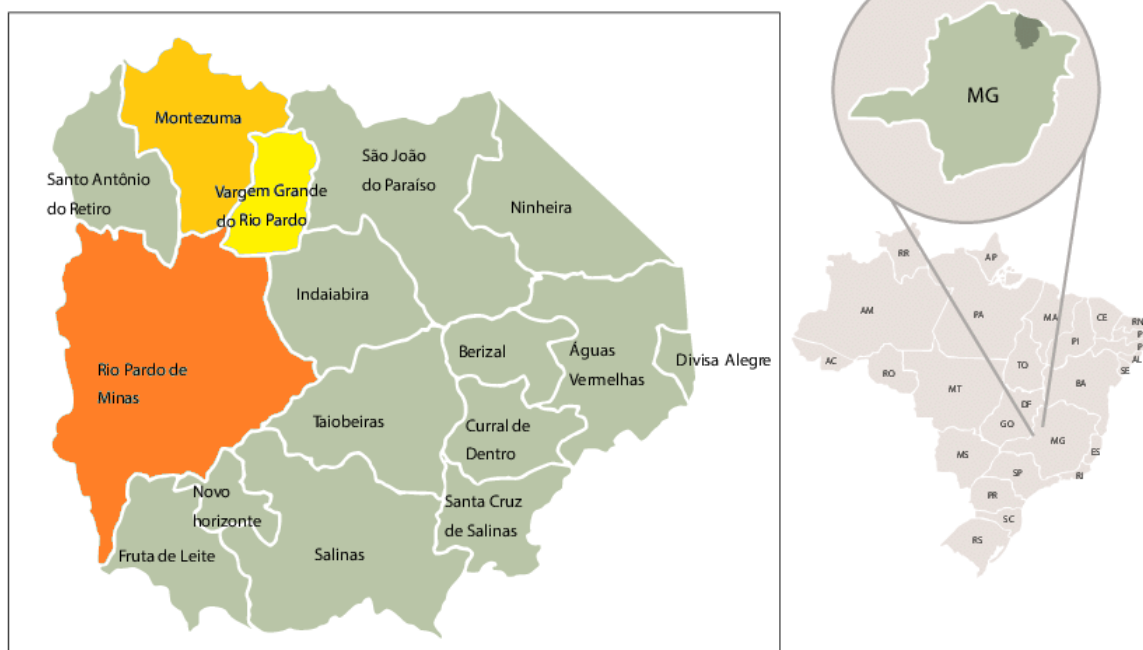
Foram objetivos específicos ainda: (a) identificar e caracterizar os fatores que geraram os conflitos socioambientais e territoriais entre comunidades Geraizeiras e empresários; (b) analisar como a fé e a união das comunidades contribuíram para a persistência na luta e a manutenção da serenidade em meio aos conflitos; (c) identificar e descrever os desafios, iniciativas, resultados e perspectivas das comunidades após a criação da UC.

### **Localização da área de pesquisa**

A área deste estudo é o território hoje reconquistado por comunidades geraizeiras, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras, que abrange parte dos municípios de Vargem Grande do Rio Pardo, Montezuma e Rio Pardo de Minas - MG. Esses municípios são três dos 15 (quinze) que compõem o território Alto Rio Pardo, como descrito por Mazzetto Silva (2007), no relatório de caracterização da área demandada para a criação da Unidade de Conservação (UC).

Os municípios, nos quais está inserida a área em questão, fazem parte da micro-região chamada de Alto Rio Pardo, pelo lugar que ocupam em relação à bacia hidrográfica deste rio. É uma região que se encontra no limite norte do estado de Minas Gerais, já, no caso de Montezuma, na divisa com o estado da Bahia. Essa denominação de Alto Rio Pardo se refere a como os municípios se identificam geograficamente em relação ao resto do norte de Minas, mas não é essa a denominação que o IBGE dá a essa região que se insere na chamada de micro-região de Salinas. (MAZZETTO SILVA, 2007, p. 5).

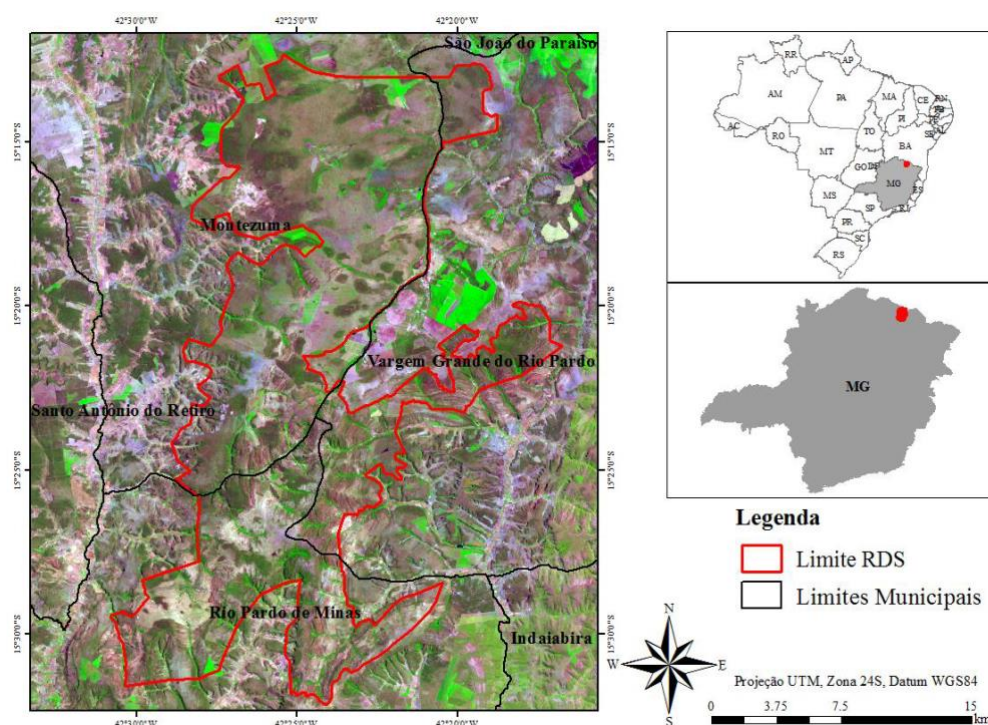
Figura 1 - Mapa do território Alto Rio Pardo, com destaque para os municípios de abrangência da RDS/NG.



Fonte: João Roberto Correia (2017). Marcação feita por Évila Mírian.

A seguir, o mapa da área de pesquisa, com os limites da RDS/NG, em que é possível localizar as áreas de cada município constitutivas da UC, bem como identificar o nome e a localidade de cada comunidade da RDS ou da zona de amortecimento.

Figura 2 - Mapa da RDS/NG, com os limites dos municípios de abrangência.

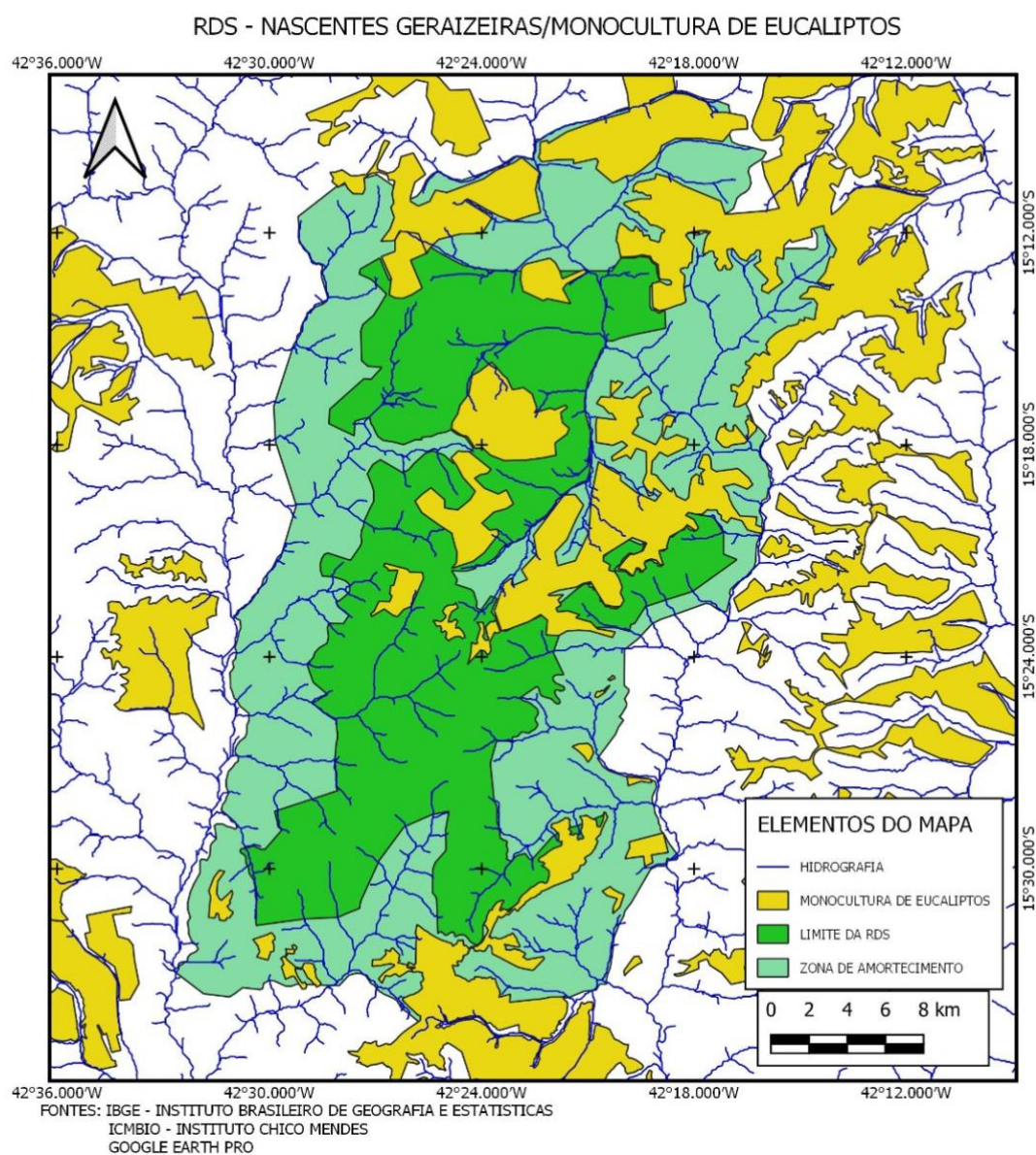


Fonte: Simone Mazer (2016).

A Figura 3 também mostra a distribuição dos eucaliptais na região onde a RDS/NG se localiza. Onde houve maior concentração desses plantios, as nascentes de rios e córregos desapareceram quase por completo. Segundo informações de moradores dessas regiões, o abastecimento de água era feito por caminhões pipas e poços artesianos. Nem mesmo nos tempos chuvosos, os córregos permaneciam com água por muito tempo. Embora esse mapa não apresente os plantios de eucalipto menores, que surgiram até o ano de 2019, é possível identificar a dimensão do problema, numa região de relevo montanhoso em que a parte plana, que são as chapadas, é considerada a caixa d'água que sustenta as veredas<sup>12</sup> onde vivem as comunidades. Desde o ano de 2011, novos plantios de eucalipto foram tomando espaços no entorno das comunidades. A partir de então, as comunidades começaram a agir e a impedir tratores de realizarem novos desmatamentos, conseguindo frear um avanço maior sobre áreas de recarga dos aquíferos locais.

<sup>12</sup> Veredas, na acepção dos Geraizeiros, são as áreas baixas onde se origina alguma vertente de água (nascente). Geralmente se localizam abaixo de uma chapada, cortada por córregos ou rio, sendo ladeadas de morros ou serras. Nos trechos mais amplos estão as moradias, as roças e os quintais. As áreas mais próximas às nascentes, que são estreitas, geralmente são áreas de vegetação mais densa (capões), que ajudam na manutenção dos aquíferos e asseguram a boa qualidade da água, como também servem de refúgio para os animais silvestres.

Figura 3 - Mapa da distribuição dos eucaliptais nos municípios de abrangência da RDS/NG.



Fonte: IBGE e ICMBio, (DE MELO, 2019, p. 9).

A tabela a seguir traz algumas informações acerca da área territorial de cada município de abrangência da RDS/NG, a população dos municípios - tanto na área urbana como da zona rural. Os dados foram levantados pelo IBGE, no ano de 2021. Os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foram levantados pelo IBGE no ano de 2010.

Tabela 1 - Informações socioeconômicas dos municípios de abrangência da RDS Nascentes Geraizeiras.

<b>Municípios/Dados</b>	<b>Vargem Grande do Rio Pardo</b>	<b>Montezuma</b>	<b>Rio Pardo de Minas</b>
População aproximada (em 2021)	5.045 habitantes	8.379 habitantes	31.171 habitantes
Área	491,512 km <sup>2</sup>	1.130,419 km <sup>2</sup>	3.117,675 km <sup>2</sup>
IDHM (em 2010)	0,634	0,587	0,624
Renda média urbana	361,09	459,83	447,83
Renda média rural	226,09	285,48	296,04
População urbana	51,2%	45,3%	40,2%
População rural	48%	58,7%	59,8%

Fonte: IBGE (2010; 2021), adaptado pela autora.

Os dados desta tabela informam que a região apresenta IDHMs médio. Porém, diante das propostas de “crescimento” e “desenvolvimento”, por meio da geração de emprego e renda, que supostamente seriam trazidos pelas empresas para a região, pode-se perceber que os resultados são insignificantes – especialmente tendo em vista os impactos ambientais e culturais negativos que atingiram as comunidades. O assalariamento temporário, ao invés de contribuir com a melhora de vida, propiciou a desconstrução dos sistemas produtivos das famílias, como veremos a seguir.

### **O percurso metodológico**

Já diz um ditado popular comum aqui nos gerais que: “É no andar da carroça que as abóboras vão se ajeitando”. Faço uso desse ditado para conduzir uma simples comparação dos passos dados nessa travessia enquanto Geraizeira-pesquisadora. No embalo das curvas desse caminho (tema proposto, disciplinas, textos indicados ao longo do curso de mestrado), dos movimentos que se faz em cada encontro de orientação e ao atravessar uma ponte (a qualificação, a defesa), tentando desviar de alguns buracos (a hegemonia academicista, lacunas de conhecimento etc.), nas descidas e subidas da/com (área, campo, interlocutores de pesquisa) na escuta atenta, é que a metodologia da pesquisa foi sendo readequada. Sem descartar o que foi pensado e construído no projeto inicial.

Cassio Viana Hissa (2012), em seu texto Tu és a metodologia que usas, alargou o entendimento sobre as possibilidades para desenvolver a pesquisa no campo de nossas vivências. A insegurança e o medo diante da hegemonia academicista foram se transformando em ânimo para produzir e mostrar o diferente que nós pesquisadores/sujeitos podemos construir. O texto de Hissa (2012) foi conduzindo por outras trilhas metodológicas que facilitam o fazer do nosso jeito, com o que temos e podemos construir. Quando Hissa

defende que “O fazer alimenta o pensamento que mobiliza a arte de refazer diferente”, isso assegura que a despeito das regras metodológicas definidas para a realização de uma pesquisa, é possível inovar. Dá a entender também ser a pesquisa, não uma intervenção exploratória, mas que insere os sujeitos interlocutores como hastes que sustentam os mais sofisticados arranjos acadêmicos, não a partir de “descobertas”, mas de evidências, de vivências e práticas.

Realizar a pesquisa, embora eu tenha escolhido analisar e descrever um tema que faz parte de minha trajetória de vida, enquanto Geraizeira, envolvida nos movimentos e processos de defesa territorial, não posso dizer que foi uma tarefa tão simples, devido às condições para chegar em cada local. Porém, foi muito prazerosa. Considero ser mais um compromisso que emerge de nossa missão enquanto defensores do lugar em que vivemos.

A partir das disciplinas Fundamentos e Métodos de Pesquisa e Epistemologias Comparadas, os textos de Linda Smith (2007) e Tim Ingold (2015) apontam que a pesquisa não se trata somente de conteúdos e resultados, que se mede pelo conhecimento linear, mas sim, que é feita de processos e aprendizagens. Maturana (2001, p. 47) chama a atenção ao dizer que, “O social é uma dinâmica de relações humanas que se funda na aceitação mútua. Se não há aceitação do outro, e se não há espaço de abertura para que o outro exista junto de si, não há fenômeno social”. Esse modo de entrelaçar saberes vem sendo construído a partir da abertura das universidades para os povos tradicionais, que buscam se contrapor ao sistema epistêmico hegemônico, dando outro sentido à produção do conhecimento.

Vejamos esse exemplo nos caminhos metodológicos desenvolvido por Cosme Rité, (2017, p. 14), quando ele diz: “A pesquisa é produção coletiva de todos que empenharam nesse projeto de sustentabilidade territorial. Homens e mulheres decidindo sobre os caminhos da pesquisa”. O autor, indígena Xavante, refere-se à pesquisa colaborativa que realizou *com seu povo*. Obviamente esse é o caminho que dá sentido ao conhecimento. Se olharmos do ponto de vista da ciência moderna elitista, este é um formato considerado fora dos seus parâmetros intolerantes, que Hissa (2012) tem questionado por ser pautado na interdição do diálogo com outros saberes e fazeres a ponto de desqualificá-los. Essa é uma característica marcante na história brasileira de um sistema que não está interessado em compartilhar os bens que são comuns, o direito ao conhecimento, à terra, à liberdade, à dignidade humana e a dos demais seres.



É seguindo nessa linha de reflexões, de análises críticas, me posicionando frente a alguns contextos, que este trabalho foi-se compondo. Não faria nenhum sentido chegar na universidade sendo povo e movimento que carrega consigo os estigmas de um sistema opressor, cruel, e ter que se ausentar de si mesmo, das histórias e das realidades vividas com/pelo nosso povo, e quando chegar a oportunidade de dar visibilidade a tudo isso, termos que nos encaixar nos padrões da epistemologia dominante.

Seguindo ainda as problematizações de Hissa (2012), “a pesquisa não é uma linha reta que liga um ponto a outro”, e em pesquisa, a “linha reta é curva”. Assim sendo, não há por que ficar preso em modelos que engessam o desenvolvimento de um trabalho cujo tema trata de contextos e perspectivas coletivas. Seria andar na contramão ao dissociar de nós mesmos a “metodologia que somos” Hissa (2012).

Pelo sistema do conhecimento linear, há um ponto que é *final*, mas é visível, aos olhos da sabedoria que vem da ancestralidade - basta analisar o que os povos indígenas já anunciaram com os acontecimentos atuais – que a cada ano que passa os sinais são mais evidentes de que a hegemonia científica não está levando a humanidade a lugar nenhum. E nesse sentido (MATURANA, 2001, p. 148), adverte que:

O caminho da ciência moderna não é o caminho da sabedoria no viver os mundos que nós seres humanos vivemos, ainda que não necessariamente o contradiga. O caminho da sabedoria, como caminho da compreensão, da prudência e da responsabilidade pelas consequências de nossas ações nos mundos que nós seres humanos criamos e vivemos, precisa ser especialmente cultivado, se é que desejamos que ele tenha alguma presença em nossas vidas.

#### *Retomando o percurso metodológico do início*

Para dar início a esta pesquisa, busquei reunir e estudar os referenciais teóricos com os quais dialogo e trabalhar no planejamento das atividades de campo, incluindo a participação em reuniões do Conselho Deliberativo da RDS/NG, em reuniões de comunidade e um mutirão, no período de fevereiro a outubro de 2021. Realizei também visitas às comunidades conversando e entrevistando moradores, participei em encontro com grupos de cooperativas, acompanhei a coleta de sementes na comunidade de Roça do Mato e Vargem da Salinas nos dias 09 e 10 de agosto de 2022. Realizei caminhadas para a observação da extensão da Unidade de Conservação e percepção dos vários pontos de vegetação diferenciada dentro do território, como também verifiquei no local-alguns avanços relacionados à conservação ou recuperação do Cerrado para comparar com os relatos dos meus interlocutores, por meio de visita em áreas de recuperação ambiental.

No início do ano de 2021, participei de reuniões do Conselho Deliberativo da RDS/NG, do qual sou conselheira suplente. Nesse momento, enquanto me apresentava fui colocando, de maneira informal e breve, a proposta de pesquisa que desenvolveria na área, contando com a participação de alguns dos presentes na reunião. Em seguida, dialoguei com a equipe do ICMBio, que faz a gestão da RDS/NG, cuja sede fica no município de Rio Pardo de Minas - MG. Algumas visitas ao escritório para solicitar apoio à pesquisa, apresentar autorização do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBio)<sup>13</sup> e acessar alguns documentos e informações junto à equipe. Sobre apoio de logística para as visitas nas comunidades mais distantes, percebi que algumas formalidades do órgão poderiam dificultar a agilidade do processo por isso optei por desenvolver as atividades com recursos próprios, sem insistir por essa via mais burocrática e assim aproveitar melhor o tempo.

No planejamento inicial eu havia pensado em escolher uma comunidade em cada município para realizar uma roda de conversa e, ao final, construir junto aos meus interlocutores um desenho cartográfico da área, destacando elementos simbólicos, religiosos e outros aspectos importantes que marcaram a luta e que são referenciais para as comunidades em cada município, para depois juntar cada parte numa só imagem. Mas, em consequência do avanço da pandemia, pouco recurso para essa logística, alguns recortes e adequações foram necessários, sem prejuízo para a construção do trabalho, nem para o levantamento de informações. Reorganizei atividades a fim de diminuir o número de pessoas e assim seguir com o necessário distanciamento social. Somente no início de 2023 foi possível realizar uma roda de conversa, na comunidade de Água Boa II, visitar a comunidade de Mandacaru em Montezuma, retornar ao Vale do Guará em Vargem Grande do Rio Pardo. Desta vez com apoio do ICMBio. Furnas e Sítio Novo no município de Vargem Grande do Rio Pardo foram as últimas comunidades em que desenvolvi o trabalho de campo por ocasião da reunião de planejamento para a construção do plano de manejo da RDS/NG.

Diante de um prazo bastante reduzido, utilizei do contato com lideranças via WhatsApp (serviço de mensagens eletrônica por celular), para a construção de algumas agendas como: participar de reuniões, encontros de igreja ou tirar dúvidas, dialogar com coordenadores de comunidades, presidentes de associações e cooperativas e membros do Conselho Deliberativo da RDS/NG. Dessa maneira, fui convidando pessoas a participarem

---

<sup>13</sup> Como a pesquisa foi realizada no interior de uma Unidade de Conservação, foi necessário solicitar a autorização prévia neste sistema. A autorização consta no Anexo 1 desta dissertação.



do trabalho, ouvindo e percebendo suas disposições e interesse em construir juntos. Numa dessas conversas, a Senhora Neli da comunidade Vale do Guará disse que era muito importante escrever um livro dessa história de luta para que ela não ficasse no esquecimento. Esse pedido fortaleceu o compromisso com o trabalho.

*Figura 4 - Atividade de campo no mutirão de restaurao do Cerrado na comunidade Brejos, Montezuma - MG*



Fonte: Arquivo da autora, fevereiro de 2021.

*Figura 5 - A autora em mutirão de restaurao do Cerrado na comunidade Brejos, Montezuma - MG*



Fonte: Arquivo da autora, fevereiro de 2021.

Por ser um campo aberto, mesmo em plena pandemia foi possível participar de atividades como a ilustrada acima, em 22 de fevereiro de 2021, quando alguns membros do Conselho Deliberativo da RDS/NG, a equipe gestora do ICMBio e o grupo de coletores/restauradores de sementes nativas, realizaram um mutirão de restauração em área degradada na comunidade Brejo, no município de Montezuma, área que fica dentro da UC.

#### *Um planejamento interdito*

Com a propagação da covid-19 na região, no decorrer de 2021, todas as atividades presenciais foram suspensas, não havendo mais a possibilidade de interação com as comunidades. Nesse período foi necessário suspender agendas já construídas com alguns interlocutores e dedicar mais atenção ao estudo bibliográfico, reforçar a comunicação em redes sociais e me dedicar às atividades das disciplinas que foram sendo ministradas de forma remota.

Aqui abro um parêntese para destacar algo muito importante. A pandemia provocou uma situação crítica, porque nem mesmo computador adequado e rede de internet eu tinha na área rural onde moro. Foi graças à parceria com o Centro de Agricultura Alternativa de Montes Claros – CAA/NM que há anos vem desenvolvendo projetos de apoio a povos e comunidades tradicionais com recursos do *Dedicated Grant Mechanism (DGM) Brasil* que pude seguir adiante. A parceria se materializou em seis meses de bolsa para custeio de despesas do curso e da pesquisa. Com a bolsa, pude me deslocar da minha comunidade para a cidade de Rio Pardo de Minas - MG, onde acessava sinal de internet para assistir as aulas síncronas e custear despesas como hospedagem, alimentação e transporte por vários dias. O recurso ainda contribuiu para que eu pudesse instalar uma rede de internet mais potente em minha residência na comunidade onde moro na zona rural, diminuindo assim a necessidade de deslocamento para a cidade, o que na ocasião estava sendo um risco à saúde por conta do avanço da pandemia de covid-19. Consegui quitar a compra de um computador, um celular, uma impressora e todos os materiais necessários para dar continuidade ao curso, assim como realizar encontros presenciais e atividades de campo quando isso se tornou possível.

Em 10 de outubro de 2021, foram retomadas algumas atividades de campo seguindo todos os protocolos exigidos pelas secretarias de saúde. Construí uma agenda via WhatsApp com uma liderança da comunidade de Roça do Mato em Montezuma-MG, onde realizei uma visita à comunidade, durante a celebração do culto dominical, na igreja local, cuja

padroeira é Nossa Senhora da Visitação. Foi um momento importante de proximidade com os moradores. José da Silva, liderança comunitária concedeu, um momento ao final da celebração para que eu pudesse fazer uma breve exposição da proposta de pesquisa à comunidade presente, visto que nem todos que estavam ali tinham conhecimento da razão de minha presença. A Figura 5, abaixo, mostra essa atividade na igreja da comunidade de Roça do Mato.

*Figura 6 - Visita à comunidade de Roça do Mato, na igreja local, para apresentar a proposta de pesquisa.*



Fonte: Lucieide Agostinho, outubro de 2021.

Nesse mesmo dia, consegui levantar uma lista com 13 pessoas indicadas para serem entrevistadas ao longo das atividades de campo nos municípios de Vargem Grande do Rio Pardo e Montezuma - MG. O município de Rio Pardo de Minas ficou por último, por ser o município da comunidade de Água Boa II onde resido. Em Rio Pardo foi possível realizar uma roda de conversa no dia 28 de janeiro de 2023. Inicialmente fiz um convite a cada pessoa que participou do processo de luta, defendendo as nascentes desde o início, e, num encontro de celebração religiosa, fiz um convite geral aberto a quem quisesse e pudesse participar.

O encontro se deu à noite para melhor atender os participantes e porque precisaríamos de um tempo maior para primeiro exibir alguns vídeos e fotos dos enfrentamentos que estavam guardados, que os participantes tinham o desejo de rever



para depois entrarmos na conversa. Foi um espaço de trocas e de muitas recordações. Em Água Boa II, sempre aparece crianças nas reuniões, aliás fiz questão de convidá-las para ouvir nossas conversas. Mas, como entretenimento, levei lápis de cor, pincéis e cartolina e numa sala à parte pedi para elas confeccionarem um desenho da comunidade. Elas desenharam todas as casas dos moradores da comunidade, colocaram os nomes de cada um dos moradores para identificação, e não esqueceram de colocar a igreja, a escola, o boteco e o campo de futebol. Depois vieram apresentar o desenho aos participantes. Por fim, procurei ouvir cada participante separadamente, para análise e sistematização.

*Figura 7 - Roda de conversa com moradores da comunidade Água Boa II, Rio Pardo de Minas - MG.*



Fonte: Cleidiana de Oliveira Agostinho, janeiro de 2023.

*Figura 8: crianças desenham as moradias, igreja e escola da comunidade Água Boa II.*



Foto: Cleidiana de Oliveira Agostinho.

*Figura 8 - As crianças apresentando o desenho aos demais participantes da roda de conversa.*



Fonte: Cleidiana de Oliveira Agostinho, janeiro de 2023.

*Figura 9 - A autora ouvindo e gravando as falas de Sirlene e Neusita, mulheres da comunidade de Água Boa II.*



Fonte: Cleidiana de O. Agostinho, janeiro de 2023.

Durante o trabalho de campo, foram realizadas algumas visitas ao escritório do ICMBio, para rever alguns documentos e fotos, bem como para obter informações sobre questões relacionadas às ações do órgão junto às comunidades ou para tirar algumas dúvidas que foram surgindo durante as visitas às comunidades. A análise documental e

em arquivo de mídia foi uma necessidade contínua, até o término da escrita desta dissertação.

Quanto ao apoio solicitado ao ICMBio, para deslocamento nos carros que fazem o acompanhamento na área de estudo, foi concedida uma viagem de retorno a uma das comunidades, já bem no final do trabalho de pesquisa. Na ocasião, aproveitei para conversar um pouco mais com alguns entrevistados, conseguindo chegar à comunidade de Mandacaru em Montezuma para ouvir mais duas pessoas, o senhor Oscar e a esposa Dona Teresinha, que são membros do Conselho Deliberativo da RDS/NG (ver no Apêndice 1, a lista de pessoas ouvidas nesta pesquisa).

#### *Qualificação: uma ponte no caminho*

A qualificação foi como atravessar uma ponte e começar a andar por outras possibilidades, reconstruindo e repensando o caminho metodológico, seja pelas contribuições da banca examinadora ou as reuniões de orientação. Alguns recortes e adequações foram uma tarefa constante. Rever o título, corrigir textos que não estavam coerentes com o contexto, focar no que realmente eu teria condições de realizar, sem prejuízo das informações e da escrita, correção ortográfica e pontuação, desenvolver um pouco mais a relação do tema com os referenciais teóricos, rever a metodologia e os métodos utilizados em diálogo com os aportes teóricos, conferir citações e rever algumas frases que não estavam compreensíveis, a inclusão de mapas para a localização da área de estudo, foram algumas das recomendações muito úteis para a reorganização do trabalho. A qualificação foi um momento/espço oportuno de escuta, de redobrar as atenções, ao mesmo tempo, muito motivador para seguir adiante.

A ampla área de estudo e a complexidade do tema escolhido tem me levado a refletir sobre a citação abaixo, que soa quase como um conselho.

[...] Como de costume, o sucesso só pode ser obtido através de uma aplicação sistemática e paciente de um determinado número de regras de bom senso e de princípios científicos bem definidos e não através de qualquer atalho miraculoso que leve aos resultados desejados sem esforços ou problemas. (MALINOWSKI, 1984, p. 21).

O autor pontua alguns aspectos que precisam ser considerados para se alcançar êxito e manter o ânimo em um trabalho acadêmico. Ainda que este seja realizado num espaço de/com trocas e vivências coletivas do nosso lugar, essas regras de bom senso e princípios científicos que o autor menciona são necessárias para o processo organizativo,

como também a perseverança diante dos desafios que a construção metodológica e o trabalho de campo exigem. Tudo contribui com o aprendizado, para além da escuta, da escrita ou da conclusão de um texto.

#### *Dando continuidade ao trabalho de campo*

No dia 9 de agosto de 2022, fiz meu primeiro caminho para entrevistar as pessoas que foram indicadas na visita à comunidade de Roça do Mato, em outubro de 2021. Nesse dia conversei e entrevistei o grupo de coletores de sementes que também são membros da Cooperativa de Agricultores, Coletores e Restauradores Agroextrativistas do Alto Rio Pardo - COOCREARP. Os integrantes desse grupo fizeram história, juntando-se a outras comunidades para defender as nascentes de rios e pela criação da RDS/NG. No mesmo dia visitei e entrevistei integrantes do grupo de coletores e restauradores do Cerrado, na comunidade de Roça do Mato, em Montezuma - MG. O grupo que, atualmente faz parte da Cooperativa de Coletores e Restauradores do Alto Rio Pardo (COOCREARP), atua em municípios do território Alto Rio Pardo, com a coleta de sementes nativas do Cerrado e ao mesmo tempo promove e organizam sistemas de restauração de áreas degradadas dentro e fora da RDS/NG. A coleta é realizada em grande parte dentro da RDS/NG, promovendo a multiplicação das espécies e contribuindo com a geração de renda para esses coletores. Vale ressaltar que o projeto Bem Diverso, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), contribuiu sobremaneira com oficinas, cursos e práticas de restauração que por conseguinte culminaram na criação da COOCREARP.



*Figura 10 - A autora ouvindo o grupo de coletores de sementes em Roça do Mato, Montezuma – MG.*



Fonte: Raissa Gabriela Santarém, agosto de 2022.

*Figura 11 – Autora entrevistando o Senhor Paulo da comunidade Roça do Mato, Montezuma – MG.*



Fonte: Fabrícia Santarém, agosto de 2022.



No dia 10 de agosto de 2022, o grupo de coletores foram coletar sementes de unha de gato e lobeira na comunidade de Vargem da Salina, onde mora o Senhor Antônio de Brito, mais popularmente conhecido como Antônio Curiango, que também é membro do grupo. Por ser muito distante, acompanhei-os. Enquanto participava da coleta, íamos conversando, ouvindo muitas histórias e observando a paisagem e percebendo diferentes vegetações dentro do mesmo território. A comunidade Vargem da Salina tem uma característica de Caatinga, por estar numa área de transição para o estado da Bahia. Foi surpreendente conhecer e compreender a extensão desse território com paisagens diversas. Ora se caminha por Cerrado, ora se caminha em carrascos, veredas e trechos de Mata Atlântica (TEIXEIRA, 2017). Nessa atividade de campo, visitei uma das áreas que está sendo restaurada pelo grupo de coletores e restauradores. Durante a conversa com o Senhor Antônio Curiango, foi difícil segurar a emoção diante de um depoimento enaltecedor da conquista da RDS/NG.

*Figura 12 - A autora acompanhando grupo de coletores de sementes em visita à comunidade Vargem da Salina - MG.*



*Figura 13 - A autora participa da coleta de sementes de lobeira, espécie nativa do Cerrado, em Vargem da Salina, Montezuma - MG.*



Fonte: Arquivo da autora, agosto de 2022.

*Figura 14 - A autora entrevista o Senhor Antônio, popularmente conhecido como Curiango, em Vargem da Salina, Montezuma – MG.*





Fonte: Fabrícia Santarém, agosto de 2022.

*Figura 15 - O Senhor Antônio mostra a área em processo de restauração ecológica na RDS/NG.*



Fonte: Arquivo da autora, agosto de 2022.

Nos deslocamentos, num trajeto de cerca de a 70 km até as comunidades foram ouvidas 19 pessoas com faixas etárias entre 25 e 82 anos de idade nas comunidades de Roça do Mato, São Bartolomeu, Brejos, Vargem da Salina e Mandacaru, no município de Montezuma – MG. No município de Vargem Grande do Rio Pardo foram ouvidos moradores de Vale do Guará, Furnas e Sítio Novo.

### **Estudos anteriores, com quem dialogo**

Estudos já realizados na região Norte de Minas Gerais que abordam o contexto de expropriação dos Geraizeiros, bem como outros que abordam temas relacionados a povos e comunidades tradicionais, conflitos territoriais no Brasil foram de grande relevância no tecer desta trama. Mas, o tema tratado aqui também permitiu a associação com temas como: sustentabilidade, cultura, bem-viver, práticas de cuidado, sustentabilidade e territorialidade, discutidos nas disciplinas do MESPT. Em cada leitura era um encontro

com personagens de sabedoria exemplar, das lutas em defesa do bem-viver como: Ailton Krenak, Antônio Bispo dos Santos, Davi Kopenawa e Alberto Acosta.

Por ter sido um referencial central na luta pela RDS Nascentes Geraizeiras, busquei incluir também textos bíblicos na tessitura desta dissertação, especialmente para a compreensão do quanto o Livro Sagrado foi um instrumento importante no passo a passo dessa conquista, atravessada pela associação entre, fé, luta, natureza e a territorialidade Geraizeira.

A seguir, destaco alguns referenciais teóricos que me deram suporte nesta construção de modo especial. *Relações entre o conhecimento de agricultores e de pedólogos sobre solos*, de João Roberto Correia (2005), é um dos títulos que guarda relação direta com esta dissertação. O autor desenvolveu sua tese de doutorado numa das áreas dentro do território onde realizei esta pesquisa. Mas não só. João Roberto Correia - mais conhecido nas comunidades como Seu João - também foi um parceiro que vivenciou e acompanhou várias mobilizações sociais e políticas das comunidades Geraizeiras. Como funcionário da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA Cerrados, Correia conduziu uma equipe ampla de pesquisadores incluindo aqueles da EMBRAPA Recursos Genéticos e Biotecnologia (CENARGEN), que contribuíram significativamente para o reconhecimento e a relevância que a área demandada para a criação da RDS/NG mantinha.

Correia (2005), durante suas atividades de campo na região, sobretudo na comunidade de Água Boa II, no município de Rio Pardo de Minas, tinha uma estreita relação com os agricultores e extrativistas dos frutos do Cerrado, com a cooperativa Grande Sertão e o Centro de Agricultura Alternativa (CAA/NM). Toda essa interação, fortaleceu uma iniciativa em curso na área de demanda para a criação da UC, que foi a criação da Cooperativa de Agricultores Familiares Agroextrativistas de Água Boa II (COOPAAB). Ainda, o autor dedicou esforços promovendo e potencializando a boa convivência com o Cerrado - o que historicamente já era uma prática estabelecida nas comunidades, mas naquele período estava muito fragmentada. Conseguiu promover intercâmbios, oficinas, cursos relacionados à produção de mudas nativas e implantação de viveiro junto à Rede de Sementes da Petrobrás, e cursos de culinária com aproveitamento dos frutos do Cerrado, ampliando o potencial de consumo e conservação

desses frutos. Seu João acompanhou de perto um período de transição das vivências tradicionais Geraizeiras, quando sofreram o processo de expropriação territorial.

Desse modo, João Roberto Correia, de pesquisador e funcionário da EMBRAPA, passa a ser um aliado, ou seja, uma pessoa que se vinculava aos anseios de moradores das comunidades, disposto a colaborar e dialogar com os órgãos públicos, com as demais organizações da sociedade civil, bem como sua residência em Brasília passou a ser um ponto de apoio para as lideranças comunitárias que iam ao Distrito Federal para discutir as defesas territoriais e o projeto de criação da RDS/NG em tramitação.

O trabalho de Mônica Nogueira, *Gerais a dentro a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais*, também é uma referência destacada na revisão bibliográfica para este estudo. A autora trilhou pelas veredas, planícies e vales nos Gerais norte mineiro, como também se debruçou incansavelmente sobre relatos de autores que a antecederam nesse exercício. Construiu uma linha do tempo, trazendo as raízes históricas dos processos de territorialização e do modo de vida Geraizeiro, a descrição da implantação de projetos desenvolvimentistas da década de 1970 na região e seus impactos, especialmente a expropriação territorial sofrida pelas comunidades.

Nogueira (2017), traz grande contribuição na construção deste trabalho de pesquisa, tanto das questões históricas regionais, quanto da territorialidade dos Geraizeiros do Alto Rio Pardo. Sua sensibilidade no trato com cada detalhe durante essa travessia pelos Gerais, ajudou a responder questões e no desenvolvimento dos métodos desta pesquisa. Embora seja uma antropóloga que veio de fora para estar, conviver e escutar o nosso povo, nos seus escritos se percebe quão profunda foi sua dedicação e esforço em dar visibilidade às lutas e estratégias dos Geraizeiros contra a hegemonia capitalista destrutiva. A autora abordou e fez uma interpretação bem sofisticada de cada categoria dos problemas mais marcantes na vida do povo Geraizeiro, como as questões da água, do território, da religiosidade e da expropriação territorial. Mônica também acompanhou de perto os desdobramentos, desde as mobilizações dos Geraizeiros pela retomada de seus territórios, como também, esteve ao lado dos Geraizeiros, apoiando-os na luta pela criação da RDS/NG, inclusive quando ocorreu a greve de sede e fome em Brasília no ano de 2014.

Os vários estudos desenvolvidos por Eduardo Mazzetto Silva, que cuidadosamente acompanhou os desfechos da expansão do agronegócio sobre o bioma Cerrado em Minas Gerais, trouxeram muitas contribuições para reforçar os dados empírico levantados nesta pesquisa. O autor teve um profundo conhecimento dos trâmites para a criação de UCs de uso sustentável no Cerrado, como também, via nas iniciativas do povo Geraizeiro um bom começo para frear o avanço indiscriminado sobre as terras ocupadas tradicionalmente e o caminho certo para solucionar os conflitos com frentes econômicas como a do monocultivo de eucalipto. Mazzetto Silva, acompanhou com preocupação cada história dos moradores aqui do Alto Rio Pardo, enquanto tentava construir essa ponte entre uma comunidade e outra, quando estas ainda estavam vivendo suas dificuldades de forma isolada.

Logo no início, quando o autor levantava as informações sobre as características da área que logo passaria ser área de demanda para a criação de uma UC, foi ele quem mapeou nascentes e comunidades existentes, enquanto ia delimitando os limites do território nos anos 2005 e 2006. A participação de Mazzetto Silva e Carlos Dayrell na construção do caderno do CEAS - Centro de Estudos e Ação Social entre abril a junho de 2006 foi fundamental nesse processo. No caderno, encontram-se artigos do autor com uma abordagem muito precisa dos impactos negativos do monocultivo do eucalipto e expansão do agronegócio sobre povos e comunidades tradicionais. Para além desses três referenciais que são base de apoio, outros trabalhos contribuíram na complementação da discussão e serão citados ao longo desta dissertação. Com o suporte imprescindível dos meus interlocutores que são testemunhas oculares dos temas tratados aqui, e tendo especial atenção às suas formas próprias de narrar as ocorrências, suas iniciativas e perspectivas Geraizeiras, a bibliografia pesquisada contribuiu para aprofundar a análise e na elaboração desta dissertação.

### **A escrita: um exercício desafiante do começo ao fim**

O saber, o conhecimento é um ato de compartilhar e, portanto, a escrita possibilita esse compartilhamento para além de nossas fronteiras locais, alcançam o mundo! Seja por quem escreve ou por aquele que se dispõe a participar colocando sua oralidade na escrita. Sendo assim, desde o primeiro instante em que pensamos estar nesse território acadêmico, a escrita começa a ser esse desafio que cresce a cada dia.

Em seu trabalho, *Olhar, ouvir, escrever* do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira traz uma reflexão acerca do processo e dos desafios que a escrita nos impõe:

Mas se o olhar e o ouvir podem ser considerados como os atos cognitivos mais preliminares no trabalho de campo, é seguramente no ato de escrever, portanto na configuração final do produto desse trabalho, que a questão do conhecimento se torna tanto ou mais crítica. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996, p. 22).

Nesse sentido, o autor reforça que algumas tensões surgem no desenvolver da escrita das vozes, principalmente aquelas consideradas periféricas em um sistema de conhecimento elitista que as silenciam do mesmo modo que ocorre a desvalorização ou o racismo em desprestígio dos conhecimentos dos povos tradicionais e suas lutas por direitos territoriais. Desse modo, o autor (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996, p. 24) adverte sobre esse cuidado pois, no processo da escrita, estamos colocando “vidas alheias em nossos textos”. Por mais que se trate de um lugar que é nosso, estamos expondo pessoas, visto quem quem escreve é apenas uma, a primeira pessoa. Há também o enfrentamento relacionado aos nossos costumes e linguagens no traçar desse caminho e o confrontar de epistemologias hegemônicas que não compreendem nossa historicidade como um valor importante a ser acolhido no meio acadêmico. O contexto histórico de opressão e conflitos que sofremos como povos e comunidades tradicionais e sobre o qual o sistema de conhecimento hegemônico prefere silenciar, representa também a expropriação em um outro território. As burocracias constituídas, que travam a nossa liberdade, impondo e nos nivelando a outrem, quando é daqui, no nosso mundo, nosso habitat, que nasce o impulso para nossas *escrevivências* a fim de tornar pública nossa realidade. O MESPT é esse território multidisciplinar, plural, intercultural onde temos vez e voz. Nele se encontram sabedorias outras, vozes outras que vêm rompendo barreiras hegemônicas, como na recordação em verso de Conceição Evaristo (2011), quando damos voz às vozes mudas, caladas engasgadas nas gargantas. A metodologia que somos transforma em força que rompe as amordaças dos fundamentalismos eurocêtricos.

### **Organização deste trabalho**

Esta dissertação está organizada em dois capítulos, sendo o primeiro composto de uma breve contextualização da identidade Geraizeira e do regime de expropriação ao qual fomos submetidos. Realizo a análise desses aspectos em diálogo com autores que me antecederam, mas tecendo a trama a partir das narrativas trazidas também pelos meus interlocutores, que foram testemunhas oculares e vivenciaram eles mesmos os períodos

antes e após a criação da RDS/NG. Em seguida, o capítulo traz uma linha do tempo com imagens marcantes que ajudarão os leitores a compreender bem o desafio desse processo de luta Geraizeira, como também o último ato realizado, que foi a greve de fome e sede em Brasília. Outro assunto bastante discutido no capítulo é união e da fé desse povo, como um elemento de sustentação na resistência. O capítulo se encerra com imagens e relatos sobre a romaria do Areião, um ato que entrelaça fé e luta das comunidades Geraizeiras da RDS.

O segundo capítulo, descreve a criação da RDS/NG, trazendo informações de documentos oficiais, como o Diário Oficial da União, área e objetivos desta categoria de ordenamento territorial e os motivos pelos quais as comunidades optaram por ela. Também são agregados dados do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e ICMBio e sobre o que ocorre na gestão dessas UCs. Além da extensão da área da UC, o capítulo reúne informações sobre as comunidades que integram a RDS/NG, o Conselho Deliberativo, os desafios encontrados na gestão da unidade. Por fim, traz as ações que já foram ou estão sendo implementadas na RDS/NG, no seu interior e na sua Zona de Amortecimento, as cooperativas em funcionamento, a produção e a restauração ecológica de áreas degradadas. Também abordo o que dizem os moradores da RDS/NG e que defenderam o território, tendo em conta a realidade anterior, resultados alcançados até o momento e as suas perspectivas futuras. A dissertação é finalizada com considerações finais, documentos complementares em apêndice e anexo.



## CAPÍTULO 1 – IDENTIDADE E LUTA GERAIZEIRAS

### 1.1 O território tradicional sob ataque, o Movimento Geraizeiro se ergue

Desde a colonização do Brasil até os dias atuais, a questão fundiária é marcada pela criação de mecanismos de concentração de terras nas mãos de elites agrárias. Foi assim com as Capitâneas Hereditárias, com as Sesmarias, com a Lei de Terras de 1850, com o período desenvolvimentista do regime militar, nas décadas de 1960 e 1970, (DAYRELL e MAZZETTO SILVA, 2006; SOUZA, 2017).

Assim os Gerais norte mineiros, lugar de territórios tradicionalmente ocupados pelos Geraizeiros, foram alcançados por esse regime desenvolvimentista da década de 1970. Segundo Nogueira (2017), teve um começo que até gerou euforia em algumas pessoas, que foram sendo iludidas com as promessas de emprego para gente de todas as idades. Outros se renderam aos rumores de que quem não desse passagem perderia tudo, até mesmo as casas. Entre os anos de 1980 e 1990 foi o período em que essa catástrofe programada sobre a biodiversidade do Cerrado se instaurou mais intensamente na região do Alto Rio Pardo. “Tratores e correntões num vai e vem aterrorizante arrancavam pelas raízes toda riqueza de árvores frutíferas, madeiras e arbustos, enquanto a fauna se dispersava sem destino. ‘Aquilo parecia o fim do mundo!’” (NOGUEIRA, 2019, p. 145).

Segundo Porto Gonçalves (2014) a motivação para o avanço das empresas sobre as chapadas no Cerrado foi pelo fácil manejo e pouco investimento.

Para um modelo de agricultura que eu chamo de “energívora” – ou seja, que é voraz no consumo de energia – as chapadas constituem um grande negócio. O relevo plano das chapadas resulta em economia de energia, reduz o custo de operação. Por isso essas empresas se apropriam dessas áreas, que passam a ser privilegiadas na medida em que as novas tecnologias permitem o acesso à água. Essa apropriação das chapadas pelo agribusiness separa as duas unidades da paisagem (os gerais e as veredas) ambientes manejados pelos povos do cerrado. Cerca-se as chapadas e avança-se com a soja, o algodão e com demais monoculturas para a exportação e isola-se as comunidades nas veredas. Nesse contexto as populações tradicionais cumprem um importante papel político de denunciar e reivindicar a proteção dessas áreas contra os males do desenvolvimento que implicam na perda de solos, da biodiversidade e da água, sem falar nas perdas culturais associadas. (PORTO-GONÇALVES, 2014, p. 165).

A apropriação de terras comunais no Norte de Minas Gerais, na década de 1970, pelas empresas plantadoras de eucalipto, expropriou, escravizou e expulsou muitos Geraizeiros dos seus territórios impossibilitando-os de desenvolverem suas práticas de uso dos recursos disponíveis nos gerais e pondo em risco os recursos hídricos que,

segundo D'Angelis Filho e Dayrell (2006) foi o processo mais cruel já visto na região contra a existência de nossas comunidades.

As comunidades tradicionais Geraizeiras tardiamente tiveram sua identidade reconhecida e inserida nas políticas de Estado, como tantos outros povos tradicionais esparramados pelo Brasil. Mas como diz o ditado popular: antes tarde do que nunca. A dívida do Estado com esses povos é grande, pois cabe a ele assegurar a sustentabilidade local e vida digna a essas populações, mas não é isso que vem ocorrendo. Em Minas Gerais o desafio é grande. As comunidades têm se sacrificado muito para alcançarem um pouco de dignidade, evitando assim um êxodo rural maior que ampliaria os bolsões de pobreza nas grandes ou pequenas cidades. Isso não é apenas uma colocação de quem está vivenciando a situação na base, há um olhar do judiciário que afirma essas mazelas do Estado, como se pode observar na manifestação do Ministério Público de Minas Gerais:

Do ponto de vista histórico, cabe ressaltar que esses povos e comunidades são marcados pela exclusão não somente por fatores étnico-raciais, mas, sobretudo, pela impossibilidade de acessar as terras por eles tradicionalmente ocupadas, em grande medida usurpadas por grileiros, fazendeiros, empresas, interesses desenvolvimentistas ou até pelo próprio Estado. (Disponível em: [www.mpmg.mp.br](http://www.mpmg.mp.br). Acesso em: 28/11/2022).

Diante do crescente quadro de expropriação nos Gerais, as reivindicações que foram materializadas na Constituição Federal de 1988 contribuíram para que as lutas Geraizeiras também tivessem sua ascensão no cenário sociopolítico brasileiro. Muitos movimentos e organizações da sociedade civil, ONGs, pastorais da Igreja Católica, as CEBs, missionários, pesquisadores e articuladores em rede deram vida ao Movimento dos Geraizeiros como descreve Brito (2012, p. 3):

Os Geraizeiros são comunidades tradicionais que se constituíram no processo sócio histórico, cultural e político de formação da região norte de Minas e de reconhecimento das identidades diferenciadas que formam o povo brasileiro. O reconhecimento jurídico formal dos povos e comunidades tradicionais é uma confluência das reivindicações de diferentes movimentos sociais materializados na Constituição de 1988; em 2006 na criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, e em 2007 da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. Experiência que tem indicado novas formas de se relacionar com o Estado, e de construir políticas.

O Movimento Geraizeiro Guardião do Cerrado surge no embalo dessa abertura para o diálogo com o poder público e pelos impulsos da situação impactante que tornou a vida insustentável na região Norte de Minas Gerais. Com a destruição dos espaços de solta do gado e de coleta de frutos nas chapadas dando lugar aos maciços florestais de

eucalipto e pinho (NOGUEIRA, 2017) encurralou as comunidades Geraizeiras nas veredas e grotas. A movimentação Geraizeira parte do dilema vivenciado pela escassez de água que afetou duramente a região. Os municípios do território do Alto Rio Pardo, foram muito danificados por esse monocultivo.

Em minhas visitas às comunidades da área deste estudo, percebi que a fase mais crítica ocorreu entre os anos 2005 e 2016, segundo informações de alguns moradores. Portanto, foi um longo caminho de sofrimento, sobretudo para as comunidades pertencentes aos municípios de Vargem Grande do Rio Pardo e Montezuma.

Numa conversa que tive com uma Geraizeira do Vale do Guará, em Vargem Grande do Rio Pardo, se confirma o que algumas comunidades passaram.

Catanduva ali, uma comunidade aqui recuada, que é cercada de eucalipto, cercada! Ainda tem um pouco, mais agora, os brejos deles lá tem água. Mas teve um tempo ai, que os brejos, cê podia enterrar uma pessoa nos rachões nos brejos, que secou tanto que abriu aquelas valas na terra. A terra cedeu, cê podia enterrar uma pessoa nos rachões da terra! (Neli, 52 anos. Entrevista concedida em agosto de 2022).

D'Angelis e Dayrell (2006) relatam que antes desses acontecimentos nos Gerais a região tinha a capacidade de exportar produtos básicos para municípios da redondeza. Mas de repente os municípios passam a importar alimentos de fora, aumentando assim sua dependência de mercados externos, enquanto os poucos empregos gerados foram sendo suspensos e as populações sertanejas se fragilizando ainda mais pela pobreza.

Vejamos o que Mazzetto Silva (2007) ouviu de um morador da comunidade de Catanduva, próxima ao Vale do Guará. Almir Careca foi ouvido por volta do ano 2005 e relata como as chapadas do entorno de sua comunidade promoviam a sustentabilidade sem nenhum custo e como essa riqueza foi transformada em pó para a plantação de eucalipto.

A chapada tratava de tudo quanto é vivente, de gente acima, tudo quanto é bicho que avoava, caminhava por terra a chapada tratava... e perdia ainda, tinha época, bicho comia, gente comia, panhava, vendia e ainda perdia. Tinha um criame de carneiro aí pra baixo precisa ver, porco, cabrito. Meu avô mesmo mexia com isso, cabrito" (MAZZETTO SILVA, 2007, p. 16. Entrevista concedida pelo senhor Almir Careca).

Os moradores das comunidades assistiram essa cena trágica sobre as chapadas, mas não podiam fazer nada, porque nem todos estavam dispostos a enfrentar o monstruoso desafio que estava acontecendo, não havia ainda organizações formadoras de

consciência no que tange aos direitos desses povos. Talvez as promessas de emprego dominassem os pensamentos da maioria. Afinal, como lembra Little (2004, p. 256), em conflitos socioambientais “Existem também processos de acomodação, apropriação, consentimento, influência mútua e mistura entre todas as partes envolvidas”. Desse modo, a territorialidade e o sentido comum de território, não é homogêneo nem mesmo entre povos de uma mesma área física e geográfica.

De modo geral, para os Geraizeiros, a terra, o território, a água, tudo na natureza é uma dádiva divina que não deveria ser privatizada. “Afinal, a obra divina é para todos os homens, havendo apenas regras quanto à precedência do direito de uso e tendo como fim legítimo a manutenção da família” (NOGUEIRA, 2017, p. 152). Esta é uma convicção, uma força que sustenta as lutas Geraizeiras. Davi, morador do assentamento Vale do Guará, ao ser entrevistado em agosto de 2022 confirma essa tese da autora dizendo que: “A terra é dom de Deus e direito de todos, e sabendo que nós todos somos filhos de Deus, então, todos os seus filhos têm o direito de ter seu pedaço de terra para poder trabalhar e viver dela”. Davi adquiriu seu pedaço de terra numa luta que, segundo ele, teve o apoio de padres e freiras que atuavam na Pastoral da Terra e na Pastoral da Criança. A Igreja Católica, desde o Concílio Vaticano II e as Encíclicas progressistas da Teologia da Libertação, tem mobilizado pastorais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que teve sua importância na formação e organização dos movimentos de luta pela terra, articuladas com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e outros movimentos sociais. Nogueira (2017) e Brito (2013), salientam ainda que as CEBs se tornaram o espaço no qual os trabalhadores se encontravam e organizavam suas ações contra a dominação desenvolvimentista da década de 1970.

O assentamento Vale do Guará, no município de Vargem Grande do Rio Pardo – MG, recebeu esse apoio quando necessitou. Do mesmo modo, as famílias do assentamento foram solidárias ao se unir às outras comunidades depois, porque mesmo já tendo conquistado seu terreno, foi um gesto de cooperação e união em prol de uma área mais ampla para o uso coletivo e a defesa das nascentes. Davi continua com esse propósito, defendendo que não é justo um pensamento individualista. “não podemos olhar só para nós, é preciso estender o olhar ao nosso redor, o território, alcançar e ajudar outras pessoas”. Esse sentimento de fraternidade é muito comum entre as comunidades Geraizeiras que têm como meta, não a ampliação de posse para si, mas defender uma área

maior. Isso significa ampliar as chances de vida para o todo, o comum, com um olhar atento às contribuições da natureza que são a base da vida.

Nesse contexto, a observação feita por Dayrell (2019, p. 29) desenha uma imagem clara de como se dá as relações e convivências territoriais que precisam ser bem configuradas para que haja um equilíbrio entre as partes para que, as divergências não venham se sobrepor à necessidade da maioria.

O que é “comum” não é tão homogêneo como se pode imaginar a um primeiro olhar. O “comum” não é de todos, são dos sujeitos comuns, da comuna, onde outras dimensões estão a ela associadas, e que tem relação com os outros sentidos de existência, nas distintas formas de conceber o próprio mundo em que vivem. Assim, o que é comum não se limita a terra, tem relação com outros recursos e bens, como as águas, as matas, as ervas, as espécies frutíferas e os animais que circulam nos distintos ambientes aquáticos, terrestres e aéreos.

Nesse sentido, o comum aqui tem a ver com formas de relações e vida com o meio que nem sempre são características de todos os indivíduos que ocupam um determinado território. Portanto, território e territorialidade estão intrinsecamente ligados ao que Acosta (2016, p. 27) vem reforçar quando menciona as práticas do bem viver, um modelo de vida onde “o centro das atenções não deve ser apenas o ser humano, mas o ser humano vivendo em comunidade e em harmonia com a Natureza”. Daí surge a necessidade de tomada de decisões conjuntas, diálogos. No caso das comunidades Geraizeiras aqui dos três municípios já citados, elas foram buscando encontrar onde estariam esses sujeitos com problemas comuns, perspectivas comuns e força de vontade para defender um território comum.

## **1.2 A chegada das firmas: Geraizeiros confusos, perspectiva enganosa**

O regime de expropriação nos Gerais norte mineiros pelas firmas plantadoras de eucalipto também transgrediu práticas, convenceu pessoas a acreditarem num “desenvolvimento”, que provocou situações quase que irreversíveis, tanto para as territorialidades Geraizeiras, como para a biodiversidade do Cerrado com suas riquezas que compõem o mundo Geraizeiro. Algumas pessoas tinham consciência disso, outras se aventuraram num projeto estranho, influenciadas pelas promessas de prosperidade que com certeza renderam benefícios para poucos e grandes perdas para muitos.

Nesse sentido, Little (2004) argumenta que apesar de haver muitos exemplos históricos de resistência dos povos em seus territórios tradicionalmente ocupados, buscando salvaguardar suas territorialidades, nem todos podem ser classificados como

grupos de resistência, porque em muitos casos há situações de acomodação, consentimento, influências ou mesmo a falta de uma análise crítica sobre o que determinadas atividades e ocupações podem trazer de benefícios ou malefícios sobre uma região – isso sem falar nos danos localizados que são visíveis. A divisão de ideias e pensamentos no seio de grupos/comunidades atingidos por projetos de desenvolvimento propicia o surgimento de conflitos internos e fragilização das comunidades nesses contextos.

O senhor Antônio de Brito, da comunidade de Vargem da Salina, entrevistado nos conta como ocorrem esses episódios:

Quando a empresa chegou que a gente teve a notícia que vinha essa firma trabaia aqui ês falava assim: ah, o governo vai dar serviço pra muita gente. E outros falava assim: não, tá vino é acabar com nós aqui no Gerais. Daqui uns tempo, uns quarenta, cinquenta ano, nem água pá beber ninguém vai achar, né...Porque vai acabar. [...] Isso aqui teve um governo, um governo, esqueci até o nome dele, que vendeu essa entrada dessas firmas de eucalipto, que não existia esse trem aqui não. Essa praga não tinha não. Então, ês lá pra cima, ês tinha descubrido essa pranta, e que tinha aqui esse terreno vago, né, que podia prantá aqui no Gerais. Podia prantar esse trem. E ai vei o governo e deu uma entrada, deu. É mandou ês vim pra cá, e aí começou trabaia, chegou com as máquinas e sentou o pau ai acabano com tudo, né, e prantano eucalipto. Muitos gostava, muitos não. Mas, num tinha o que fazer, que era empresa. E aí, estanhou aqui tudo, aqui no estado de Minas, que todo canto tem ele. Estanhou aqui e tá tomado, né, ai direto. Daí intonce chegou, foi ino, foi ino, ai chegou a precisão da água, né. Que a água foi incurtano, o eucalipto na cabeceira, a água foi incurtano e foi verdade memo o que os mais véi falava, que um tempo nem água ia tê. E continuô, as cabiceira pegô secano, secano, e aí o povo foi fazeno o quê? Nada. Ficou incurralado. Aqui memo, aqui adonde eu moro, aqui na Vargem da Salina, enfincou poste de cimento até istançado aqui da casa uns vinte meto de minha casa. Inficou poste aí de cimento pra pudê a impresa, dali pra lá é da impresa. Pra cá, essa correinha de terra era minha (Entrevista concedida em agosto de 2022).

Esse “*muitos gostava e muitos não*” que o senhor Antônio fala remete ao que Agostinho e Crepalde (2018) já haviam mencionado acerca dos conflitos internos que se criam dentro das comunidades, cujas influências vêm de interesses externos, ainda que as consequências negativas venham prejudicar a todos em pouco tempo. Nem sempre as mesmas pessoas que são beneficiadas temporariamente por esses projetos conseguem perceber a destruição de um território como perda, porque, olhando do ponto de vista só econômico, parece sim que está ocorrendo um certo “crescimento”, principalmente porque, de algum modo, áreas urbanas se beneficiam, o consumo cresce, um ou outro funcionário dessas empresas enriquece, enquanto o campo se deteriora, tanto nos costumes, como na economia e na perda de independência. Desse modo, a distância entre

riqueza para uns poucos e pobreza extrema para multidões parece não ter fim. E o caminho mais curto que o sistema econômico hegemônico utiliza para criar esses abismos tem sido aquilo que Marshall Sahlins (1997) menciona acerca das forças sistêmicas que mutilam povos e suas culturas, porque assim são anuladas as percepções sobre qualquer dominação. Essa divisão de pensamentos e percepções servem de munição para explodir os elos das articulações que fortalecem os grupos para qualquer ação em contraponto ao sistema opressor.

Retomando a fala do senhor Antonio Curiango, quando diz que as firmas entraram por uma brecha aberta pelo próprio Estado, sob a justificativa de estar “ocupando terrenos vagos”, foi na verdade uma sobreposição, negando a existência e a necessidade do outro, as comunidades Geraizeiras, como já elucidaram D’Angelis e Dayrell (2006). Desse modo, dificilmente as lutas pelo direito à justiça social, ao território, à educação acontecem por unanimidade. Por isso Paulo Freire (1987), alerta que, a emancipação das pessoas oprimidas passa por um processo de educação que as conduzam na descoberta de que estão sendo hospedeiras do opressor. Só assim os oprimidos se dão conta de adentrar os caminhos de sua própria libertação.

Nesse sentido, as comunidades tradicionais Geraizeiras da região Norte de Minas Gerais vêm cada vez mais lançando mão de estratégias para reverter o quadro de expropriação territorial gerado pelas empresas plantadoras de eucalipto e de mineração a partir de 1970. As empresas atingiram áreas extensas da região impactando diretamente os modos de vida das comunidades, em um projeto devastador do bioma Cerrado (BRITO, 2013). A escassez de água, manifesta em períodos de secas contínuas, já assolava a região. Entre os anos 2000 e 2005, devido a essa intervenção brusca sobre o fazer Geraizeiro, havia falta de emprego, perspectivas frustradas - pois as pequenas lavouras já não produziam tantos resultados - e o carvão estava em alta. Por isso, até os pequenos agricultores começaram a adotar esse recurso da produção de carvão, a partir da vegetação nativa, em suas pequenas propriedades (CORREIA, 2005), piorando assim uma realidade que já estava insustentável.

Os poderes hegemônicos externos que chegaram dominando os territórios eram angustiantes por demais, mas os efeitos que provocou nas relações internas se tornou um dos piores desafios para a reconstrução e emancipação das comunidades geraizeiras. O sistema produtivo tradicional havia sido inviabilizado, afetando de maneira brutal

aspectos culturais e de sustentabilidade local, aumentando a migração e o êxodo rural. Foi nesse contexto de desestruturação que as comunidades dos três municípios - Rio Pardo de Minas, Vargem Grande do Rio Pardo e Montezuma no Norte de Minas Gerais, inspiradas em outros movimentos de defesa territorial como os que ocorreram em Vereda Funda, Sobrado, Raiz e outras comunidades de Rio Pardo de Minas, Oliveira (2017).

O processo de retomada de seus modos de vida tradicionais e a defesa territorial ganha força com a colaboração dessas comunidades. Foram necessárias ações estratégicas, uma forte articulação social e política, a busca por parcerias e sobretudo, a ancoragem numa fé inabalável – com origem na ancestralidade - para levar adiante esse projeto promissor, porém muito desafiador: o de lutar e retomar o território. Sabíamos dos fatos históricos do nosso país e como o sistema dominante, conservador e ambicioso é cruel, preconceituoso e sem limites quando se trata de qualquer reação que busca a promoção do direito e da justiça para os que foram lançados fora do mundo que se chama - estar e viver com dignidade.

### **1.3 Uma batalha que durou mais de uma década**

Antes da proposta de criação da RDS Nascentes Geraizeiras, as comunidades já estavam em movimento, realizando ações para impedir novos desmatamentos na região. Segundo Brito (2013), uma das primeiras propostas postas em discussão foi a criação da Reserva Extrativista-(RESEX) do Areião e Vale do Guará, fecundada a partir do movimento das comunidades de Água Boa II e Riacho de Areia para impedir uma tentativa de desmatamento pela empresa PROCEL, na chapada do Areião, no ano de 2002.

A chapada do Areião pode ser entendida como o epicentro para a motivação de criação da RESEX. É uma área historicamente importante para as comunidades. Ela compreende cerca de 3.600 ha de terras altas; tem relevo relativamente plano, com remanescente de vegetação nativa bastante preservado, o que confere às nascentes que surgem, tanto a leste quanto a oeste da chapada, água abundante durante todo o ano às comunidades mencionadas. Além da questão histórica que está relacionada à memória dos tropeiros, das antigas áreas de coleta e de criação de gado, o provimento de água está entre os principais motivos de resistência e luta das famílias das comunidades locais na defesa do território: nas chapadas vizinhas ocupadas pela monocultura do eucalipto, as minas e nascentes tornaram-se escassas e os cursos d'água, que eram perenes, transformaram-se em intermitentes, agravando as condições de vida das famílias. (BRITO, 2013, p. 187).



Figura 16 - Vista da chapada do Areião.



Fonte: João Roberto Correia, 2005.

Esta chapada sempre foi importante para a sobrevivência dos Geraizeiros das duas comunidades, Água Boa II e Riacho de Areia mais especificamente, mas em questão de uso da água são muitas as comunidades que por várias gerações dependem dela. Além disso, o Areião serve de refúgio para animais selvagens, para a solta do gado dos moradores da comunidade de Riacho de Areia, que em épocas chuvosas tem as áreas de pastagem inundadas ou ocupadas com as lavouras de cana e arroz. O Areião é uma verdadeira caixa d'água e um pomar natural com uma diversidade de frutos comestíveis, como pequi (*Caryocar brasiliense*), cagaita (*Stenocalix dysentericus*), mangaba (*Hancornia speciosa*), articum (*Annona montana*), araçá (*Psidium catteianum*), rufão (*Peritassa campestris*), cajuzinho (*Anacardium occidentale*), fruta de leite (*Cordia taguayensis*), murici (*Byrsonina crassifolia*), jatobá (*Hymenaea courbaril*), gabirola (*Campomanesia xanthocarpa*), cambuim (*Myrciaria cuspidata*) e outras. Uma savana rica de árvores, arbustos, gramíneas e muitas plantas medicinais. As nascentes que brotam no seu entorno abastecem outras comunidades ao longo de 25 km até o encontro nos rios Preto e Pardo, que contornam a cidade de Rio Pardo de Minas.

No caso das demais áreas, dos outros dois municípios (Vargem Grande e Montezuma), que foram depois incluídas no processo de criação da UC, a situação era ainda mais emergente devido à perda dos cursos d'água que se agravou a partir do ano de 2005. No município de Vargem Grande do Rio Pardo, no entanto, não foram só as

chapadas que foram destruídas. Áreas de carrascos<sup>14</sup> que são compostos de uma vegetação diferenciada, que serve de refúgio para os animais silvestres e onde se concentram madeiras que são utilizadas para as construções de casas, foram também destruídas. No conhecido Carrasco de Braúnas, com dezenas de hectares de mata densa, não sobrou uma árvore em pé. Por várias vezes, em reuniões e conferências, se ouvia seu Almir Careca dizer que foi a maior tragédia que afetou áreas de brejos e os cursos d'água, da comunidade de Catanduva e as do entorno, por ser esse carrasco uma área de recarga importante para fortalecer os córregos e lagoas nas baixadas. Almir Careca dizia ainda que, numa lagoa que ficava dentro desse carrasco havia jacarés, peixes e capivaras que desapareceram. De meados de 2005 em diante, já não havia mais nem sinal que já existira água nesse lugar, depois que toda vegetação foi destruída.

Assim, as dificuldades das comunidades dessa região não se restringiram à questão dos cursos d'água que secaram. Os moradores da comunidade de Catanduva, no município de Vargem Grande do Rio Pardo, relataram que as nascentes que sobreviveram à destruição logo tiveram seus fluxos interrompidos por empresas que as tomaram para a irrigação de plantios de frutas em larga escala, deixando os moradores dessa comunidade sem acesso à água. Muitas dessas famílias retiraram até a pia de lavar louças de suas cozinhas, porque água mesmo só quando a o caminhão pipa da prefeitura trazia, ou quando chovia. Então conseguiam armazenar água da chuva nas caixas do P<sup>1</sup>MC<sup>15</sup>, iniciativa do governo federal na época.

---

<sup>14</sup> Carrasco, é uma área de vegetação nativa que compõe os ecossistemas do bioma Cerrado. Uma mata parecida com a Floresta Amazônica, com árvores que chegam a mais de 30 metros de altura, arbustos, cipós, o que o torna um lugar de difícil tráfego humano enquanto não se abre caminhos. Geralmente, o carrasco se inicia nos topos de morro em transição com a chapada. É um local úmido, às vezes até um pouco escuro e silencioso, onde muitos animais se abrigam, como tatus, tamanduá mirim, cutias e veados. Também aves, como juriti, zabelê, jacú, a iambú, chorró, tucano, buscam refúgio em áreas de carrasco. No caso da comunidade de Catanduva, segundo informação de moradores, esses animais foram extintos, desde a destruição desses carrascos. Outro diferencial de carrasco para áreas de chapadas é que, uma vez destruído, ele nunca mais se regenera com a mesma vegetação, enquanto as chapadas se regeneram em grande parte com a vegetação original.

<sup>15</sup> Programa desenvolvido pela Articulação do Semiárido (ASA), no início dos anos 2000, visando atender a uma necessidade básica da população que vive no campo: água de beber. Com esse intuito nasceu o Programa Um Milhão de Cisternas, o P1MC: melhorar a vida das famílias que vivem na região semiárida do Brasil, garantindo o acesso à água de qualidade, por meio do armazenamento da água da chuva em cisternas construídas com placas de cimento ao lado de cada casa. A iniciativa foi convertida em política pública no âmbito do governo federal, durante as gestões do Partido dos Trabalhadores (2003 a 2016). Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br>. Acesso em: 02/03/2023.

Mazzeto Silva (2007) descreveu essa realidade de Catanduva por meio da fala do senhor João Crente que lamentou:

“Eu como vários de nós aqui, assim, uma comparação bem baixa que vou fazer: como que fosse uma pessoa que veio de vivê no campo, solto. Quando acabô, pegô e prendeu no curral, aí ficou sem força, assim foi que nem nós. Então cê fica absolutamente aí ó. Trabaiava à vontade, criava de tudo, criava gado, criava animal, criava porco, criava cabrito, criava galinha, plantava roça de mandioca, tudo quanto é lugar nós fazia roça, catava fruta, vendia, fazia sabão caseiro do tingui, da massa do pequi... Aí o que aconteceu, a firma foi chegano ... um monte de coisa prá nós... e nós foi na meia-boca né, aí foi empurrano, foi empurrano, ... aí quando vendeu nós ficou preso”. (em MAZZETTO SILVA, 2007, p. 16).

Nesse período, a situação estava tão grave que, não havia alternativa para as comunidades que não fosse agir estrategicamente para frear a continuidade desse desastre ambiental. Transformar esse território em uma unidade de conservação de uso sustentável seria o único meio para frear a degradação do Cerrado e assegurar as nascentes, além de ser mais condizente com os modos de vida das comunidades pertencentes a esse território. Poder contar com um órgão fiscalizador por perto seria um dispositivo importante a ser acionado numa emergente situação de ameaça ou destruição, do que moradores expõem aos riscos para não verem as nascentes acabarem. Essa estratégia nunca foi e nem será bem aceita por aqueles que querem explorar os bens naturais dentro do que veio a se tornar a RDS Nascentes Geraizeiras<sup>16</sup>. Haverá sempre os contrapontos de quem já estava de prontidão - dentro ou mesmo fora do território - com intenção de explorá-lo para fins econômicos destrutivos e individuais. Isso é uma realidade muito evidente que reforça a razão para a criação dessa UC.

#### **1.4 Construindo uma linha do tempo**

Como já descrito, a comunidade de Água Boa II e Riacho de Areia iniciaram a defesa de uma área de uso coletivo chamada Chapada do Areião quando uma empresa já havia feito um aceiro com máquina de esteira para em seguida, desmatar e plantar eucalipto. Mas, nos estudos de Brito (2013) quando analisou os conflitos ambientais e sociais aqui na região de Rio Pardo de Minas, a autora descreveu sobre outros conflitos existentes na mesma área anteriormente. Até o momento em que essa chapada se tornou objeto de disputa e as comunidades se uniram para defendê-la, sabia-se que aquela era

---

<sup>16</sup> Cabe informar que na RDS/NG ainda há a presença de fazendas de pessoas estranhas às comunidades Geraizeiras.

uma terra devoluta e que há centenas de anos vinha sendo utilizada coletivamente. Desse modo, as comunidades tinham livre acesso à chapada. Em cada safra do pequi, essa chapada se transformava num local de encontro das comunidades. As famílias iam todas para lá antes do dia amanhecer, chegavam em grupos para a coleta dos frutos. Alguns moradores, para evitar desgastes na caminhada, se mudavam para lá durante o período da safra do pequi, porque a chapada dista uns 5 km das comunidades, com muitas subidas íngremes tanto pelo lado de Riacho de Areia como pelo lado de Água Boa II. Lá as pessoas construíam ranchos, levavam todos os objetos como panelas grandes, gamelas e permaneciam até o fim da safra. Era comum alguns desses extrativistas retirarem até 400 litros de óleo por safra como relata a saudosa D. Santa extrativista de Água Boa II. (conf. em documentário Romaria do Areião (disponível em <https://curtadoc.tv/curta/direitos-humanos/romaria-do-areiao/>)). Esse óleo era comercializado nas feiras livres e uma parte era guardada para preparar os alimentos, biscoitos e utilizar como remédio para vários tipos de doença. Já os moradores de Riacho de Areia, utilizam a área mais para a solta do gado e para pegar madeiras secas para a produção de rapadura, algumas pessoas coletam frutos.

Quando essas comunidades ficaram sabendo que a área já se encontrava acerada para ser desmatada por um empresário, foi imediata a reação. Buscaram apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas e fizeram uma manifestação para barrar a atividade, no ano 2002.

Mas para trazer o relato dessa ação ninguém melhor que um Geraizeiro da comunidade de Sobrado, na época funcionário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas. Companheiro, militante, guerreiro que não media esforços para estar junto com as comunidades nos momentos mais difíceis. Ajudava como podia, orientando, motivando e instruindo os grupos de movimentos quando estes não sabiam que decisões tomarem diante da complexidade dos conflitos. Moisés de Oliveira, egresso do MESPT, explica:

A luta pela preservação das águas e do cerrado no município de Rio Pardo de Minas, sempre existiu, porém nos últimos 17 (dezesete) anos vem tomando um caráter mais coletivo e articulado, com as comunidades laçando mão de variadas táticas de luta e resistência. A comunidade de Água Boa II, no início dos anos 2000, percebe a ameaça de áreas de cerrado de uso coletivo da localidade conhecida por Chapada do Areião, local onde os moradores fazem coleta de pequi para retirada de óleo, araticum, rufão, pindoba, mangaba, cagaita, jatobá do campo, madeiras e lenha, remédios diversos, etc, além de

nesta chapada estarem localizadas diversas cabeceiras (os aquíferos) das principais nascentes que abastecem a comunidade. Os moradores da comunidade de Água Boa II sustentam uma tradição de confecção de potes, maringas, talhas, bilhas, panelas e outros assessorios de argila, que Coutrim (1998) diz ser originária dos índios Patoxó, às margens dos córregos do rio Preto e Pardo. Além do artesanato de argila, na comunidade existem famílias que também confeccionam balaios, cestos, vassouras e chapéus, dentre outros utensílios como cangas para parelhas de bois, prensa e gamelas. A Figura 8 registra uma manifestação, realizada em 2002, em frente ao Fórum da comarca de Rio Pardo de Minas, data em que um empresário da região inicia um processo de aceiramento da chapada do areião para demarcação de propriedade e desmatamento. Moradores locais buscaram o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do Centro de Agricultura Alternativa – CAA/NM e Ministério Público da comarca local e denunciaram os danos ambientais e a intenção de apropriação da área que historicamente tem sido usada em comum pelos moradores da comunidade de Água Boa II e comunidade de Riacho de Areia (OLIVEIRA, 2017, p. 34).

*Figura 17 - Primeira manifestação em defesa do Areião, ano 2002.*



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Rio Pardo de Minas – MG em Oliveira, 2017.

Inicia assim um movimento das comunidades em defesa da chapada do areião. Ao mesmo tempo em que geraizeiros da cidade de Vargem Grande na localidade de Vale do Guará lutam para garantir áreas de coleta de pequi e cabeceiras d'água, geraizeiros da comunidade de Roça do Mato fazem também a mesma luta para garantir suas nascentes e áreas de coleta e solta no município de Montezuma. (OLIVEIRA, 2017, p. 34).

É importante ressaltar que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Assalariados de Rio Pardo de Minas, sempre marcava presença, tanto para apoiar, quanto para registrar os momentos de enfrentamentos.

Mas as tentativas de desmatamento desta chapada não pararam em 2002. Outra vez a empresa Siderurgia Santo Antônio (SIDERSA), no ano 2005, ameaçou desmatar o Areião. Não se sabe se houve venda da área pelo empresário anterior, mas quase que

ocorreu o desmatamento sem nem mesmo as comunidades ficarem sabendo. Foi graças à presença dos pesquisadores da EMBRAPA Cerrados do Distrito Federal, cujas parcelas de estudo estavam sinalizadas com plaquinhas de identificação nas árvores. A empresa recuou ao perceber que a área estava sendo objeto de estudo de pesquisadores. Era um grupo conduzido por João Roberto Correia que, entre os anos 2005 a 2012, tiveram um papel fundamental na conservação do Areião, como também no fortalecimento das iniciativas para a criação da RDS/NG.

#### *1.4.1 Ano de 2011: Água Boa II, um novo empate*

Com investimentos do Estado, especialmente financiamentos facilitados para a plantação do eucalipto, a ambição de empresários da cidade cresceu, inclusive dos políticos. Quando tudo parecia tranquilo, novamente a comunidade de Água Boa II enfrentou o desafio de ter que se arriscar para barrar um desmatamento que estava devastando uma área de chapada de uso da comunidade próxima de duas nascentes. Um empresário que morava em Brasília – DF, na ocasião, comprou partes dessa área que fica entre a comunidade de Água Boa II e a chapada do Areião. Avisadas por um grupo de pesquisadores que seguiam para a Chapada do Areião, com o Senhor Antônio, morador da comunidade, as mulheres e uns poucos homens vão para o empate<sup>17</sup>. Quando o grupo chega ao local, uma área de 65 hectares já havia sido destruída. Ainda assim o pequeno grupo, apoiado por uma equipe do STTR de Rio Pardo de Minas, conseguiu salvar uma área de aproximadamente 75 hectares de Cerrado, impedindo os danos que afetaria três nascentes das veredas logo abaixo. Em seguida, foi encaminhada uma denúncia ao Ministério Público Municipal, que acionou a Polícia Militar Ambiental para vistoriar o local.

---

<sup>17</sup> Empate é uma circunstância em que, dentro de uma disputa, não há perdedores. No caso do empate realizado pelos Geraizeiro, ação visou paralisar os tratores do empresário sobre a chapada. Buscou-se então o diálogo, de modo que ambos os lados se colocassem a par da importância daquela área para a comunidade. Se houvesse resistência, seriam tomadas outras providências. Barrar o desmatamento não significava tomar posse da terra, mas sim evitar perdas para a comunidade e ao próprio dono que futuramente poderia se beneficiar com uma indenização do Estado ou utilizando a área para outros fins de baixo impacto, visto que em RDS há essa permissão. O termo empate foi utilizado antes nas lutas dos Seringueiros, que entendem que a floresta em pé tem um potencial de sustentabilidade diferente de sua destruição, visando só a economia individualista que não leva em consideração os inúmeros dependentes de sua existência. Quando se cuida da floresta, nenhuma vida se perde.



*Figura 18 - Dois tratores em chapada próxima à comunidade de Água Boa II, em agosto de 2011.*



Fonte: Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Assalariados de Rio Pardo de Minas – MG, 2011.

*Figura 19 - Grupo de moradores da comunidade de Água Boa II para dois tratores, em agosto de 2011.*



Fonte: Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Assalariados de Rio Pardo de Minas – MG, 2011.

Nesse período, alguns documentos já haviam sido encaminhados ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e ICMBio em Brasília, com a proposta de criação da RESEX

Areião e Vale do Guará: abaixo-assinado das comunidades demandantes, cartas de apoio de deputados, do prefeito de Rio Pardo de Minas, relatórios de caracterização da área, levantamento fundiário, uma pré-delimitação da área. Além disso, vinham sendo realizadas várias reuniões com o MMA e ICMBio em locais de referência das comunidades demandantes e encontros de lideranças dessas comunidades em Brasília.

Nesta trajetória, muitos apoios institucionais, comunitários, de organizações sociais e jurídicas foram sendo acionados para fortalecer as comunidades. O Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público Municipal (MPM), CAA/NM, EMBRAPA, Rede Cerrados, universidades, STTR, comunidades Geraizeiras de Sobrado, Vereda Funda e Raiz. Havia uma rede de organizações que articulavam e iam alinhando as ações do movimento, de modo que a demanda pudesse ser vista pelo Estado, pois a questão da água se tornara uma preocupação assustadora.

A Senhora Neli conta como vivenciou esses desafios, quando a crise hídrica foi mais intensa na região.

Há 20 anos atrás, a gente vivia falando assim: a gente vai morrer de sede. Eu não tenho vergonha de falar, já trabalhei ni carvoeira em Entroncamento, lá perto de Vereda Funda. Tirava água que lavava o arroz que eu cozinhava pra dezoito camaradas. A água que eu lavava o arroz, eu tirava pra lavar as roupinhas dos meninos, que não tinha água. Não é pra lutar? Tem que lutar pra que essas firmas afasta, pra cê ter a natureza ai pra trazer água. (Neli, moradora do Vale do Guará, Vargem Grande do Rio Pardo - MG. Entrevista concedida em agosto de 2022).

Do conjunto de comunidades pertencentes à área em disputa, pode se destacar, na imagem a seguir, as comunidades de Vale do Guará e Catanduva, do município de Vargem Grande do Rio Pardo, que foram se unindo pelo mesmo objetivo, criar uma UC para defender o território, salvar as nascentes e ampliar as áreas de usos coletivos para solta do gado e extrativismo dos frutos. Somente com um aporte jurídico e institucional poderiam impedir a continuidade de novos plantios homogêneos de eucalipto, que segundo os moradores já estavam sendo planejados.



Figura 20 - Manifestação de moradores do Vale do Guará pela criação da RESEX do Areião e Vale do Guará.



Fonte: Arquivos do CAA/NM, ano 2006.

Figura 21 - Manifestação de moradores de Catanduva pela criação da RESEX do Areião e Vale do Guará.



Fonte: Arquivos do CAA/NM, ano 2006.

Dessa maneira os Sindicatos de Rio Pardo de Minas, Vargem Grande do Rio Pardo e Montezuma, uniram-se para atender a demanda de suas bases na luta

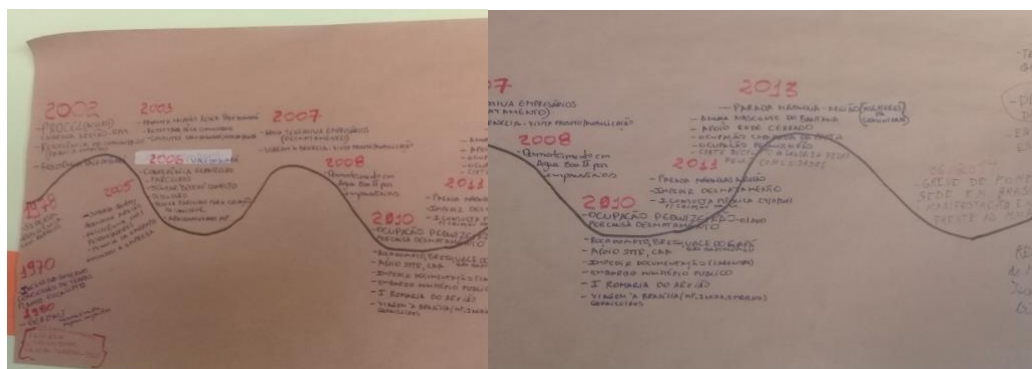
pela preservação do cerrados e suas águas, construindo-se inicialmente em três núcleos de resistências, a saber: em Rio Pardo de Minas, a comunidades de Agua Boa II, em Vargem Grande do Rio Pardo, a comunidade de Vale do Guará, um assentamento de Reforma Agrária, constituído por famílias geraizeiras e em Montezuma, a comunidade de Roça do Mato. Essas três localidades deram continuidade em suas ações agora de maneiras mais articulada. (OLIVEIRA, 2017, p. 35).

Enquanto passava o tempo, muitas tensões pelo avanço dos desmatamentos, ameaças de morte das lideranças e conflitos internos iam criando uma situação angustiante para os envolvidos. Grileiros que tinham áreas dentro do perímetro e fazendeiros empresários utilizavam também suas estratégias com informações distorcidas sobre o projeto, disseminando mentiras do tipo: “vão tomar a terra de vocês, ninguém vai poder retirar nem lenha para os fogões. A terra foi vendida para o governo. Esses que estão favoráveis à criação da reserva estão recebendo propina e com o dinheiro das terras que venderam para o governo estão comprando apartamentos fora etc.” Em outras situações insistiam que a RDS seria um parque onde tudo era proibido, comparando ao Parque de Serra Nova, um distrito pertencente ao município de Rio Pardo de Minas, que foi criado sem consulta prévia das comunidades. Esta era uma estratégia para dispersar as comunidades e apoiadores ou impedir um engajamento maior das pessoas no movimento. À medida que essas desinformações iam circulando, surgiam ameaças de morte às lideranças envolvidas, os conflitos internos bloqueavam o engajamento de toda a comunidade. Logo, o entendimento do processo não alcançava aqueles que mais precisavam de se informar melhor sobre o assunto.

#### *1.4.2 A luta em uma linha do tempo.*

Segundo informações obtidas em uma reunião do Conselho Deliberativo da RDS/NG, que ocorreu em maio de 2022, na comunidade de Mandacaru, Montezuma - MG, foi construída uma linha do tempo pelos conselheiros e demais pessoas presentes. Os dados foram colocados num cartaz fixado na parede para apreciação de todos os participantes. Para melhor compreensão do(a) leitor(a) transcrevi em uma tabela algumas dessas informações e outras que fui anotando durante a reunião. Essa atividade está demonstrada nas figuras 22 e 23 a seguir.

Figura 22 - Linha do tempo (1970 - 2013) construída em reunião do Conselho Deliberativo da RDS/NG, na comunidade de Mandacaru, Montezuma - MG.



Fonte: Arquivo da autora, maio de 2022.

Tabela 2 - Linha do tempo (1970 - 2013) construída em reunião do Conselho Deliberativo da RDS/NG, na comunidade de Mandacaru, Montezuma – MG

1970	Incentivos do governo e concessão de terras para o plantio de eucalipto na região Norte de Minas Gerais.
1975 a 1978	Representantes das empresas PROCEL e SIDERSA passam pelas comunidades e dão início aos desmatamentos. Resistência de alguns moradores, consentimento de outros.
1980	A GERDAU ocupa desordenadamente grande parte do município de Rio Pardo de Minas com o plantio do eucalipto e as comunidades começam a sofrer os impactos de erosões no solo e perda de nascentes.
2002	A empresa PROCEL acera a chapada do Areião, no município de Rio Pardo de Minas – MG.  Comunidades de Riacho de Areia e Água Boa II reagem e impedem o desmatamento com manifestação em frente o Fórum de Rio Pardo de Minas - MG.  Resistência e ocupação em área destruída e abandonada pela empresa SIDERSA, pelos pequenos agricultores.  Demanda pelo assentamento Vale do Guará em Vargem Grande do Rio Pardo - MG.

2003	Início das discussões pela criação de uma unidade de conservação e intensificação dos conflitos pela ocupação no Vale do Guará.
2005	A chapada do Areião sofre a segunda tentativa de desmatamento, desta vez pela empresa SIDERSA. A área passava por estudos de pesquisadores da EMBRAPA Cerrados, motivo pelo qual a empresa não executou o que havia projetado.
2007	Vários locais da área demandada para a criação da UC estavam sob ameaças de desmatamento. Lideranças Geraizeiras vão a Brasília expor a necessidade de urgência nos trâmites para criação da UC.
2008	Um empresário compra uma área de chapada próxima à comunidade de Água Boa II e inicia um desmatamento, mas não realizou o plantio logo que soube que a área era de conflito, vendendo em seguida para outro empresário.
2010	Ocupação próxima ao pequiseirão em Montezuma – MG, para impedir a entrada de um empresário, suposto dono, que queria desmatar a chapada e plantar eucalipto na cabeceira da nascente do córrego Roça do Mato.  Primeira Romaria rumo ao Areião, em 03 de junho.
2011	Grupo da comunidade Água Boa II barra dois tratores desmatando a área de chapada de uso coletivo e próxima a duas nascentes. O grupo pediu a imediata retirada dos tratores, levando em seguida uma denúncia ao Ministério Público.  Ocorreu a primeira consulta pública pela criação da RDS/NG, em 24 de novembro.
2013	Empate da comunidade Água Boa II com um ex-prefeito da cidade de Rio Pardo de Minas, na cabeceira de Santana cujo córrego nasce na chapada do Areião, em Água Boa II, e começa uma destruição para construção de barragem, tanques para criação de peixe, construção para moradia e área de lazer.

	Ocupação das comunidades na Chapada da Prata em Vargem Grande do Rio Pardo impedindo novos plantios de eucalipto.
2014	Greve de fome e sede em Brasília pela imediata criação da RDS/NG no dia 04 de junho e decreto da UC no dia 13 de outubro, após 120 dias da manifestação dos Geraizeiros.

Vale destacar que, dos muitos apoios recebidos, O CAA/NM com seus projetos de acompanhamento às comunidades tradicionais e alguns membros da Igreja Católica estiveram presentes em muitas das ações durante os anos que antecederam a criação da RDS/NG.

Nas imagens a seguir é possível visualizar alguns dos fatos apresentados na tabela anterior que ajudarão a compreender a dimensão dos conflitos e as ações que foram empreendidas nesse percurso.

*Figura 23 - Comunidade de Roça do Mato expulsa suposto dono de área de recarga da nascente do córrego Roça do Mato, no ano 2010.*



Fonte: Arquivo do CAA/NM, 2010.

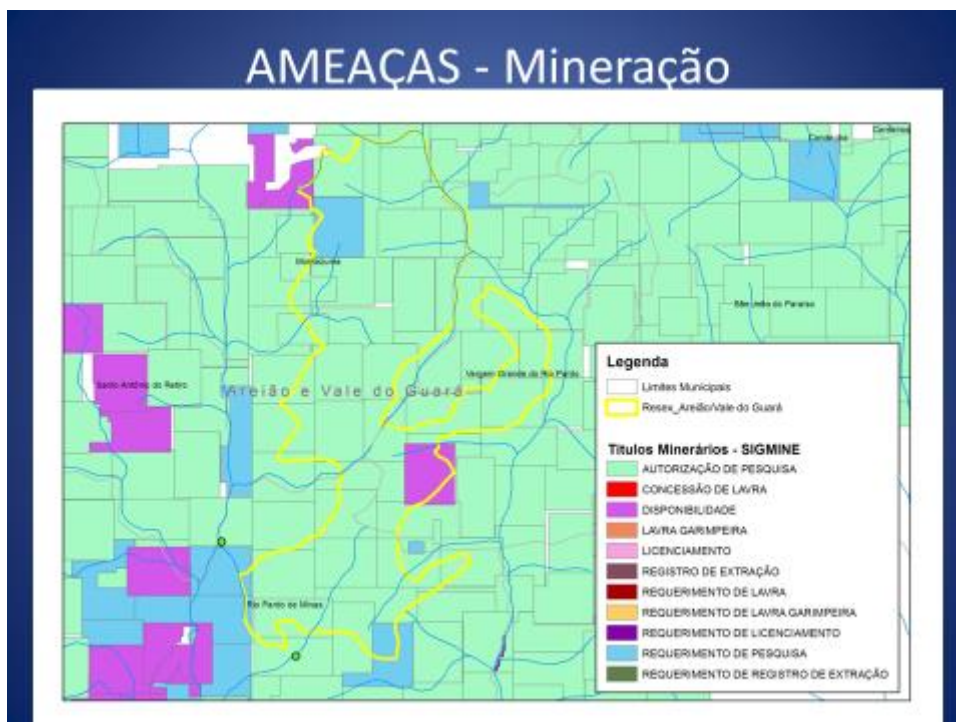
José da Silva, liderança da comunidade de Roça do Mato, conta como foi esse empate com o suposto dono da terra, durante a entrevista realizada em agosto de 2022.



Aqui teve o conflito com um fazendeiro, que se dizia dono da terra e vendeu para outro empresário, e, aí a gente teve que ocupar. Esse lugar que é a cabeceira da água, da nascente. Então, teve que reunir a comunidade junto com outros parceiros e outras comunidades, que ajudaram a gente a combater e a expulsar esse fazendeiro que comprou. Então, foi isso que teve que fazer. Senão hoje a comunidade aqui não teria água mais, porque com certeza tinha plantado eucalipto e a gente sabe que o eucalipto é o maior sugador da água do solo. Então a gente não teria água hoje mais para poder sobreviver na comunidade. Então foi uma luta muito grande, a gente morou lá nessa propriedade mais de um ano, fazendo, revezando, para poder segurar e garantir que ninguém entrasse lá mais.

Além das comunidades já estarem vivendo o drama da expropriação territorial advinda da ação de empresas plantadoras de eucalipto, entre os anos 2006 e 2011 outra ameaça deixou as comunidades sob alerta. Um avião de pequeno porte sobrevoou a região traçando um zig-zag sobre as comunidades durante horas. Ninguém imaginava o que poderia ser. Não demorou muito para chegar pessoas estranhas pedindo permissão para coletar material para pesquisa de empresas de mineração. Alguns oferecendo ajuda, presentes para que os moradores aceitassem a coleta de material para as pesquisas. Na comunidade de Água Boa II, uma máquina sonda chegou a ficar dias coletando material no subsolo, deixando a comunidade em estado de atenção. A única esperança no momento era o decreto de criação da RDS que parecia não acontecer a tempo de impedir tamanha destruição na comunidade.

Figura 24 - Mapa de parte do território do Alto Rio Pardo, com pontos marcados para pesquisa minerária.



Fonte: João Roberto Correia, apresentação na comunidade Água Boa II no ano 2012.

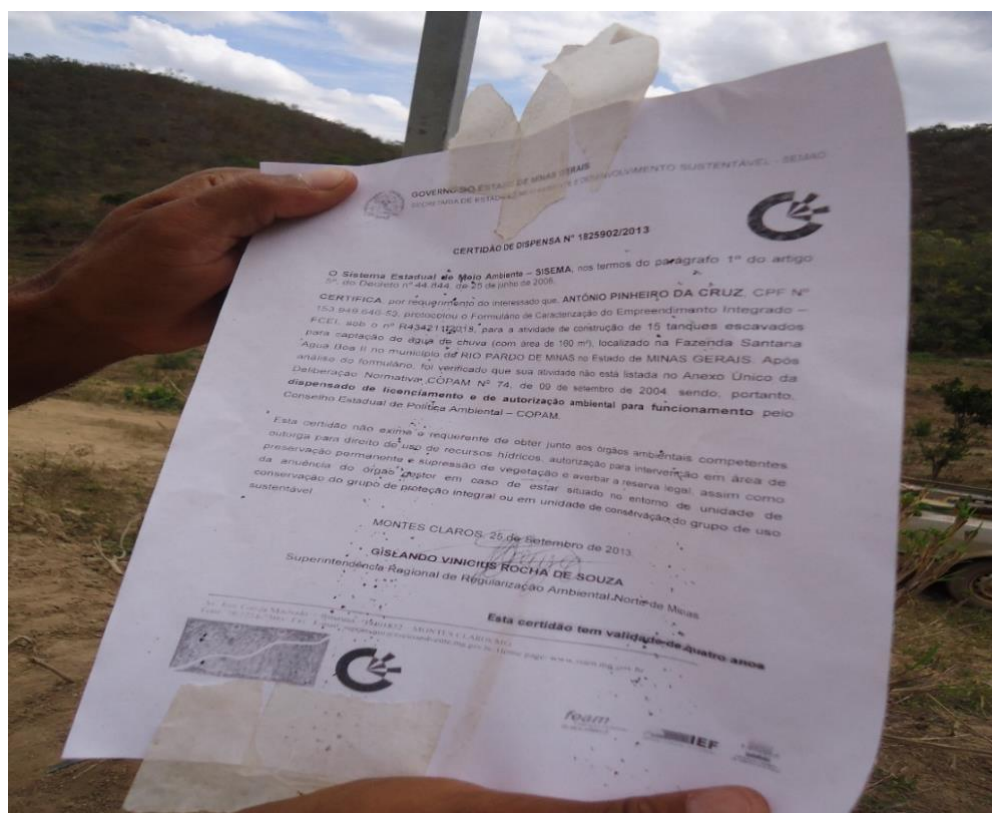
#### *1.4.3 Em Água Boa II, a luta continua*

Em setembro de 2013, a comunidade de Água Boa II mais uma vez é surpreendida com um ataque direto ao principal foco das defesas anteriores. As nascentes da cabeceira de Santana, uma vereda que liga a comunidade à chapada do Areião, estava de posse do ex-prefeito da cidade de Rio Pardo de Minas - MG, que segundo ele havia comprado de um proprietário. Mas a comunidade já estava mais consciente que não podia permitir a degradação desse local de proteção permanente. Juntou um grupo bem maior e impediu a destruição da cabeceira de Santana. Foi o conflito mais acirrado e de perseguição demorada que a comunidade já havia enfrentado. Foram ameaças e muita insistência trazendo policiais para intimidar os moradores da comunidade. Mas, como permitir que o principal foco da defesa daquele território de mais de 12 anos acabasse assim, uma comunidade subordinada às vontades e regalias daquele ex-prefeito empresário? Uma parte dos moradores não desistiram, persistiram até que o suposto dono se retirasse daquela área que foi logo se regenerando.

Essa vereda de Santana, além de atuar como uma esponja, é muito significativa para os moradores, porque é um pequeno córrego aparentemente frágil, mas perene, que tem a capacidade de resistir aos fortes períodos de seca, devido à grande área de captação de água de chuva da chapada do Areião. Além de ser o caminho utilizado pelos moradores para coleta do pequi e outros frutos no Areião.

Utilizando um licenciamento do COPAM (Conselho Estadual de Política Ambiental) com mentira que os 15 tanques seriam para captação de água de chuva. (conferir segundo parágrafo do documento a seguir). No entanto, não foi isso que ocorreu, os tanques começaram a serem abertos no curso do córrego, de modo que a terra caia no leito do rio. A comunidade reagiu e conseguiu barrar a máquina, encaminhar uma denúncia ao Ministério Público (MP), que em seguida acionou a polícia Militar Ambiental. A comunidade já estava ciente de que os planos do empresário não paravam por aí. Nos altos da chapada, que contornavam o terreno, havia uma proposta de desmate para a plantação de eucalipto.

Figura 25 - Licença concedida ao empresário pelo COPAM, para construção de tanques de captação de água de chuva em área de nascente e nas margens do córrego de Sant'Ana, 2013.



Fonte: Arquivo da autora, 2013.



*Figura 26 - Comunitários param máquina e aguardam a presença da polícia.*



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Rio Pardo de Minas – MG, 2013.

*Figura 27 - Comunitários olham estarecidos os estragos numa área de proteção permanente da cabeceira de Sant'Ana.*



Fonte: Antônio José Agostinho, 2013.

*Figura 28 - Polícia Militar é acionada no empate da cabeceira Sant'Ana.*



Fonte: Antônio José Agostinho, 2013.

Esse foi um dos embates mais truculento e desrespeitoso por parte do empresário. A comunidade tentava negociar, pedindo apenas a interdição de qualquer atividade no local, pois logo a área estaria no perímetro da RDS/NG tão aguardada pelos moradores da comunidade. Porém, o empresário colocava a polícia contra a comunidade com intimidações, ameaçando de multas e até prisões. Como estratégia, o empresário pagava salário para um morador da comunidade para ficar vigiando o local e filmar a presença dos moradores que lá acamparam para impedir a continuidade de qualquer atividade. Utilizando de mentiras o empresário processou seis moradores que ele julgava ser as lideranças do grupo, de modo que essas seis pessoas foram proibidas por uma liminar do juiz a não entrarem na área com o grupo.

Como consta nos estudos de Mazzetto Silva (2007) e Duarte (2007), que levantaram as informações das características da área demandada para a criação da UC, a proposta inicial apresentada ao ICMBio, em 2004, era pela criação de uma Reserva Extrativista que seria denominada RESEX do Areião e Vale do Guará. No entanto, havia uma preocupação das comunidades Geraizeiras, que culturalmente criam pequenos

rebanhos de gado à solta. Como na época da demanda constava no SNUC, no art. 18, a ser permitida apenas a criação de animais de pequeno porte em RESEX (BRASIL, 2002), as comunidades decidiram pela RDS, visto ser uma categoria que não apresentava restrição para a criação de animais de grande porte e para os modos de vida Geraizeiro. Embora seja sabido que, há criação de gado em RESEX espalhadas pelo Brasil, mas, a medida que essa informação era repetida, surgiam divergências entre os próprios Geraizeiros. Porém, maior que qualquer divergência era a urgência de agir estrategicamente na defesa territorial do que se embarçar nesses detalhes. Naquele período, encontrar uma solução rápida para a questão da morte das nascentes superava qualquer desgaste acerca de restrições e sim optar por algo que no mínimo impedisse o quanto antes as ocupações e destruições advindas da implantação de uma vegetação inapropriada para a realidade climática da região e dos usos das comunidades.

A decisão das comunidades irem até Brasília e arriscar a vida numa greve de sede e de fome explica o tamanho dessa necessidade diante da demora para criar a UC. Teixeira (2017) por ocasião de sua passagem para estudo na RDS/NG registrou com exatidão o que ouviu dos participantes da greve:

[...] na véspera do Dia Mundial do Meio Ambiente no ano de 2014, cerca de 120 pessoas de comunidades tradicionais e extrativistas do Norte de Minas Gerais se dirigiram à Brasília para reivindicar a criação da RDS Nascentes Geraizeiras. Nessa ocasião, 16 manifestantes iniciaram no dia 04 de junho de 2014, uma greve de sede e de fome, na Praça dos Três Poderes, em frente ao Palácio do Planalto a qual se encerrou no dia 05 de junho de 2014, durando cerca de 36 horas (MOVIMENTO GERAIZEIRO, 2014). Os manifestantes finalizaram o estado de greve quando foi estabelecido um prazo de 40 (quarenta) dias para que fossem tomadas as medidas necessárias para a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável – Nascentes dos Gerais, sendo constituído Grupo de Trabalho no âmbito do Governo Federal, para análise da demanda. (TEIXEIRA 2017, p. 87-88)

Para nós moradores das comunidades desse território que participaram desse ato em Brasília foi a maneira encontrada para fazer ressoar o último pedido de socorro diante dos episódios constrangedores dos anos anteriores. Mas também a demora de uma resposta concreta do governo acerca do decreto de criação da UC foi uma das motivações para o ato como está descrito na análise da autora acima.

Brito (2013) sustenta que nessa época o processo de criação da unidade de conservação já se encontrava há 12 anos tramitando pelos órgãos ambientais e todas as exigências e critérios para sua criação já haviam sido atendidos. A autora segue reforçando como o ato teve grande repercussão, fazendo com que as autoridades

ambientais finalmente dispensassem atenção ao processo e encaminhassem a criação da RDS Nascentes Geraizeiras. Esse episódio remete ao que Escobar (2015) traz dos depoimentos de pessoas e grupos da Colômbia enfrentando poderes dominantes para garantirem minimamente o direito de permanecer no seu lugar de viver.

*Tenemos claro que estamos enfrentando a unos monstruos, como son las corporaciones transnacionales, y estamos enfrentando al poder como es el estado. Nadie está dispuesto a salir de su territorio; a mí me matan aquí, pero yo no me voy". Ya otro líder lo había expresado con similar contundencia en el 2009, cuando el conflicto empezaba a intensificarse: "Nuestra apuesta es defender el territorio; nos quitaron la zona plana y nos fuimos para las laderas; ¿ahora para dónde nos corremos? La gente dice que es preferible morir de un tiro que irse a los corredores de miséria. [...] Pero solamente volveremos a ser esclavos cuando el último hijo haya vendido el último metro de tierra (ESCOBAR, 2015, p. 91).*

As ameaças de morte constantes também deram impulso para que o grupo chegasse a uma decisão radical. Naquele momento, uma resposta positiva do governo traria consolo para os participantes do ato e dos que ficaram nas comunidades, porque a radicalidade dos povos em seus territórios tradicionais ocupados nunca foi uma escolha, um querer, somos historicamente obrigados pelo sistema colonizador hegemônico e uma economia opressora a radicalizar-nos, pois a cada ataque ou ameaça sofrida, o instinto de um espírito comunitário e fraterno é ativado em defesa da vida na comunidade.

A manifestação em Brasília ocorreu um dia antes da abertura da Feira dos Povos do Cerrado, evento mobilizado pela Rede Cerrado<sup>18</sup>, em parceria com outras organizações ambientais e dos PCTs que naquele ano ocorreu no dia 5 de junho de 2014.

---

<sup>18</sup> Maior coletivo de organizações da sociedade civil com atuação na defesa do Cerrado e seus povos, desde 1992.



Figura 29 - Marcha Geraizeira, saindo da Catedral de Brasília em direção ao Ministério do Meio Ambiente.



Fonte: Arquivo do CAA/NM, 2014.

Figura 30 - Greve de sede e de fome na Praça dos Três Poderes.



Fonte: Arquivo do CAA/NM, 2014.

Foram 36 horas em que o grupo rodeado por mais de 100 pessoas solidárias marcando presença e apoiando. Dentre eles haviam quilombolas, povos indígenas (especialmente os Xakriabá), um grupo das Apanhadoras de Flores Sempre Vivas,

representações de vários movimentos e organizações sociais do Norte de Minas Gerais, ONGS e instituições de mãos unidas ao movimento.

Após as 36 horas desse ato, os grevistas e parceiros foram recebidos no gabinete da Ministra do Ministério do Meio Ambiente para um diálogo que resultou na suspensão da greve, devido a um acordo que foi firmado entre os Geraizeiros e o governo que se propôs a investir esforços até que possíveis pendências no processo de criação da UC fossem solucionadas. Segundo Teixeira (2017), enquanto as reuniões se davam em Brasília, durante o mês de junho de 2014, foram realizadas vigílias nos municípios onde a RDS/NG seria criada, com o objetivo de socializar com as comunidades e a sociedade as informações sobre a manifestação do Movimento Geraizeiro realizada em Brasília e comunicar sobre os desdobramentos após a manifestação.

Com tudo isso, ainda foram necessários mais 120 dias de força-tarefa para análise da proposta e muitas reuniões em Brasília e em Belo Horizonte para serem resolvidas as formalidades entre o governo federal e o governo do estado de Minas Gerais, sempre com a participação e apoio do MP. Por fim, no dia 19 de agosto de 2014, foi expedida uma recomendação pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPE-MG) e o Ministério Público Federal (MPF), ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) determinando um prazo para o cumprimento dos acordos firmados que estavam indo a passos lentos.

Finalmente, no dia 13 de outubro de 2014, foi publicado no Diário Oficial da União o decreto de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras - RDS/NG, pela então Presidente da República, Dilma Rousseff. (ver Anexo 2).

Pensando e falando *geraizeiramente*, o que seria melhor? Que nunca tivéssemos que chegar a esse ponto, enfrentar tantos desafios numa disputa territorial, ter que se entregar num ato extremo para fazer pressão política em favor do nosso povo aqui nos Gerais. Se os seres humanos tivessem humanidade para reconhecer o que a natureza representa e apresenta para todos nós seres humanos, isso não seria necessário. Só quem convive com a natureza, a contempla, utiliza e valoriza consegue enxergar que, na realidade, é ela mesma que nos defende. Assim sendo, aqui do nosso lugar, aprendemos de berço que não podemos destruir o que nos acolhe e nos sustenta, e muito menos pensar

que só nós humanos somos os únicos beneficiários dessas dádivas que nos foram dadas por Deus para o bem viver de todos os seres juntos, como está bem claro nas ideias de Acosta (2016), onde todos vivem comungando dos mesmos direitos.

Os povos indígenas têm sido para nós essa referência de resistência e persistência, ainda que à custa de muito sangue derramado. Assim, Viveiros de Castro pontua que essa rebeldia e todas as estratégias utilizadas por esses povos são de defesa e contraponto à destruição aprovada pelo próprio Estado que tem tudo como seu. Se não fosse a sensatez dos povos originários, não existiria nenhum pedaço de floresta, nem povo da floresta, somente o “deserto verde” do “povo da mercadoria” como expressa Davi Kopenawa.

[...] - nós outros também precisamos da ajuda, e do exemplo, dos índios, de suas táticas de guerrilha simbólica, jurídica, mediática, contra o Aparelho de Captura do Estado-nação. Um Estado que vai levando até às últimas consequências seu projeto de destruição do território que reivindica como seu. Mas a terra é dos povos. (VIVEIROS DE CASTRO, 2016, p. 8).

O xamã Yanomami Davi Kopenawa (2015) denuncia o comportamento dos brancos que vivem a pensar que “a nossa floresta é morta e foi colocada lá à toa”. Aqui nos Gerais não é diferente. Enquanto essas vozes ecoam, enquanto nossas atitudes de defesas seguem latentes, porque sabemos que a única coisa que mata a nossa sede é um fruto da natureza viva, a água. Seguem latente também a luta dos gananciosos que querem a todo custo destruir nossa proposta de proteção do Cerrado e da biodiversidade porque a sede deles é outra, aquela sede que leva a pessoa a cometer crimes ambientais e sociais pela loucura de saciar-se pelo luxo, prazer e acúmulo de bens.

Digo isto porque mesmo depois do decreto da RDS/NG, empresários e alguns políticos (prefeitos, deputados) têm se articulado coagindo pessoas das comunidades para apoiarem uma proposta de revogação do decreto da RDS/NG, para que eles possam seguir ativos na destruição da biodiversidade plantando eucalipto e abrindo crateras com a retirada de pedras cristais e outros minérios.

De sua experiência de vida na floresta, diante das atitudes do homem branco, o indígena Xamã Davi Kopenawa anuncia que, parte de nós mesmos a escolha pela vida ou pela completa dizimação, pois se depender da vontade do poder público e econômico a exploração estará sempre acima do que seja proteger os que querem o bem viver nas terras tradicionalmente ocupadas. *“Por isso queremos proteger a terra em que vivemos. Omama a criou e deu a nós para que vivêssemos nela. Mas os brancos se empenham em devastá-*

*la, e, se não a defendemos, morreremos com ela”* (KOPENAWA e ALBERT, 2015, p. 74).

## **1.5 A força que rege a resistência Geraizeira**

### *1.5.1 Com a CEBs, um novo jeito de viver a fé*

As lutas Geraizeiras para reverter o quadro de expropriação nos Gerais, contou com iniciativa das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) a partir desse novo jeito de ser da Igreja Católica constituído no Concílio Vaticano II. Desde então, com a abertura para o laicato, a evangelização chega nos lugares mais remotos propiciando uma reflexão evangélica em sintonia com a vida, a dignidade para todas as pessoas. Assim, além dos sindicatos rurais, pastorais e grupos de reflexões bíblicas contribuíram para a conscientização acerca da violação de direitos representada pela expansão desenvolvimentista na década de 1970 sobre os territórios Geraizeiros (NOGUEIRA, 2017; AGOSTINHO, 2018; BRITO, 2013). Nos espaços de reflexões e orientações bíblicas, a luta por justiça social estava muito bem não havendo como contestá-la frente à realidade de expropriação territorial dos Geraizeiros. Mas como historicamente os povos tradicionais têm sido vítimas de um sistema ideológico conservador hegemônico, insensível aos problemas do outro, nos últimos anos essa realidade volta à tona, de modo que lutar e resistir pelo mínimo direito à vida esbarra em divergências mesmo em meio ao povo que se diz povo de fé.

Nesse sentido, é oportuno trazer para o diálogo, como nosso povo se valeu da fé, da sua crença num Deus criador e libertador. Os Geraizeiros trazem consigo esse entendimento que, as riquezas criadas não são méritos de alguns, e sim para a sustentabilidade de todos, inclusive das vidas não humanas. Trago abaixo, resumidamente, alguns costumes da religiosidade que marca a história da comunidade de Água Boa II, antes mesmo de se vincular à paróquia e organizar-se como Comunidade Eclesial de Base - CEB.

### *1.5.2 Raízes da fé e cultura na comunidade de Água Boa II*

Esse é um trecho da história que foi contada e escrita durante uma roda de conversa na comunidade de Água Boa II, em setembro de 2019, quando o então pároco da paróquia de Rio Pardo de Minas, o Padre Ivanildo, solicitou que a escrevêssemos para ficar arquivada na paróquia.



Antes das celebrações de cultos aos domingos, que tiveram início em agosto de 1985, a comunidade já realizava seus rituais e encontros religiosos. Por ocasião da quaresma, tempo de penitência, a comunidade se reunia nas casas de famílias para rezar o Terço Decorado, prática que foi passada de geração para geração. Tempo de muitas abstinências. Nem falar alto era permitido nesse período, porque todas as atenções estavam voltadas para a paixão e morte de Jesus na cruz, relatou Maria Aparecida Ribeiro. As famílias faziam jejuns, se reuniam para fazerem orações, sempre na casa de uma pessoa mais velha que era a rezadeira ou benzedeira. Eram orações e cantos aprendidos desde a ancestralidade, com seus vários significados, sempre relacionado aos acontecimentos do cotidiano. Os benditos seguiam sempre uma sequência numérica, de um a sete.

Em se tratando da tradicionalidade religiosa do catolicismo, o número sete é considerado o número da perfeição. Portanto, esse costume ancestral de cantar os benditos, enumerando cada verso ou estrofe até sete, pode estar relacionado a esse dogma. Cito o exemplo de um bendito que já ouvi nas romarias para Bom Jesus da Lapa, Bahia.

*Uma bandeira vermelha, a outra das cores do céu*

*Eu sou católica e sou romeira, eu sou contrito a Deus no céu.*

*Duas bandeiras vermelhas, a outra das cores do céu,*

*Eu sou católica e sou romeira eu sou contrito a Deus no céu.*

*Ou*

*Vou cantar **um** benditinho, em louvor desse dia,*

*Lá no céu tem quem adora, são José e nossa Senhora*

*Vou cantar **dois** benditinhos, em louvor desse dia,*

*Lá no céu tem quem adora, São José e nossa Senhora...*

E assim segue até completar sete estrofes. Segundo a tradição, não pode ultrapassar os sete versos ou estrofes.

Segundo os moradores João Ribeiro de Araújo e Leordino Ribeiro de Oliveira, esses momentos de oração aconteciam nas casas. Inicialmente era na casa de uma senhora chamada Clotilde e depois continuou com outra senhora conhecida como Maria de Lúcio. Essas foram as primeiras células da religiosidade local. João afirma ainda, que era de costume, nas rezas do Natal, todos se sentarem no chão forrado de capim. Isso fazia parte

daquele ritual para trazer a memória do nascimento de Jesus na gruta de Belém, pobre em meio aos animais e colocado na manjedoura.

Alguns moradores não prestigiam muito as rezas e as orações feitas por meio dos livros. Segundo eles, essas rezas de livro não têm o mesmo valor daquelas decoradas, e dos terços inteiramente cantados e aprendidos com os mais velhos, ou seja, escritas nas mentes. Antônio Bispo dos Santos, em um texto intitulado *As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético* (2021), diz que a oralidade é carregada de significados. Certamente porque traz consigo memórias, legados, afetos, laços de parentesco e vivências do local. Isso demonstra que, as orações prontas dos livros nem sempre comungam com a realidade, talvez distante das vivências e dos contextos daquela sociedade.

Leordino Ribeiro descreve as caminhadas em oração, quando ocorria muita seca na região, quando até chegou a faltar água no rio em 1939. Foram muitas caminhadas, em penitência para chover. Chama a atenção que, mesmo antes da degradação do Cerrado, ocorressem períodos de seca e falta d'água na região. Ao questioná-lo sobre o ocorrido, Leordino disse que foi um só ano, o ano de 1939. Mas, Correia (2005) afirma que existem escritos e relatos de ocorrência de secas prolongadas na região em tempos mais antigos.

Nilza Pereira da Silva reforçou que nessas devoções as pessoas carregavam pedras até um determinado local. Era penitência para pedir a chuva, quando esta não vinha no período normal. Alguns afirmaram que às vezes as orações se estendiam por nove dias e, quando encerrava aquela penitência, a chuva caía sobre a terra. Nas caminhadas, entoavam uma música assim: “Meus Divino São José, aqui estou em vossos pés // Dai-nós a chuva por esmola, meu Jesus de Nazaré.

Os tempos fortes de oração na até então Fazenda Água Boa ocorriam mais fortemente na quaresma. Contam os moradores que a senhora Maria de Lúcio abria as portas de sua casa para receber a todos. Era uma espécie de mãe espiritual de todos. Algumas vezes, vinham rezadores de outras localidades como o Senhor Jacó e Isaías. A saudosa Marcionília Ribeiro, parteira, rezadeira e benzedeira da comunidade e sua filha Ana Ribeiro, a Senhora Maria das Neves, Marciana de Oliveira levaram adiante essa prática que estende até os tempos atuais com a reza sem uso de livros. Algumas dessas

devoções sofreram transformações, se modernizaram a partir da vinculação à paróquia, adotando orações e cantos escritos.

A Semana Santa fechava o ciclo quaresmal. Na sexta-feira, os moradores saíam a pé para a celebração, procissão e adoração do senhor morto, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Rio Pardo de Minas, andando mais de 20 km. Era um tempo forte de dedicação ao sagrado para todos os moradores que professam sua fé católica. Pegar uma flor do caixão com a imagem do senhor morto era um desafio e ao mesmo tempo um compromisso com os que ficaram em casa e aguardavam receber uma flor daquela procissão, trazida pelos que estiveram lá participando. Desse modo, considerava-se que a pessoa que não foi recebia a mesma graça daquela vivência e caminhada quaresmal. Nilza Pereira da Silva fez uma colocação de como naquele tempo as pessoas levavam a sério a quaresma e o jejum. Não era permitido comer nada antes do almoço, até mesmo as crianças. O almoço do dia de jejum era com todos reunidos ao redor da mesa, num momento forte de oração e que até a comida que sobrava não podia ser jogada em qualquer lugar, porque era sagrada, então, era levada e jogada para os peixes no rio. Sizinia acrescentou que no dia do jejum da Quarta-feira de Cinzas e o da Sexta-feira da Paixão, até o café era menos doce, por ser dia de penitência e sacrifício, pois Jesus passara muita amargura em sua passagem por este mundo.

Outra tradição que se mantém relacionada à “Sexta-feira Santa” (Paixão de Cristo), que se estende até os dias de hoje, é a dos afilhados irem visitar e pedir a bênção aos padrinhos. Seja afilhado de batismo, de crisma, casamento ou outro. Segundo Francisca Antônia de Sousa, havia nas Sextas-feiras Santas um ritual de batismo popular também na comunidade. Por exemplo: se alguém fosse fazer uma visita a outra pessoa e, ao chegar, esse visitante pedisse a bênção como afilhado, a partir dali esse passaria a ser afilhado daquela pessoa visitada. O Senhor Antônio José Agostinho recordou que ainda tinha outra forma de batismo. Quando uma pessoa ia em romaria pela primeira vez em Bom Jesus da Lapa - BA, que na época era de caminhão, quem primeiro avistasse o cruzeiro que fica em cima do morro da gruta do Bom Jesus, mostrava o cruzeiro a um calouro, esse ficava afilhado daquele que lhe mostrara o cruzeiro pela primeira vez. Havia também as festividades e momentos de oração nos tempos natalinos e de Ano Novo, tradicionalmente chamado de Dia de Ano Bom. Eram dias de trocas de visitas aos

presépios, feitos com papéis pintados de toá<sup>19</sup> tabatinga<sup>20</sup> e carvão, retratando uma grande gruta. Muitas Folias de Reis e cantorias seguiam durante semanas, encerrando com uma festa na casa do responsável pela folia.

Maria Aparecida Ribeiro de Araújo recordou que um costume no Natal era de não dormir na noite do dia 25 de dezembro, e que a porta deveria ficar aberta para receber os foliões que vinham visitar e cantar na lapinha onde o presépio estava montado com as imagens de Maria, José, o menino Jesus e os animais. A maioria dos moradores ainda mantém essa tradição, tendo mudado apenas a forma de construir os presépios, que atualmente utilizam vasos de flores, ranchos de capim e muitos enfeites brilhantes comprados no mercado.

Em junho, também se comemora Santo Antônio, São João e São Pedro com a reza do terço tradicional, o hasteamento de bandeiras, fogos de artifício, cantigas de roda, catiras, reisados e muito comes e bebes. Essas práticas ainda existem, talvez menos prestigiadas pelas pessoas mais jovens, que sofreram o processo migratório.

Segundo a tradição da comunidade, os festejos e fogueiras de São Pedro são dedicados aos viúvos e viúvas. Só eles fazem essa fogueira em suas casas, enquanto no dia de São João Batista, as fogueiras são feitas em todas as casas. Havia um ritual importante durante os festejos de São João Batista. Antes do nascer do sol, do dia 24 de junho, todos seguiam para um mergulho no rio, nas águas quase geladas da estação do inverno na região. E, antes de mergulharem, faziam uma observação, olhando sua imagem refletida na água. Segundo o que acreditavam, se na sombra refletida na água a cabeça estivesse separada do corpo, aquela pessoa não estaria viva no próximo ano. Para eles, todos esses rituais representavam a interação e um diálogo direto com a natureza, que por sua vez era uma indicadora dos acontecimentos futuros. Uma profunda interação com o cosmos.

Ainda outro ritual praticado nas fogueiras, lembrou o Senhor Antônio José Agostinho, que no dia de São João havia o rito de se tornar compadres, comadres e

---

<sup>19</sup> Toá é uma espécie de rocha colorida, menos dura, fácil de ser moída, utilizada historicamente por comunidades tradicionais para pinturas em peças de argila, papel e paredes.

<sup>20</sup> A tabatinga é uma espécie de argila branca encontrada no subsolo de veredas. As comunidades tradicionais Geraizeiras a utilizavam para pintar suas casas. Mas, diferente do toá, a tabatinga precisa de um ingrediente para se fixar na parede, porque ela solta após a secagem. Nesse caso, utiliza-se uma cola pouco densa produzida com o polvilho da mandioca para a dissolver e aplicar.

afilhados de fogueira. O Senhor Antônio explicou que o ritual se dava assim: a pessoa pegava a criança no colo ou se fosse adulto ia acompanhado do pai ou da mãe, enquanto caminhavam em círculo em volta da fogueira por três vezes. Durante cada volta recitava a frase: São João dormiu, São João acordou, dá benção sua madrinha que São João mandou. Esse cumprimento era feito a cada encontro com a pessoa que iria ser padrinho ou compadre que estava ali num ponto próximo à fogueira e o outro que circulava em volta da fogueira por três vezes. Depois invertia, o que estava aguardando, após completar as três voltas, ia e fazia o mesmo.

João dos Anjos Santos, (coordenador da comunidade, em 2019), recordou os batizados em casa que ocorriam com frequência nos casos emergentes de doença com risco de morte para o bebê que ainda não tinha sido batizado na igreja. Essa era uma prática comum sempre que uma criança estava em risco de morte, pois pela tradição da comunidade a criança não podia morrer pagã. Nesse caso, uma pessoa da casa realizava aquele batismo. Vale ressaltar, que essa prática ocorria com mais frequência no passado, visto que morriam muitas crianças de tétano, devido ao não acompanhamento pré-natal e falta de vacinas na gestação. Para os mais velhos era conhecido como mal de sete dias. Por esta razão, no sétimo dia, a criança não podia sair fora do quarto, porque estava sujeita a alguma maldição que ocasionava a morte da criança. Lamentavelmente, houve muitas mortes de crianças até o sétimo dia de nascimento, por contaminações durante o parto ou no período dos cuidados umbilicais, situação que já não ocorre mais, devido ao acompanhamento pré-natal e os partos em hospitais. As mezinhas retiradas na natureza, os benzimentos eram muito utilizados para qualquer tipo de doença.

Havia muita reciprocidade nas festividades. Leordino lembrou que as pessoas que faziam as promessas de rezar um terço na casa levavam a imagem do santo de devoção para visitar cada família, para abençoar as casas. Nessa visita, recebiam os donativos para realizar os comes e bebes da festa.

Outros realizavam essa visita com uma bandeira de tecido num mastro. Numa distância de uns trezentos metros, tocava-se uma pequena caixa para anunciar aquela chegada. A bandeira era passada sobre as cabeças daquela família que se colocava ajoelhada, e em seguida fazia-se o convite para a festa. Geralmente, no dia da festa, seguiam um protocolo para receber e distribuir os alimentos. Primeiro eram os homens, depois as mulheres e por último as crianças, ninguém podia quebrar esse protocolo.

Essa cultura não está presente só em Água Boa II. Nas comunidades visitadas durante as atividades de campo também encontrei pessoas que mantêm essa cultura viva associando a fé e a cura por meio da natureza. Outros praticam a produção dos remédios naturais, sempre seguindo regras na maneira de colher, o horário e a forma de fazer o remédio, atividades que são acompanhadas de orações. As plantas trazem em si poderes de cura ou de toxicidade também quando são utilizadas no momento em que se ora, utilizando os ramos, como conta o Senhor Antônio Curiango que é benzedor na comunidade de Vargem da Salina. Disse ele:

Nós pode rezar com uma folha braba, momoneira é, fedegoso é brabo. E a criança nova, tem que rezar com galho de Alecrim, galho de poejo ou arruda mesmo. Pranta mansa, ne? Pranta que é de medicina, mesmo. Se cê pegar e rezar numa criança com pranta braba igual mamona, pra tirar quebrante, ela impola tudo e a criança não sente bem né? Então é por isso que tem essa diferença. (Antônio Curiango. Entrevista concedida em agosto de 2022).

## **1.6 A fé sustentando a resistência**

### *1.6.1 Comunidades críticas e ativas na missão*

Em seu livro *Gerais a dentro a fora: identidades e territorialidades entre os Geraizeiros do Norte de Minas Gerais* (2017, p. 168), Mônica Nogueira intitula um de seus textos com esta frase “Nas comunidades de fé, o embrião da resistência”. Esta frase revela a característica das experiências de fé vivenciada e depositada nas lutas das comunidades Geraizeiras em defesa do território. Desde o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e dos movimentos sociais foi acesa uma fé libertadora. A autora pontuou também as ações, ver, julgar e agir, que a Igreja Católica propôs como uma forma de coordenar as ações na igreja e das comunidades a partir de um indicativo para o passo a passo dessas ações, de modo que, nenhuma atitude fosse tomada equivocadamente.

O ver seria olhar e observar o que estava acontecendo de ameaças à vida em cada local. O julgar seria ficar atentos, construir ideias, procurar caminhos e estratégias para confrontar os impactos negativos à vida das comunidades. O agir, dar os passos em busca de soluções, unir o povo em movimento, até que as comunidades pudessem se situar na esfera da justiça social. Nesse contexto, a Bíblia era um referencial teórico que ajudava a trilhar os caminhos ou desviar de algum obstáculo. Os desafios estão postos, estando com os pés no mundo, ficar olhando para cima esperando um milagre, seria uma atitude correta? Para superar as ações opressoras e destruidoras não existem milagres, existem atitudes, contrapontos e ações concretas.

Nesse contexto de entrelaçamento da fé com as realidades da vida, a omissão dá lugar ao compromisso com o sentido da *ora-ação*, deixando de ficar estáticos frente às injustiças. Com a implantação da Pastoral da Criança nas comunidades, acrescentou-se mais uma ação pastoral, o *celebrar*, que seria um momento comemorativo para enaltecer as conquistas, seja de uma criança recuperada da desnutrição ou da cura de uma doença, ou ainda, celebrar alguma conquista coletiva alcançada.

A imagem a seguir mostra um desses momentos celebrativos com as crianças, ano 2007, na comunidade de Água Boa II, após muitas brincadeiras e canções, um descanso para o lanche. Dia de celebração da vida.

*Figura 31 - Confraternização da Pastoral da Criança, comunidade de Água Boa II, 2007.*



Fonte: Arquivo da autora, 2007.

As CEBs, seguindo as campanhas da fraternidade dirigidas pela CNBB - Conferência Nacional dos Bispos despertaram as comunidades para irem além do que seja o espaço do encontro para orar, e agirem externamente. Uma igreja *em saída quer dizer*, uma comunidade que não se isola entre quatro paredes, que é povo e que vai ao encontro do outro, independentemente de estar junto, viver ou não a mesma fé, é parte da mesma comunidade, do mesmo povo. Ir ao povo levando uma palavra de conforto, uma ajuda, ou simplesmente saber como estão.

Nesse contexto, a religião aqui não se restringe apenas em pensar a salvação após a morte, porque a vida se vive aqui, no salvaguardar a própria existência das ameaças do presente para que se tenha futuro. Nas comunidades unidas rezando e refletindo, floresceu a comunhão, a participação e a responsabilidade uns com os outros.

[...] Nesse contexto, as CEBs se constituíram em *loci* importantes no processo de reconstrução da sociabilidade geraizeira. Isso porque, de um lado, as CEBs se organizaram sobre agrupamentos de parentesco e vizinhança preexistentes, que se encontravam vulnerabilizados sob o impacto das perturbadoras mudanças resultantes da chegada do eucalipto. Por outro, a Teologia da Libertação – base de sustentação ideológica das CEBs – propunha que a igreja não devia se limitar ao apoio espiritual, mas, sim, tornar-se um espaço de convivência social, uma comunidade de fé, crítica e ativa na transformação da realidade, favorecendo, assim, o encontro e a ação coletiva. (NOGUEIRA, 2017, p. 171).

A tão criticada Teologia da Libertação por alguns segmentos da Igreja Católica e demais religiões, trouxe sua contribuição quando potencializou uma ideologia pastoral, ajudando os leigos na interpretação da fé, da Bíblia, comparando aqueles fatos escritos de uma realidade, de forma atualizada com os acontecimentos do presente. A interpretação dos textos bíblicos sob essa ideologia libertadora, fazia muito sentido em face do que a comunidade estava vivenciando.

Desse modo, a religião e a missão comunitária passam a ser um compromisso com a realidade local, de modo que viver uma fé verdadeira implicava em não ficar alheios ou estáticos, como diz Paulo Freire em seu livro *A pedagogia do oprimido* (1970), quando somos atacados em nossa liberdade e direitos de viver. Não há como dissociar essas duas coisas: fé e vida. Se se acredita que Deus é o autor da vida e, por isso, existe a fé, ambas estão intrinsicamente interligadas, ou do contrário se vive uma hipocrisia.

Para nós Geraizeiros de identidade mesmo e de relações com a natureza, Deus não está acima de todos, como se dá na mentalidade conservadora extremista, um Deus isolado, distante da realidade da vida humana e da natureza. Não é um Deus ausente que de longe fica só vigiando quem está fazendo certo, quem está fazendo errado para aplicar o castigo. Para nós Geraizeiros de comunidade participativa, ele está junto sofrendo quando o povo sofre ou se alegrando e celebrando junto quando tudo está bem. Que vive e se doa em abundância ou que está machucado e ferido quando a riqueza criada é destruída junto com sua imagem que são as pessoas, sobretudo os mais vulneráveis.



Boff (2021) em seu livro, *O doloroso parto da Mãe Terra*, comentando sobre as dúvidas de Elie Wiesel, um sobrevivente do nazismo em Auschwitz, que questionava a existência de Deus, ao relatar em um dos seus escritos, *A noite*, o caso de uma criança que estava sendo enforcada e que custava a morrer. “[...] Alguém atrás dele gritou: ‘É Deus, onde está?’ Ouvia-se, a resposta que jamais esquecerá: “Ele está lá naquela criança” (BOFF, 2021, p. 58).

Então, em se tratando do que este trabalho propõe, é importante vigiar as ocorrências da atualidade, sobretudo no campo social, político e ambiental. Paulo Freire (1970) defende ainda que, quando não somos conduzidos à uma educação que é libertadora, o oprimido passa a sonhar em ser um opressor. O que isso tem a ver com o assunto abordado aqui? Muito! Porque como na educação escolar, a fé, a religião pode ser um instrumento de formação de cidadãos com consciência crítica, ou cidadãos alienados, confusos sem capacidade de distinguir o próprio destino, nem de interpretar as consequências de suas próprias condutas, e muito menos de assumir seu verdadeiro papel no mundo. Afinal, o regime do conhecimento que fomenta esse capitalismo hegemônico moderno tem buscado isolar os que foram oprimidos nessa base da pirâmide de desigualdade criada pelo próprio “desenvolvimento” a fim de torná-los alheios e sem reação diante da opressão.

Portanto, a fé que se professa no contexto de nossas lutas para defender o nosso mundo Geraizeiro, em união com outros que sofrem os mesmos dilemas, essa relação com a criação é uma prática formativa e religiosa. Gente e natureza, tudo é uma questão de fé. É a capacidade de enxergar o rosto do criador no companheirismo, nos Gerais, na água, nas montanhas, na cultura, nos saberes e nos sabores que dão continuidade à vida.

Frei Beto recentemente trouxe um alerta numa entrevista concedida ao programa 20 Minutos, em agosto de 2022, esclarecendo que essa evolução de um cristianismo banalizado vem ocorrendo, porque segundo ele, “sacramentaram o capitalismo como condizente com a vontade de Deus”. (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zZbTPn1eQ10>. Acesso em: 20/12/2022). Desse modo, o catolicismo baseado na Teologia da Libertação que os movimentos sociais (inclusive nós Geraizeiros) adotamos tem buscado se contrapor a um modelo de religiosidade que aliena e propõe a mercantilização do sagrado, ao mesmo tempo que explora os recursos naturais (criados por Deus) sem nenhuma sensatez.

Nesse cenário, o Movimento Geraizeiro se fortaleceu a partir das reflexões nos grupos de pastorais, fortalecido pelos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), cujas ações passam a incorporar fatores étnicos, elementos de consciência ecológica e autodefinição coletiva. Desse modo, a emancipação social e política das comunidades se faz dentro e fora do espaço religioso em que a fé se testemunha não entre as paredes de uma casa de oração, ela se revela forte quando se encontra a solução dos problemas reais da comunidade lá fora, onde eles estão, que, quando não são resolvidos, voltam para dentro dos templos como falsa religião.

As estratégias de resistências Geraizeiras pela proteção do território, ancorados na fé, em alguns momentos tensos de conflitos, buscou inspiração nas Sagradas Escrituras. Entendemos que esse livro é um referencial teórico importante para compreendermos que a destruição da natureza que foi entregue a nós para dela sobrevivermos não orienta o avanço indiscriminado sobre a terra e toda sua vegetação. A expropriação territorial das pessoas, encurralamento de comunidades tradicionais, não é vontade de Deus. Também nesse livro está muito claro, que não é justo a defesa da propriedade privada de milhões de hectares de terra nas mãos de uns poucos, enquanto milhões de pessoas não têm um cantinho para viver. Por isso questionamos a concentração de terras nas mãos de uns poucos, enquanto milhões de pessoas passam necessidade de comida porque não têm como e onde produzir. As estratégias de resistência aqui, carregam essas implicações, lutar para não perdemos as últimas chances que temos de viver, uns pensando nos outros, pois o território é também a nossa casa comum.

Na Bíblia traz antigas histórias de disputas territoriais e de guerras por causa da ganância e do poder. Portanto, o Livro Sagrado revela um Deus que não tolerou essa barbárie, se encarnou e se fez pobre, justamente para provocar reflexões ao ser humano sobre sua conduta de ganância e ambição. Nos ensinamentos cristãos está claro como é difícil um rico entrar no reino de Deus, mas há “cristãos” que defendem a concentração de terras nas mãos de uns poucos “propriedade privada”, fruto de grilagens, roubando o que deveria ser compartilhado com quem não tem, ou “encurralam” oprimem comunidades tradicionais com seus projetos. Disso tudo, avaliando do ponto de vista religioso a questão que fica é: Qual será a interpretação feita pelos que confessam ser cristãos estando na responsabilidade de administrar os bens que são comuns, de um texto como este no Livro Sagrado num país tão desigual?

Todos os que abraçaram a fé eram unidos e colocavam em comum todas as coisas; vendiam suas propriedades e seus bens e repartiam o dinheiro entre todos, conforme a necessidade de cada um. [...] A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava propriedade particular as coisas que possuía, mas tudo era posto em comum. [...] Entre eles, ninguém passava necessidade, pois aqueles que possuíam terras ou casas as vendiam, traziam o dinheiro e colocavam aos pés dos apóstolos, depois ele era distribuído a cada um conforme a necessidade. (ATOS DOS APÓSTOLOS 2, 44 - 45 e 4, 32- 35, p. 1393-1395 Bíblia Sagrada, Edição Pastoral da Paulus, 1991).

Ao trazer para o debate esse texto, o faço tendo em consideração o ponto de vista e as vivências comunitárias dos povos tradicionais, sobretudo da religiosidade e das lutas Geraizeiras nas situações e reivindicações por proteção e apoio do Estado. Mais recentemente, assistimos nos noticiários, nos canais de TVs, redes sociais, pessoas que chegam ao poder para administrar para todos, se colocando como pessoas “cristãs” mas, espalhando críticas contra os territórios tradicionalmente ocupados por centenas ou milhares de famílias. Esses sujeitos afirmam haver terras demais para indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais no Brasil, sem fazer menção às grandes fazendas (que concentram terras e bens naturais) sob posse de poucos proprietários nesse país. Como fica a responsabilidade sobre a justiça social? E se nos organizamos em movimento para contrapor esses absurdos, somos rotulados como pessoas do mal.

Entrevistei uma moradora da comunidade de Água Boa II, mãe de 10 filhos, que retirava grande parte do sustento de seus filhos do Cerrado, com a coleta dos frutos para alimentação e a venda. Da palha, produz os chapéus que são comercializados na feira do município. Uma ativista corajosa que ajudou barrar os tratores de um empresário, no ano de 2011, quando viu a chapada onde ela fazia a coleta dos frutos, ser destruída. Ao questioná-la sobre sua experiência de fé na luta e sua coragem para enfrentar aquele tremendo desafio, ela disse:

Ficava estressada. Não sabia se cuidava da luta da água ou da cozinha ou dos filhos. Quando o empresário subia eu não sabia o que fazia. Nós não queria viver nessa situação. A gente fez essa luta toda com os que ajudava, e na hora a gente achava que saía só, com medo, e aí unia aos poucos que tinha. Pedia a Deus que desse inspiração pra gente. Não tinha nada pra falar e Deus inspirava a gente e quanto mais falava mais tinha vontade. [...] Era a força de não ver a água acabar e a fé em Deus. Nós sem Deus e sem água, não é nada. Sem Deus podia acontecer morte e não aconteceu. (AGOSTINHO; CREPALDE, 2018, p. 382).

Para esta mulher de fé e fibra, as ameaças de morte sofridas durante os conflitos até a criação da RDS/NG, não teria um final feliz se não tivesse ali junto um defensor supremo que criou aquela natureza, aquelas nascentes, protegendo a cada um. O mesmo

poder que criou aquela natureza também estava presente ali para ajudar a defendê-la. É assim a fé Geraizeira.

### *1.6.2 A Romaria do Areião*

Como já descrito anteriormente, a Bíblia Sagrada foi um referencial teórico importante em meio às tensões e preocupações que surgiram nessa travessia. Não foram poucas as vezes que o grupo mais envolvido na luta da comunidade de Água Boa II recorreu a esse instrumento, analisando-o a fim de obter respostas às dúvidas que surgiam frequentemente. Quando as forças pareciam se esgotar, perspectivas eram frustradas, quando nem mesmo parte das pessoas da própria comunidade compreendiam aquele esforço que deveria ser de todos, num momento de fraqueza, um texto bíblico foi fundamental para impulsionar uma reação coletiva forte e para encorajar o grupo.

Teixeira (2017), passou pela comunidade Água Boa II e descreveu sobre o que ouviu nessas manifestações, reforçando que, não se trata de romantismo religioso. É uma prática pastoral cheia de significados.

Além das Conferências, a Romaria do Areião também é uma das ações institucionalizadas das comunidades beneficiárias da RDS Nascentes Geraizeiras. A Romaria acontece todos os anos e é uma forma de agradecer pelas conquistas das comunidades e pedir proteção, bênçãos e chuva a Deus. A espiritualidade e a religião são traços muito marcantes das comunidades da região. A própria reivindicação pela criação de uma UC para conservar e proteger as áreas de chapada, é descrita como sendo uma revelação durante a leitura da bíblia por uma das lideranças locais. Há uma certa motivação mística para a mobilização das comunidades. O sentimento de dádiva de Deus diante da diversidade dos recursos disponíveis no Cerrado se faz muito presente, atrelado à noção necessidade de cuidado que essas populações descrevem. Nesse contexto, a união da comunidade e a relação de fraternidade desenvolvida em torno do que a Igreja representa para elas é um dos elementos aglutinadores, e que dão coesão a determinadas partes dos grupos locais, na luta contra situações de opressão e conflito. Esse processo não é recente, e está muito ligado aos preceitos da teologia da libertação, difundido pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), e aos ideais de liberdade e resistência, com os quais trabalha a Comissão Pastoral da Terra (CPT), movimentos que tiveram forte atuação nas áreas rurais a partir da segunda metade do século XX. (TEIXEIRA, 2017, p. 89).

Do livro do profeta Ezequiel, capítulo 48<sup>21</sup>, o texto reflete a realidade de um povo que havia conquistado seu território num contexto político de opressão, mas Deus se

---

<sup>21</sup> “Junto ao território de Judá, desde o limite oriental até o limite ocidental, ficará a porção que vocês separarão como reserva, tendo 12 mil e quinhentos metros de largura e de comprimento, isto é, a mesma dimensão que as outras porções, desde o limite oriental até o limite ocidental. No meio dessa reserva ficará o santuário”. (Ezequiel, 48, 8. Bíblia edição pastoral da Paulus, p.1141). Em nota de rodapé, a seguinte reflexão: “Essa partilha mostra que a vida de todos depende de uma condição: o triunfo da justiça sobre a ganância da posse”.

mostrou sempre fiel e exigindo daquele povo um reconhecimento de seu apoio, por meio de um marco, um sinal. A solicitação dirigida foi de algo que demonstrasse a presença e apoio de Deus àquele povo.

No caso da comunidade de Água Boa II, com apoio do CAA/NM e da igreja local, iniciou-se um movimento junto com outras organizações parceiras e, em 03 de junho de 2010 fez-se a primeira romaria da comunidade até o Areião, onde foi colocada a pedra fundamental de um pequeno santuário que esse sinal da presença divina na luta e conquista territorial. O texto bíblico que segue em nota embora relata um contexto de milhares de anos atrás e não tenha ligação direta à questão das lutas por território nos tempos atuais, naquele momento, ele foi inspirador diante dos questionamentos e inquietações que envolvia a demanda, porque mesmo não entendendo bem o texto, as interpretações contidas na nota de rodapé do texto faziam referência ao que as comunidades estavam buscando. O pequeno santuário, foi uma imagem vista nitidamente após eu acabar de ter feito a leitura que logo em seguida tracei um desenho daquela imagem e propomos que ele fosse construído dentro da reserva.

A primeira romaria contou com a participação de diversas comunidades, organizações sociais, instituições parceiras, representantes do Ministério do Meio Ambiente, ICMBio, EMBRAPA Cerrados do DF, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), sindicatos e universidades.

*Figura 32 - Geraizeiros subindo em romaria rumo ao Areião.*



Fonte: Arquivo da autora, 2022.

Desde o ano de 2010, vem acontecendo a romaria do Areião no mês de outubro, geralmente no dia de São Francisco de Assis por ser ele considerado pelos católicos o santo protetor da natureza. Nos últimos anos, a romaria tem ganhado destaque junto à paróquia de Rio Pardo de Minas, cujos párocos têm apoiado e acompanhado o evento. É um evento ecumênico, mas já é de costume rezar uma missa no local e em seguida são realizadas algumas apresentações culturais, palestras de conscientização ambiental e assuntos relacionados à RDS/NG. Há um ponto importante a se destacar, é que a experiência dentro dessa romaria, embora seja um momento rápido, é o caminhar ouvindo as histórias, contemplando o Cerrado e, no retorno à comunidade, caminhar por outras trilhas para uma passagem e apreciação do foco principal de tantas lutas: a nascente da cabeceira de Sant'Ana com sua água cristalina.

Chegando na comunidade Água Boa II, são servidos arroz com pequi e farofa de carne. Esse alimento também carrega uma característica da cultura alimentar Geraizeira. O arroz com pequi, alimento típico da região, geralmente colhido na chapada do Areião, e a farofa, comida que não pode faltar nas romarias. Após o almoço, acontecem algumas apresentações de teatro e catiras (dança típica). A peça de teatro busca mostrar a história dos enfrentamentos contra o desmatamento e foi organizada por Jonielson Ribeiro, egresso do MESPT, com um grupo de crianças e jovens Geraizeiros.



*Figura 33 - Romaria do Areião, depois de construído o pequeno santuário.*



Fonte: Valdir Dias, 2022.

As comunidades da RDS/NG, sobretudo, Água Boa II que embasou todo esse processo, assumiram dentro do método das CEBs - com suas três ações: ver, julgar e agir, como Nogueira (2017) mencionou - essa nova teologia de reflexões críticas sobre os problemas e ameaças às suas vivências. A romaria atualmente, enquadra dentro da ação celebrar. Ou seja, se a partir da fé houve a promoção da justiça ambiental e territorial - que, por conseguinte, produziu respeito à vida - é preciso celebrar.

## **CAPÍTULO 2 – A RDS NASCENTES GERAIZEIRAS E OS PROJETOS DE FUTURO DE SUAS COMUNIDADES**

### **2.1 RDS Nascentes Geraizeiras, construindo uma nova história**

Antes de iniciar o assunto relativo à criação da RDS Nascentes Geraizeiras, é importante trazer algumas informações relacionadas ao bioma predominante em sua área: o Cerrado. Mazzetto Silva (2009), em seus estudos e análises sobre o Cerrado, denuncia que o bioma se tornou a fronteira permitida, com suas riquezas ignoradas. Riquezas essas que não se trata apenas dos ecossistemas que compõem o bioma, mas dos seus ocupantes, que usufruíam dessas riquezas e que nem mesmo foram considerados pelo sistema desenvolvimentista em expansão. Por esse motivo, os desafios para a criação de unidades de conservação de uso sustentável (RDS ou RESEX) no Cerrado, perpassam os conflitos fundiários e os problemas locais. Há essa visão trivial sobre a rica vegetação nativa do Cerrado sob os olhares da ambição capitalista.

Mazzetto Silva atuou efetivamente nas propostas de criação de unidades de conservação, seja na categoria de RESEX ou RDS, justamente por serem alternativas de reordenamento territorial, considerando os modos de vidas dos povos do Cerrado como os principais protagonistas e salvaguardas do bioma. Com base nos estudos de Ab'Saber, (1971; 1995; 2003) e suas próprias investigações e análises, Mazzetto Silva construiu um acervo de informações sobre o bioma, das quais se destaca, as defesas dos povos tradicionais que vêm salvaguardando esse patrimônio. Ele demonstra ser também o bioma a base de sustentação de grandes bacias hidrográficas do Brasil. Logo, as consequências da destruição do Cerrado, futuramente, vão recair sobre aqueles que mais o destroem e no entanto, ignoram a sua grandeza.

Por estar na posição central do território brasileiro, o Cerrado é o bioma do contato – ele se encontra com os nossos outros principais biomas: Floresta Amazônica, Floresta Atlântica, Caatinga e Pantanal, formando, na fronteira com estes outros domínios, diversos ecótonos ou áreas de transição. No domínio do Cerrado, se encontram hoje 5% da biodiversidade planetária e a maior parte das águas que formam três (3) das maiores bacias hidrográficas brasileiras e sul-americanas: dos rios São Francisco, Tocantins/Araguaia e Paraná/Paraguai (bacia Platina). As chapadas dos cerrados, áreas de recarga hídrica do bioma, contribuem ainda com a alimentação de parte de outras bacias importantes como a Amazônica, a do Parnaíba, do Atlântico Nordeste Ocidental e do Atlântico Leste. (MAZZETTO SILVA, 2009, p. 93).

Portanto, o fruto de uma longa história de lutas, estratégias de resistência das populações Geraizeiras como já foi descrito anteriormente, a Reserva de



Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras, é hoje considerada uma vitoriosa conquista para além dos que dela se beneficiam diretamente.

Quanto à escolha dessa categoria pelas comunidades e parceiros, foi por ser a que mais se enquadra aos modos de vida dos Geraizeiros, que por tradição são criadores de pequenas quantidades de gado e utilizam das chapadas para a solta dos rebanhos coletivamente. Desde que iniciou os estudos da proposta de criação da UC, o que mais foi observado e postulado pelos demandantes é que não tivesse restrição quanto a essa prática, para não limitar ainda mais a economia das famílias. Como na região, os moradores dispõem de pequenas áreas de terra de cultivo, onde a produção de roças não é suficiente para garanti-los financeiramente. O gado é então um recurso reserva. É como uma poupança para um momento de apuro.

As Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) constituem uma categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, que consiste em uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (SNUC, 2000).

Criada pelo Decreto Presidencial de 13 de outubro de 2014, em uma área de 38.177 ha, que abrange parte dos municípios de Vargem Grande do Rio Pardo, Montezuma e Rio Pardo de Minas no estado de Minas Gerais, a RDS Nascentes Geraizeiras impõe um novo desafio para suas populações locais: o de assegurar que seu território seja bem utilizado em proveito de todos que estão dentro dela ou no seu entorno – a Zona de Amortecimento (ICMBio, 2014)<sup>22</sup>.

A RDS Nascentes Geraizeiras têm como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais de maneira sustentável pelas populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.

---

<sup>22</sup> Decreto de 13 de outubro de 2014, cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras, localizada nos Municípios de Montezuma, Rio Pardo de Minas e Vargem Grande do Rio Pardo, Estado de Minas Gerais. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/dsn/dsn14016.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/dsn/dsn14016.htm). Acesso em 26 de julho de 2023.

É de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas<sup>23</sup>, de acordo com o que dispõe a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (SNUC, 2000).

No caso específico da RDS/NG, os objetivos principais são:

1. Proteger as nascentes de córregos que se localizam em seu interior e abastecem a região;
2. Proteger e garantir a conservação das áreas de extrativismo utilizadas pelas comunidades tradicionais beneficiárias;
3. Garantir o acesso ao território tradicional pela população Geraizeira local e promover o seu desenvolvimento socioambiental;
4. Incentivar a realização de estudos voltados à conservação e ao uso sustentável do Cerrado; e
5. Promover a conservação da biodiversidade<sup>24</sup>.

## **2.2 A gestão da RDS/NG**

Com a criação da RDS/NG, um movimento diferenciado passa a existir, mesmo antes da chegada da equipe gestora indicada pelo ICMBio. Inicialmente, com o apoio do CAA/NM, STTR de Rio Pardo de Minas, de Montezuma e Vargem Grande do Rio Pardo, as lideranças comunitárias iniciaram os trabalhos com uma comissão pró-conselho realizando reuniões itinerantes nas comunidades beneficiárias. Nessas reuniões discutiam pautas de construção do Conselho Deliberativo, como também esses encontros se tornavam espaços importante de conscientização, informações sobre a UC recém-criada de modo a levar mais tranquilidade àqueles que ainda temiam ameaças ao território, ou que estavam ainda apreensivas com tantas informações falsas que circularam durante a tramitação do processo. Outras comunidades pertencentes ao território, mesmo que não tivessem sido precisamente informadas sobre os processos antes e depois da criação da UC, quando tomaram conhecimento desse projeto, acolheram e aderiram ao pró-

---

<sup>23</sup> A importância ambiental de algumas áreas é tão grande que a própria lei do SNUC determina, a exemplo dos artigos 9º, I e 10, § 1º, que em certos casos as áreas incluídas em unidades de conservação de posse e domínio públicos sejam desapropriadas. Estabelece ainda, que quando as atividades privadas em áreas particulares sejam contrárias à preservação ambiental e o proprietário não obedece às condições propostas pelos órgãos, conforme art. 12, § 1 e § 2 e art. 13 na mesma norma, a área também seja desapropriada. Disponível em: <https://farenzenadvocacia.jusbrasil.com.br>, Acesso em: 25/02/2023.

<sup>24</sup> Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/5406>. Acesso em: 28/02/2023.

conselho. Alguns moradores dessas comunidades reconhecem terem sido presenteados com o resultado de nossas lutas, e vêm buscando uma proximidade nas reuniões para se inteirarem melhor, visto que nos anos anteriores ficaram “encurralados” pelo monocultivo do eucalipto e viram rios e córregos desaparecerem. Essas pessoas são comunidades que estão localizadas na Zona de amortecimento da RDS/NG e que desde o ano 2011 passaram a receber água vinda em caminhões pipas. As escolas das comunidades, passaram a ter dificuldades para os usos de banheiros etc. Saber que havia um projeto de proteção, em que suas reivindicações estariam menos complicadas, foi uma surpresa muito agradável.

No ano de 2016, com a chegada da equipe gestora indicada pelo ICMBio, as reuniões passam a realizar-se com mais frequência e com a realização de oficinas para a formalização do Conselho Deliberativo, priorizando a participação de lideranças comunitárias, organizações parceiras, representantes de prefeituras, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e outros. Mas a chefia e a responsabilidade técnica estavam sob a direção do gestor-chefe vinculado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Por sua vez, a RDS/NG, foi privilegiada com gestores que ao conhecerem a história de luta para a sua criação se posicionaram com muita sensibilidade junto às comunidades, de modo que, durante os cinco anos da presença desses gestores, muitos conflitos foram diminuídos.

Passados os cinco anos, houve mudança na equipe e veio a pandemia que interrompeu encontros presenciais. As reuniões virtuais já não surtiam tantos efeitos positivos e ainda a gestora-chefe já não conseguia corresponder tanto às necessidades dos grupos. Os diálogos não aconteciam de forma amigável muitas vezes, o que acarretou o enfraquecimento do Conselho. A partir de então, o ICMBio já não era muito bem-visto por alguns membros do Conselho, ou mesmo por algumas lideranças comunitárias ou participantes que vinham às reuniões, mesmo não sendo membros do Conselho, mas porque se sentiam parte daquele movimento.

Estas são colocações que trago de minha experiência como conselheira desde que se iniciaram as reuniões do pró-conselho. Outra realidade observada é que, como os membros do Conselho Deliberativo têm o papel de orientar as decisões do gestor, servidor público federal da UC, especificamente no caso da RDS/NG, há uma necessidade de que

as lideranças/membros do Conselho, sejam melhores capacitadas para que possam entender cada regra e desenvolvam suas habilidades e competências dentro do Conselho e se tornem protagonistas das discussões dentro de suas comunidades, pois alguns moradores ainda não estão bem conscientizados sobre a existência da UC e às vezes tomam atitudes contrárias aos objetivos da UC, ou acabam sendo influenciados por informações falsas sobre os seus objetivos.

Para a equipe gestora da RDS/NG que ligada ao ICMBio ou terceirizados, foram distribuídos alguns questionários. Dentre as questões, uma se referia aos desafios do órgão na gestão da RDS/NG. Do total, 100% responderam que os maiores desafios enfrentados na gestão da RDS/NG, são os empresários que têm terreno dentro ou no entorno da RDS, porque não só eles se opõem ao projeto de conservação, como também instigam os moradores a se oporem e disseminam informações incompatíveis sobre os usos da UC, alegando que, o ICMBio proíbe tudo, vai multar todo mundo por qualquer coisa que fizerem, mesmo as que eram de praxe na tradição Geraizeira. Por esse motivo, aqueles que são conselheiros têm dificuldade para contrapor ou orientar o que realmente é permitido ou não dentro da UC e na Zona de Amortecimento.

Mas é importante ressaltar que, tudo é muito novo. Embora já sejam quase nove anos, muitos participantes ainda ficam à mercê do que a chefia do órgão gestor determina porque não estão seguros e cientes de suas habilidades e competência para propor ou debater os rumos da gestão.

Por outro lado, desde a chegada da equipe gestora, houve um debate acerca da composição da equipe gestora, como também do cuidado com a composição dos membros do Conselho Deliberativo da RDS/NG, tendo em conta que a criação dessa UC foi fruto de uma demanda conflituosa que não atingiu 100% de aprovação dos moradores nesse território. Mas há a compreensão que muitas divergências são consequências do rolo compressor pelo qual essas comunidades foram subjugadas, que acabou por fragmentar o sentido do que é comum. Nesse caso, toda prudência nas decisões é importante para evitar novos conflitos internos e manter a harmonia no território. Desse modo, a orientação trazida por Edel Moraes, fruto de sua experiência e análise sobre gestão em RESEX, é muito relevante.

Para que o processo seja democrático e saudável, em reflexão/ação e reflexão com ação, é necessário o aprendizado coletivo: Governo, sociedade civil organizada e grupos humanos locais. É necessário o entendimento do papel de cada um, compreendendo que a gestão é além das formalidades e contabilizações técnicas e que pode transgredir para a permanência do cuidar do território. (MORAES TENÓRIO, 2018, p. 84).

O Conselho Deliberativo da RDS Nascentes Geraizeiras está em fase de desenvolvimento, embora já exista formalmente há mais de cinco anos. No que tange à inclusão de pessoas das comunidades, há uma boa representação, uma média de 70%, sendo 30% dos conselheiros de outros órgãos ambientais, instituições e organizações da sociedade civil.

Mas ainda assim, é importante considerar as observações que Moraes Tenório, (2018) tem feito sobre as regulamentações que, embora a cogestão possa se apresentar como uma inovação social para a gestão de territórios, trata-se de um conjunto de ações ainda em construção e experimentação. A autora vem de um histórico de defesa territorial bem anterior ao da luta pela RDS/NG. No caso específico da observação feita ao ICMBio, enquanto órgão federal que chefia e regulamenta a estrutura de gestão e assume a cogestão de maneira mais técnica, assumindo o papel de principal responsável para a gestão, nesse caso a participação das comunidades tradicionais não se efetiva em termos de representação, predominando assim os interesses dos atores públicos. Para melhor compreensão dessa realidade, a autora apresenta um trecho dessa regulamentação na qual se constata esses aspectos contraditórios.

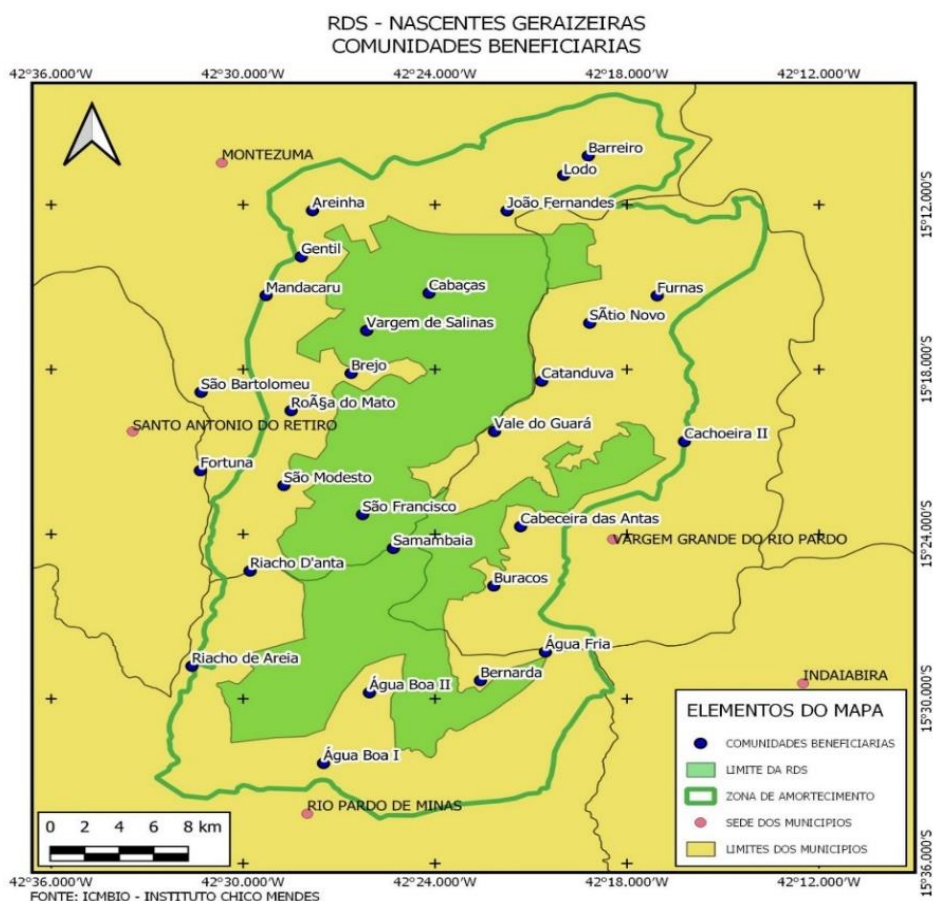
A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que instituíram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, estabelecem diversas orientações para a gestão participativa em unidades de conservação, com destaque para a diretriz contida no art. 5º do Decreto supracitado, que visa assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, na implementação e na gestão das unidades. O Plano Estratégico de Áreas Protegidas (PNAP) assegura estratégias para ampliar a participação da sociedade na gestão das áreas protegidas e tem como princípio “promover a participação, a inclusão social e o exercício da cidadania na gestão das áreas protegidas, buscando permanentemente o desenvolvimento social, especialmente para as populações do interior e do entorno das áreas protegidas”. Trata ainda da inovação ao “promover a governança diversificada, participativa, democrática e transparente do SNUC e fortalecer sistemas inovadores de governança” (BRASIL, 2006a). Apesar do amparo legal, observa-se algumas contradições nas legislações mencionadas. A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, arts.15 a 20 e 29, prevê que o Conselho Gestor será formado e presidido, como titular e suplente, pelo chefe da Unidade de Conservação o servidor do ICMBio. Dessa forma, o Estado está tutelando as comunidades como seres incapazes de cuidar de suas próprias vidas e seus territórios. O cuidar do território pelas comunidades tradicionais e o processo de gestão da reserva extrativista apresentam contradições, entre as quais se destaca: o território é criado em nome de um grupo de populações tradicionais, a partir de um Decreto Presidencial, e posteriormente é repassada uma

Concessão do Direito Real de Uso (CDRU) a uma associação de moradores e há regulamentações que tornarão esta mesma associação um membro do Conselho Deliberativo na gestão do território. (MORAES TENÓRIO, 2018, p. 19-20).

### 2.3 Das comunidades da RDS/NG

No mapa a seguir, é possível localizar cada comunidade que estão dentro da UC ou na sua Zona de Amortecimento. Mas, como consta no parágrafo único do decreto desta UC, na execução do plano de manejo, é possível identificar outras comunidades que se enquadram como usuárias da unidade.

Figura 34 - Mapa da RDS/NG com nomes das comunidades.



Fonte: ICMBio

Logo após a criação da RDS/NG, algumas homenagens, como a festa de aniversário de dois anos de sua criação, aconteceram em Roça do Mato, Montezuma-MG, no ano de 2016. Até música para descrever o conjunto de municípios, comunidades, organizações e instituições parceiras foi composta. De autoria de José Arnaldo Gonçalves

Mendes, o hino da RDS/NG descreve em canção o conjunto de comunidades, parceiros e os municípios de abrangência.

Pequiseirão, Areião, Ribeirão e comunidades, entidades reunidas buscam conservação.

**RDS, Nascentes Geraizeiras, Montezuma, Vargem Grande Rio Pardo de Minas! (2x).**

São Bartolomeu, Riacho de Areia, Brejo Roça do Mato, Vargem da Salina, Fortuna, Catanduva, Buracos, São Modesto!

Água Fria, Bernada, João Fernandes, Barreiro, Água Boa, Mandacará, Antas, Sítio Novo, São Francisco, Areinha e Gentil.

STTR, SEAPA, IEF, ICMBio, CAA, EMATER, COOPAAB, COOCREARP, EMBRAPA, Bem Diverso!

As comunidades tradicionais Geraizeiras que ocupam esse território exercem atividades extrativistas de forma sustentável nas áreas de Cerrado. Por ser na maioria das regiões, terrenos montanhosos e muito pedregosos, são nas partes médias altas conhecidas como tabuleiros que constroem suas moradias. Nas áreas mais baixas, cultivam roças nos tempos de seca. Alguns criam pequena quantidade de gado. Como já mencionado anteriormente, esses animais eram criados soltos nos Gerais – as chapadas, principalmente, nas épocas chuvosas, quando algumas áreas baixas inundavam, ou, porque nos arredores de suas moradias estavam ocupadas com roças. Com a ocupação das chapadas pelo eucalipto, muitos criadores de gado, perderam esse recurso, e passaram a ocupar as terras de cultivo com pastagem para criar o gado. Nesse sentido, houve uma diminuição na produção desses grãos. O Senhor Oscar, de 67 anos de idade, morador da comunidade de Mandacaru em Montezuma, relatou que, como Geraizeiro, viu com tristeza o desmantelamento da vida dos criadores de gado no Cerrado. Mas fala entusiasmado sobre a criação da RDS/NG, sinalizando que uma mudança para melhor já é realidade.

E graças a Deus, com a criação da reserva hoje, o clima é muito mais diferente! O clima hoje é muito melhor, hoje é tranquilo. Algumas nascentes já voltaram a ter, a renascer de novo, que, morreu várias nascentes. E a gente tinha criame de gado, desde o tempo do meu avô, gente criava gado ai nos Gerais, era uma vida gostosa. Quando a gente encontrava lá com os companheiros que criava também. Gente até passava notícia uns para os outros. Isso ai foi acabando. Com os plantios de eucalipto veio as exigências pra não deixar as criação soltas, e agora tá voltando graças a Deus. Tá voltando o normal. Não é mais o que era, mas, se nós preservar o que ainda tem, já é uma grande importância que vai servir pros nossos netos, nossos bisnetos que vão chegando. E a gente vai contando essa história do que era antes para eles. (Entrevista concedida em março de 2023).

Nesse sentido, as comunidades vêm buscando formas de reorganizar seus modos de produzir e criar animais. Algumas comunidades se dedicam mais à criação de gado,



porcos e galinhas, outros conseguem fazer um pouco de cada coisa. Mas a maioria se dedica ao cultivo de roças onde plantam: milho, mandioca, feijão, arroz, andú, cana de açúcar, batata, amendoim, legumes, além de pequenas hortas, nos quintais com diversidade de frutas e café sombreado. A retomada com o extrativismo dos frutos vem crescendo a cada ano, apesar que, não se sabe se está relacionada à questão climática, mas, nos últimos anos, houve uma queda muito grande na produção de todos os frutos do Cerrado de um modo geral.

Nas comunidades que visitei percebi um desafio comum à comunidade de Água Boa II, onde moro. Para a produção de alimentos algumas famílias têm dificuldade devido à falta de espaço adequado para fazerem as plantações. Muitos desses moradores estão em áreas menores que um hectare de terra, motivo pelo qual os mais jovens saem em busca de trabalhos fora. Nesse sentido, a área da RDS/NG, poderia ser o espaço para a ampliação de áreas de cultivo e solta das criações, mas como o plano de manejo ainda está em andamento, não se sabe se a possibilidade de os interessados conseguirem áreas para cultivar roças se confirmará. Nas falas dos meus interlocutores, esse assunto foi muito lembrado, de modo que algumas dessas pessoas solicitaram a mim para comunicar à equipe do ICMBio a apoiá-las nesse sentido.

José Arnaldo, morador de São Bartolomeu em Montezuma, 46 anos, pequeno agricultor, coletor de sementes nativas e restaurador, membro diretor da Cooperativa de Agricultores Coletores e Restauradores Agroextrativistas do Alto Rio Pardo (COOCREARP), falou de sua insatisfação pela demora na construção do plano de manejo da UC. A sua necessidade de adquirir um lugar para cultivar suas roças é uma urgência. Como na RDS/NG existem áreas agricultáveis que foram antes ocupadas por plantios de eucalipto e hoje estão improdutivas, ele se queixa de não poder acessar essas áreas e desenvolver suas atividades agrícolas. No entanto, o seu reconhecimento dos impactos positivos da RDS/NG para frear a expansão do monocultivo do eucalipto e a grilagem de terras é inegável.

Eu moro na comunidade de São Bartolomeu, que fica na zona de amortecimento da RDS/NG, e a gente não tem terra pra gente trabalhar. A terra do meu pai é uma hectare, não dá pra gente fazer um documento, pra gente fazer uma DAP - (*Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*). Assim fica muito difícil da gente trabalhar. As vezes a gente tem que trabalhar na meia. Ser meeiro é fica muito difícil a situação ainda mesmo assim, porque nós estamos vivendo agora um começo que já avançou, mas ainda não chegou né, nos objetivos esperado pelas comunidades tradicionais Geraizeiras e famílias. Nós estamos aqui na RDS, onde tem muita terra onde pode ser cultivada. Que pode ser adiantado um plano

de manejo. Em muitas comunidades, as pessoas acabam tendo dificuldade por isso. Aí fica aí nossa esperança de dias melhores para a gente. (José Arnaldo, entrevistado em agosto de 2022).

Recentemente, no dia 14 de fevereiro de 2023, iniciou-se uma série de reuniões nas comunidades para o planejamento da elaboração do plano de manejo que foi movido por uma ação do MP Federal que expediu um pedido de urgência ao ICMBio para que fossem tomadas as providências e se desse início ao plano de manejo da RDS/NG dentro de um prazo máximo de 12 meses. O ICMBio recorreu da decisão e solicitou prorrogação do prazo.

A Justiça Federal ordena que ICMBio elabore plano de manejo em reserva do Norte de Minas. Demora na implantação do plano coloca em risco recursos hídricos da região e ameaça o sustento de mais de 30 comunidades de geraizeiros. O Ministério Público Federal (MPF) obteve tutela de urgência em ação civil pública movida contra a União e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que obriga a autarquia a elaborar e publicar, em um prazo de 12 meses, o plano de manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras (RDSNG), localizada nos municípios de Montezuma, Rio Pardo de Minas e Vargem Grande do Rio Pardo, no Norte de Minas Gerais. Segundo a decisão, o ICMBio tem prazo de um mês para elaborar o cronograma de trabalho completo e circunstanciado do qual deverão constar todas as tarefas que devem ser executadas para que, ao fim do prazo máximo de 12 meses, o plano de manejo seja elaborado e publicado. (Disponível em: <https://www.mpf.mp.br>. Acesso em 23/02/2023).

A construção do plano de manejo segue latente até o final de março de 2023. Segundo Maria Goretti que é servidora do ICMBio em Brasília que veio para a RDS/NG, a fim de contribuir nas primeiras reuniões nas comunidades, é impossível a elaboração de um plano de manejo, e tê-lo concluído em 12 meses. Por essa razão, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade recorreu da decisão e foi concedido mais cinco meses para a conclusão do plano de manejo da RDS/NG. Na reunião que participei na comunidade de Mandacaru em Montezuma, a reunião teve uma participação significativa dos moradores da comunidade de Mandacaru e Brejos. Alguns moradores ainda carregam algumas dúvidas que foram apresentadas, mas, logo que a equipe esclareceu, mostrou os mapas, desenvolveram exercícios onde os próprios moradores puderam sugerir, propor, questionar, todas as dúvidas foram sanadas.

## **2.4 Sistemas produtivos Geraizeiros**

As atividades das comunidades tradicionais Geraizeiras, são diversificadas. Cultivo de pequenas roças, hortas, extrativismo dos frutos do Cerrado para comercialização *in natura* e extração de óleos, artesanato com argila, cipós, palhas, criação de animais, como aves, suínos e bovinos, produção de farinha, rapadura e polvilho

de mandioca. Recentemente, muitos agricultores têm buscado aderir ao cooperativismo, uma forma de superar as dificuldades financeiras agregando valor aos produtos da sociobiodiversidade, o que tem contribuído para a permanência dessas pessoas que moram em pequenos lotes de terra. Com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) do governo federal, houve um avanço nas formas de produção, com a compra de equipamentos que vem facilitando no preparo do solo e para a produção de farinha, polvilho e rapadura. As imagens a seguir mostram algumas dessas atividades desenvolvidas pelos moradores da área de estudo.

*Figura 35 - Casal mostrando uma prensa.*



Prensa modernizada de enxugar massa de mandioca.

Fonte: Arquivo da autora.

*Figura 36 - Artesã produzindo peças com argila.*



Fonte: Valdir Dias.

*Figura 37 - Artesãs produzindo chapéus.*



Fonte: Arquivo da autora.



*Figura 38 - Roça de quintal.*



Fonte: Arquivo da autora.

*Figura 39 - Agricultor extrativista chega com o pequi coletado.*



Fonte: Arquivo da autora.

*Figura 40 - Extraíndo o óleo de pequi.*



Fonte: Arquivo da autora.

*Figura 41 - Horta de Dona Anita, Água Boa II.*



Fonte: Arquivo da autora.



*Figura 42 - Senhora Nely, colhendo amendoim no assentamento Vale do Guará.*



Foto: Arquivo da autora.



*Figura 43 - Senhor Oscar, fazendo a ordenha*



Fonte: Nilson, comunidade Mandacaru.

*Figura 44 - Produção de polpa de frutas na cooperativa, Água Boa II.*



Fonte: Arquivo da autora.

Nós, Geraizeiros do Norte de Minas Gerais somos criativos e abertos a novas adaptações, construindo formas de trabalho que nos proporcionem independência e alimentação saudável. Sobretudo, nos grupos formalizados vimos nos conscientizando e desenvolvendo práticas agroecológicas, associadas ao cuidado com o Cerrado. As

mulheres procuram diversificar suas atividades para além dos trabalhos da casa. Somos mães, pequenas agricultoras, artesãs, extrativistas e temos buscado ascender nossa autonomia na busca do empreendedorismo coletivo e solidário.

## **2.5 Ações que vêm sendo implementadas**

Dentro do perímetro da RDS/NG e em sua Zona de Amortecimento, existem alguns pontos de plantios de eucalipto mais antigos ou áreas devastadas por pedreiras, áreas de comunidades marcadas pelo impacto do desmatamento, mas também áreas protegidas pelas comunidades como se pode compreender no relato de (MAZER, 2016, p. 14).

A área da RDS Nascentes Geraizeiras sofreu inúmeras alterações antrópicas antes da criação da Unidade de Conservação. Existem áreas de plantios de eucalipto abandonadas, áreas de plantio recente, áreas de Cerrado onde as comunidades geraizeiras realizam a solta do gado e extrativismo, entre outros usos, além de áreas de Cerrado preservadas.

O ICMBio, junto com moradores, tem buscado amenizar esse impacto, construindo barreiras de madeira para frear o aumento dessas enormes depressões no solo. Um sinal claro de que a morte de pequenos olhos d'água é decorrente do desmatamento gerado pelos plantios do eucalipto, mas também de soterramentos pelas erosões que estão nas partes altas, onde o solo foi descoberto. A comunidade de Furnas, no município de Vargem Grande do Rio Pardo, é uma dessas comunidades muito atingida.

No decorrer dos últimos três anos, houve também um trabalho de construção de bacias de contenção da água de enxurradas, que tem dado um bom resultado nas comunidades. Nos períodos chuvosos, muitas enxurradas que desciam diretamente para os rios e córregos causando assoreamento, atualmente estão sendo barradas com essa técnica de construção de pequenas barragens, ajudando no fortalecimento das nascentes e cursos d'água. A Figura 46, a seguir, mostra uma pequena barragem ou bacia de contenção de água das enxurradas e o volume de água que fica acumulada.

*Figura 45 - Pequena barragem de contenção de enxurradas construídas na área da RDS/NG.*



Fonte: Arquivo da autora.

Segundo Neusita, moradora de Água Boa II, e que compõe a equipe que faz a gestão da RDS, essas pequenas barragens já foram construídas em quase todas as comunidades pertencentes à RDS/NG, graças ao recurso de um projeto com apoio do DGM Brasil, que se chamou, Água dos Gerais. Essas pequenas barragens vêm ajudando significativamente a diminuir o assoreamento do solo e a fortalecer o lençol freático.

## **2.6 Resiliência e produtividade**

D'Angelis e Dayrell (2006) descrevem o potencial produtivo da região norte mineira antes das invasões das empresas, como sendo uma região que tinha a capacidade de exportar produtos básicos para municípios da redondeza, o que logo depois das ocupações desordenadas das empresas, as comunidades passam de produtoras a consumistas, comprando alimentos fora, aumentando assim sua dependência de mercados

externos, enquanto os poucos empregos gerados foram sendo suspensos e as populações sertanejas se fragilizando ainda mais pela pobreza. Mas, os Geraizeiros se mantêm resilientes em tempos difíceis, para não abandonarem a vida do campo. A RDS/NG foi criada numa perspectiva de retomada dessas práticas sustentáveis que foram rompidas com o processo de modernização desenvolvimentista. Uma vez recuperadas as potencialidades de trabalho e usos, é possível que as comunidades voltem a ter o que consumir de sua própria produção e comercializar o excedente para geração de renda.

Uma das principais iniciativas de alguns moradores tem sido a adoção de sistemas agroecológicos por iniciativa própria, ou pela interação com organizações parceiras. As políticas de fortalecimento da agricultura familiar também cumpriram um importante papel nesse sentido, como o acesso ao Programa de Aquisição de Alimento (PAA)<sup>25</sup> do governo Federal, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>26</sup>, o Programa de Garantia dos Preços Mínimos Para Produtos da Biodiversidade (PGPMBio)<sup>27</sup>, o PRONAF<sup>28</sup>, além das aposentadorias que representam uma força econômica significativa na região. Correia (2017), reafirma essa mudança importante que tem ajudado as comunidades a darem a volta por cima de uma trajetória de perdas estruturais deixadas pelas firmas.

---

<sup>25</sup> O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 e possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produitiva-rural/paa>. Acesso em 22/02/2023.

<sup>26</sup> O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa a estados, municípios e escolas federais valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em 22/02/2023.

<sup>27</sup> A Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) garante um preço mínimo para 17 produtos extrativistas que ajudam na conservação dos biomas brasileiros. A PGPM-Bio objetiva fomentar a proteção ao meio ambiente, contribuir com a redução do desmatamento, como forma de minimizar os efeitos das mudanças climáticas, garantido, inclusive, renda às populações que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/precos-minimos/pgpm-bio>. Acesso em 22/02/2023.

<sup>28</sup> O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país. Disponível em: <https://idaf.es.gov.br/pncf-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf#:~:text=O%20Programa%20Nacional%20de%20Fortalecimento,e%20assentados%20da%20reforma%20agr%C3%A1ria>. Acesso em 22/02/2023.

Nessa trajetória, a agroecologia e todo o movimento em seu entorno têm sido referência de contraponto ao modelo hegemônico de monocultura e degradação ambiental. O reconhecimento da identidade geraizeira e a retomada de seus territórios, mobilizados pela organização social e política, tornaram possível ampliar os seus direitos e o acesso a políticas públicas, contribuíram para o retorno de famílias para as comunidades, elevaram a participação política das mulheres, reduziram os efeitos da pobreza em função da melhor qualidade de vida, desenvolveram iniciativas locais de geração de trabalho e renda e ajudaram na conservação da agrobiodiversidade e no uso sustentável da biodiversidade nativa. (CORREIA, 2017, p. 104).

Essa realidade descrita por Correia faz muito sentido no que tange à evolução participativa das comunidades. No entanto, isso não é homogêneo para todo o conjunto de comunidades pertencentes ao território da RDS/NG, que carece da implementação de mais políticas de conscientização para a agroecologia, a cultura da cooperação e a coletividade para que ocorra a consolidação dos objetivos pelos quais a RDS/NG foi criada.

## **2.7 Cooperativas: um potencial em curso**

Algumas comunidades vêm desempenhando um papel importante na construção de alternativas de forma a fortalecer a coletividade e a geração de renda. Um desses exemplos são as duas cooperativas existentes na RDS/NG. Desde o ano de 1995, quando foi implantada a Pastoral da Criança na comunidade de Água Boa II, as famílias vêm se organizando em grupo na busca de melhorar a renda, sobretudo, com a inclusão das mulheres e jovens. Tendo experimentado práticas coletivas no extrativismo dos frutos do Cerrado e dos quintais, quando tiveram apoio da Cooperativa Grande Sertão, um grupo de mais de vinte e seis pessoas se uniram e, em 2009, criaram a Cooperativa de Agricultores Familiares Agroextrativistas de Água Boa II (COOPAAB) que atualmente conta com um quadro de 51 associados.

O objetivo principal da COOPAAB é o de gerar renda para as famílias com a produção de polpas e derivados dos frutos do cerrado e dos quintais, promovendo assim a sustentabilidade local, o cuidado com o Cerrado e as nascentes. Esse grupo de cooperados, foi fundamental na luta pela criação da RDS/NG, por estarem atentos às ocorrências de destruição das chapadas, e estarem sempre unidos para discutir os problemas locais. A união dos associados facilitou a tomada de providências importantes e necessárias para contrapor todas as ameaças à comunidade, tendo mediado de forma serena e democrática as opiniões divergentes que foram surgindo.



Desde o início, o grupo recebeu muitos apoios: da EMBAPA Cerrados do DF, Cáritas Brasileira, CAA/NM, Cooperativa Grande Sertão, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) / Consulado da Mulher, Secretaria de Extrativismo (SEX) do MMA, STTR de Rio Pardo de Minas, Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-Ecos) / Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN), Rede de Sementes da Petrobras, Projeto Bem Diverso / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e outros frutos do Cerrado.

Segundo informações da associada e acompanhante técnica da produção, Cleidiana, a COOPAAB ainda carece de muito apoio para ampliar sua produtividade e atingir mais pessoas e comunidades da RDS/NG. No momento, a cooperativa se encontra com um potencial de vendas positivo, mas a produção ainda é muito baixa. No entanto, a COOPAAB hoje, consegue produzir dentro dos padrões exigidos pelo Ministério da Agricultura, os produtos são registrados no órgão, o que traz muita tranquilidade e satisfação às agricultoras/extrativistas por estarem oferecendo um produto saudável e ainda cuidando da biodiversidade do Cerrado.

Quase 100% da produção vai para a merenda escolar, o que tem ajudado as cooperadas e cooperados a melhorar a renda de suas famílias. O principal desafio do grupo no momento está sendo a falta de espaço suficiente para ampliar o estoque. Há um grande potencial de frutos, mas a maior parte da safra ainda não está sendo bem aproveitada. As expectativas do grupo são de crescimento para os próximos anos, pois recentemente, a COOPAAB foi contemplada com recurso de um projeto junto ao ISPN/PPP-Ecos em processo de execução, que proporcionará aumento e qualidade na produção, com a construção de uma câmara fria, compra de equipamentos e um veículo para transportar os produtos até os locais de venda.

*Figura 46 - Fruto do pequi.*



Fonte: Arquivo da autora.

*Figura 47 - Despolpa do pequi cozido.*



Fonte: Arquivo da autora.



*Figura 48 - Despolpa pronta.*



Fonte: Arquivo da autora.

*Figura 49 - Polpa congelada do pequi.*



Fonte: Arquivo da autora.

Nesse sentido, as estratégias de resistência nos Gerais perpassam o propósito de defesa do território e das águas e suas dinâmicas produtivas se adequam às tecnologias

modernas para que ocorra de fato a transformação da realidade, com práticas de uso sustentável dos recursos naturais, como Boaventura (2006, p. 23) aponta “*si los rostros de la dominacion son multiples, tambien deben ser diversas las formas y los agentes de resistencia a ellos*”. E ainda como Ailton Krenak em sua palestra, por ocasião da abertura do ano letivo na Universidade de Brasília, em 2020, quando nos chamou a atenção sobre a necessidade de constituirmos outros mundos de ideias virtuosas para contrapor a esse fim de mundos programado pela hegemonia capitalista, conservadora, que é especialista em criar ausências do sentido de viver. Ou dizendo de outro modo, é um caminho curto, fácil, subalternizar grupos, comunidades a partir de sua vulnerabilidade.

A expertise da classe política conservadora vai desviando o foco de suas responsabilidades sobre a destruição da natureza e dos abismos de injustiças sociais que criam e, ainda ousam culpar os pobres pelos danos ambientais como foi dito publicamente pelo ministro da Economia do Brasil, em janeiro de 2020.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, atribuiu aos mais pobres a culpa pela degradação ambiental no Brasil. Segundo ele, “o grande inimigo do meio ambiente é a pobreza” e “as pessoas destroem o meio ambiente porque precisam comer”. As declarações foram dadas nesta terça-feira (21) durante o painel intitulado “Moldando o futuro da indústria avançada”, uma das atividades do Fórum Econômico Mundial, realizado ao longo desta semana, em Davos, na Suíça. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/mundo/para-paulo-guedes-degradacao-ambiental-e-culpa-dos-mais-pobres/>. Acesso em 28/09/2022.

Esta declaração do ministro da Economia do Brasil remete à ideia sobre o desenvolvimento sustentável nos embates ocorridos nas reuniões de Estocolmo (1972) e no Rio (1992), citados por Nascimento (2012). Segundo o autor, nos debates que se faziam sobre a questão climática global, a ideia de que a pobreza é provocadora de agressões ambientais está presente, sendo uma das razões que se coloca como foco para solucionar as desigualdades sociais. No entanto, o autor considera essa concepção um tanto despolitizada acerca da sustentabilidade na verdade. É um desvio de foco do que realmente vem ocorrendo no mundo para não responsabilizar os reais culpados e não buscar meios concretos para solucioná-los de fato.

Na entrevista de um senhor de 78 anos de idade, durante o trabalho de campo desta pesquisa, na comunidade de Roça do Mato, perguntei a ele, porque mesmo naquela idade ele se arriscou e foi para a luta, impedir um empresário para que não destruísse as chapadas em seu território, e ele respondeu: “Tive que ir, né. Foi o jeito! Foi o jeito! Nós não tinha

outro jeito de sicorrer (Senhor Valdeci de Brito. Entrevista concedida em agosto de 2022). Era a sua sustentabilidade local de décadas que estava em perigo, uma longa vida que o desenvolvimentismo veio para tirar de si, complicar-lhe nos últimos anos de vida.

No ano de 2016, por ocasião das minhas atividades de campo em Água Boa II, fui conversar com uma moradora, mãe de dez filhos que efetivamente lutou para salvar o território, do qual o sustento de sua família em grande parte era retirado, por meio do extrativismo dos frutos nas áreas que estavam sendo desmatadas. Questionei-a sobre qual seria o entendimento dela a respeito do desenvolvimento propagado pelas empresas do eucalipto e como ela pensava o desenvolvimento sustentável, que agora buscava no pleito pela criação de uma unidade de conservação de uso sustentável. “Como a senhora pensa o desenvolvimento sustentável?” Entrevistada: ‘Não excluir ninguém. O que tem na região é de todos. O ponto é querer e ir lá pegar. Tem gente que não aproveita o que tem, mas não criticar os outros que querem aproveitar’” (em AGOSTINHO e CREPALDE, 2018, p. 380).

A luta das comunidades Geraizeiras em defesa do território e da água, do direito de permanecerem com liberdade em seu habitat, quer evitar esses fins de mundo. O fim do mundo que é a territorialidade Geraizeira rompida, como descreve a senhora Neli do Vale do Guará, entrevistada em agosto de 2022.

Aqui em Vargem Grande, foi o lugar mais massacrado de eucalipto. [...] Ninguém criava mais nenhum cabrito porque não tinha água. Você soltava um gado na chapada, ia pras carvoeiras eles dava ureia o gado e matava na chapada, entendeu? Foi assim, era difícil. Ninguém tinha mais gado. Ai a gente foi levando essa conversa, ia em reunião. Ai junto com Água Boa, né. E ai foi, mexe e vira, papel. Depois veio Mazzan e fez o levantamento, né...

Nogueira (2017, p. 149), ao ouvir atentamente o Senhor Nerim da Costa, da comunidade de Vereda Funda, em Rio Pardo de Minas-MG, lamentando a destruição do Cerrado nos Gerais Norte Mineiro, conclui que, “O eucalipto desmantelou o mundo Geraizeiro”, a boa vida do seu povo e do Cerrado.

Nesse sentido, podemos observar que: o conhecimento humano moderno é limitado, do mesmo modo que suas invenções e tecnologias são limitadas. Mas, a sabedoria ancestral adquirida na escola da vida, na escuta à linguagem da natureza é libertadora. Se os humanos tivessem a mente aberta, disposição para observá-la mais,

aprender com suas lições fecundas e maternas, seriam continuamente recompensados com os bens preciosos que só ela mesma é capaz de produzir e doar.

Eduardo Acosta em seu livro, “O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos” considerou as orientações do Papa Francisco em sua Carta Encíclica *Laudato Si* dirigida aos povos do mundo inteiro, para que se faça uma reflexão acerca das condutas que têm separado os humanos da natureza da qual ninguém está dissociado por mais que a ignore.

Seu significado é viver em aprendizado e convivência com a natureza, fazendo-nos reconhecer que somos “parte” dela e que não podemos continuar vivendo “à parte” dos demais seres do planeta. A natureza não está aqui para nos servir, até porque nós, humanos, também somos natureza e, sendo natureza, quando nos desligamos dela e lhe fazemos mal, estamos fazendo mal a nós mesmos. (ACOSTA, 2016, p.14).

O representante maior da Igreja Católica traz o seu alerta sobre o que significa o bem viver, sinalizando que, as consequências a que nós humanos nos sujeitamos quando colocamos nossa capacidade acima da natureza, colocando-a a nosso serviço, ou pensando-a como um produto a ser mercantilizado. Estamos andando na contramão de nossa própria existência.

## **2.8 Desafios, percepções e resultados**

Como já mencionado anteriormente, a RDS Nascentes Geraizeiras foi criada a partir da demanda das comunidades, num contexto de expropriação territorial em meio a muita disputa e conflitos. Só por muita coragem e persistência dos Geraizeiros, que levaram essa proposta ancorados na fé e na luta por mais de uma década, sua criação foi possível. Já são quase nove anos de caminhada e experiências após o decreto. A RDS/NG tem seu diferencial, seja no histórico de sua criação ou pelo fato de ser uma área de Cerrado pertencente ao semiárido mineiro. O ICMBio designou uma equipe para atuar na gestão da UC. As relações entre o gestor-chefe e as comunidades Geraizeiras têm sido amigáveis. A RDS/NG tem se tornado uma referência entre muitas UCs de uso sustentável no Brasil porque conta com uma boa participação dos conselheiros. Existe uma equipe com cinco pessoas trabalhando, sendo: uma gestora-chefe, uma gestora terceirizada, três agentes ambientais temporários, um motorista. Há uma quantidade adequada de veículos disponíveis para a realização das atividades em campo e para transportar os conselheiros para as reuniões. Já houve algumas trocas na chefia. No momento, a RDS/NG, está sob a chefia de Nathália Alves de Sousa, que já iniciou suas

atividades contribuindo na construção do plano de manejo da UC. A nova gestora, em suas apresentações nas reuniões, tem destacado reconhecer esse momento especial e muito importante para ela, porque já vai conhecendo bem os Geraizeiros, as comunidades, os desafios e as perspectivas, como também o histórico de criação da UC.

Até o momento, as comunidades se sentem bem assistidas pelo órgão, sendo um dos pontos muito positivo avaliado pelos moradores. Sempre tem um agente temporário fazendo vistorias, orientando as pessoas e vigiando possíveis danos que venham afetar o território. Em quase 100% do território hoje há rede de internet, que é paga pelos próprios moradores, e tem sido um instrumento importante para a comunicação entre as comunidades e o órgão gestor.

Essa avaliação também foi feita pelo primeiro gestor-chefe da RDS/NG, o Senhor Mauro Braga, que acompanhou todos os passos iniciais da UC e nela permaneceu por cinco anos. Ao ser entrevistado por mim, em março de 2023, durante a reunião que ocorreu em Água Boa II, quando retornou à UC para colaborar no planejamento das ações do plano de manejo, Mauro expôs esse sentimento de uma UC com ótimos avanços, destacando esse diferencial da RDS/NG, tendo em conta sua experiência na gestão de outras unidades de conservação. Sendo ele uma pessoa humilde, calma que conseguiu dialogar com as comunidades desse território, esclarecendo sobre o verdadeiro objetivo pelo qual a RDS foi criada, ajudando sobretudo àquelas pessoas que foram enganadas com falsas narrativas sobre a RDS/NG. Mas Mauro considerou um desafio para a gestão da UC o fato dessa inserção do órgão/Estado no protagonismo das comunidades sobretudo aquelas que mais dedicaram esforços pela criação da UC. Mauro considera ainda que se torna uma questão um tanto delicada, porque não tem como não se sensibilizar e se colocar como um agente que respeita e caminha junto nessa travessia tentando construir pontes, buscando semear a verdade sobre tantas informações mentirosas, que geraram tantos conflitos internos, que de todo modo acabam influenciando negativamente também na gestão. Muitas pessoas não se dão conta de que a RDS e o ICMBio existem para prestar apoio às comunidades dentro das regras da lei, mas que o papel do órgão é construir e potencializar as práticas sustentáveis que estão garantidas dentro dos objetivos pelos quais ela existe hoje.

Mauro destacou ainda o projeto Água dos Gerais, que foi executado junto com as comunidades. Segundo o ex-gestor da UC, esse projeto foi construído junto à associação

da comunidade de São Modesto, em Montezuma, cujo fomento foi destinado ao cercamento de nascentes, construção de bacias de contenção das águas de enxurradas nas épocas chuvosas, plantios de mudas em áreas de nascentes e matas ciliares de córregos, além de oficinas de capacitação para jovens comunicadores.

Nas conversas que tive com algumas lideranças comunitárias que são conselheiras, a avaliação que todos fazem da gestão realizada por Mauro e os demais gestores foi bastante relevante e tem gerado seus frutos. Com as ações implementadas algumas nascentes já estão revivendo as bacias de contenção tem fortalecido o lençol freático que, por conseguinte, abastece as nascentes. Outro fator importante que foi citado por alguns conselheiros foi a forma que a equipe conseguiu equilibrar as tensões e amenizar os conflitos dentro do território, por meio da mediação da equipe gestora da UC com aqueles que intimidavam lideranças até com ameaças de morte e levando informações falsas para justificar suas atividades contrárias aos objetivos da RDS.

Nas falas de Sirlene Leal Agostinho e Neusita Ferreira Agostinho durante a roda de conversa em Água Boa II, isso ficou muito claro. “Hoje se vive um alívio, uma paz muito grande porque não precisamos mais nos expor, ir com nosso físico para enfrentar os poderosos. Hoje temos o órgão [ICMBio] ele vai no nosso lugar”, disse Neusita, e Sirlene acrescenta, “a gente não teve mais o confronto físico”. “Só a nossa comunidade sabe contar o que a gente passou. Outras comunidades passaram, mas igual a nossa...” sustentou Neusita. Na realidade atual na RDS/NG, o ICMBio segue sendo um aliado para a segurança territorial dos que sempre defenderam o Cerrado, enquanto segue sendo o pavor dos que planejam a sua extinção.

Um desafio que tem sido considerado por alguns conselheiros é a necessidade de uma ajuda financeira do governo federal para que esses membros do Conselho possam receber diárias, ainda que seja um pequeno valor, pelo tempo que dedicam às reuniões no Conselho e no repasse em suas comunidades. Isso demanda tempo, principalmente quando precisam discutir assuntos para levar ao Conselho, se dedicar mais para ajudar suas comunidades a compreender o processo de consolidação da UC. Desse modo os conselheiros teriam um subsídio para sua permanência no Conselho pois, a maioria são pessoas de baixa renda, que vivem da luta diária em suas roças e, muitas vezes precisam pagar outra pessoa para cuidar dos seus afazeres enquanto se dedicam às reuniões.

## 2.9 Anseio pelo Plano de Manejo da RDS/NG

Enquanto realizava o trabalho de campo nos dias antes das reuniões de planejamento do plano de manejo alguns entrevistados apesar de reconhecerem a RDS uma conquista, esperam ansiosos pela elaboração do Plano de Manejo da UC. Sem esse instrumento, alguns moradores têm se desmotivado porque se sentem desfavorecidos, quase que “encurralados” do mesmo modo que foram pelas empresas. O Senhor José Pardim de Roça do Mato, em Montezuma, descreveu:

Meu nome é José Pereira Pardim. Eu tô com 60 anos agora. E aqui quando eu nasci, já tinha os antigão, né... Meu bisavô, meu avô criava muito gado nessa chapada ai, ó. Panhava pequi, nós vivia de pequi, né... Articum, tudo na cabeça os balaios. Ai o gado ficava morano pra lá. Nós buscava eles. Vaca criava prá lá. Quando nós ia buscar, os bezerros já tava desse tamanho assim. Ota hora, nós subia pra lá com os cachorros caçando. Ai nós foi vivendo, vivendo, depois foi incurrano a terra, incurrano. Uma firma chegava de um lado, outra do outro. Tinha um prefeito que era de Rio Pardo, que o nome dele era Tacil, foi chegano vendendo, vendendo... Com a RDS, isso ai ficou bom que segurou, né... Mas o que eu acho, que todo mundo tá recramano, que antes falava que daqui pra cá cês não pode mexer que é pros bichos morar e a água. E esse lugar que tá limpo aqui, ó, cês faz uma roça, pranta um capim pro cês ter umas vacas. Agora cá, cês num mexe não. O ICMBio entrou, “num fez nada”. Isso ai, que o povo tá recramano. Que eles tinha que chegar e falar assim, dali pra lá, ó, cês faz uma casa, cês pode fazer uma roça. Mas aqui, eles não vem repartir, não vem entregar o povo a terra. (Senhor José Pardim. Entrevista concedida em agosto de 2022).

Alguns moradores que se envolveram diretamente na construção da proposta pela criação da RDS/NG não tiveram pleno conhecimento dos regulamentos que regem esse reordenamento territorial. A queixa do Senhor José Pardim está relacionada ao Plano de Manejo e ao zoneamento da área o que ele chama de “*repartir a terra*”. Ao que parece, esses moradores queriam sua liberdade de volta para realizarem a solta do gado nos Gerais. No caso de Roça do Mato, há uma questão, porque existem áreas particulares que estão sob ações judiciais que ainda não foram completamente resolvidas, segundo informações de José da Silva que é liderança comunitária. Isso vem comprometendo a utilização de uma área que foi ocupada pela comunidade como relatado anteriormente. Enquanto não resolver essas questões e ter construído o zoneamento da área as restrições continuam.

Segundo parágrafo único inciso 6º do SNUC, o Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável deve definir as zonas de proteção integral, de uso sustentável, de amortecimento e os corredores ecológicos, que serão aprovados pelo Conselho Deliberativo da unidade. Mas na concepção de algumas pessoas bastava o



decreto da UC e os conflitos fundiários estariam solucionados, tudo voltaria ao normal, como era antes da entrada das empresas. No entanto, é preciso aguardar a conclusão dos processos legais, e isso vem provocando desânimo em alguns moradores.

A Senhora Laurita, de 57 anos, da comunidade de Roça do Mato em Montezuma, pequena agricultora e extrativista dos frutos do Cerrado, hoje coletora de sementes, sócia na COOCREARP, também mencionou a questão do Plano de Manejo como uma alternativa que pode contribuir com as expectativas dos moradores. Segundo Laurita, tem pessoas que já estão até desistindo de participar das reuniões, devido às limitações que estão sendo impostas ao uso do território e defende que:

Essa RDS, o que a gente espera é o plano de manejo, né? Que foi começado. Nós teve reunião aqui, acho que uma semana pra fazer esse plano de manejo, mais essa pandemia chegou e foi parado. Parou tudo, né? Nós já tinha começado. Ai eu penso que, se tivesse feito esse plano de manejo, as vezes tava assim igual o povo tá querendo, né? Cada um ter seu pedaço, cada um ter o seu documento. Com esse plano de manejo eu acho que ia concertar, né? Muitas pessoas até desistiu. Que nem meu marido mesmo, ele desistiu. Ele não participa mais de reunião, ficou com raiva. (Laurita. Entrevista concedida em agosto de 2022).

Esse Plano de Manejo tão reivindicado por muitos moradores está a um passo de ser elaborado. Até a data em que Laurita foi ouvida, ainda não havia sido anunciada a ação do MPF para a elaboração do plano de manejo como já foi citada em páginas anteriores. É importante frisar que a conclusão desse plano de manejo se dará num prazo de dezessete meses, a contar da data de sua expedição que foi em 29 de agosto de 2022, portanto, em janeiro de 2024.

As reuniões de planejamento iniciaram praticamente com quase sete meses de atraso. Em três reuniões das quais participei na comunidade de Mandacaru, Furnas e Água Boa II, pude observar, entrevistar e conversar com muitas pessoas e fui percebendo que há muitas dúvidas dos comunitários e até mesmo de conselheiros sobre a área da reserva, zona de amortecimento e as formas de uso. Cada reunião teve momentos de muito esclarecimento, algumas polêmicas sendo ainda levantadas, porque houve muitas tentativas de políticos e empresários buscando uma revogação do decreto da UC. Muitas pessoas que têm áreas particulares dentro da RDS/NG e até mesmo alguns Geraizeiros seguem ainda duvidosos sob essa hipótese. Por outro lado, percebi muitos Geraizeiros contentes, colaborando e muito conscientes do quanto esta construção significa em avanço para os próximos anos e garantia de um futuro mais próspero para todos.

Um exemplo é o Senhor Antônio Brito (Antônio Curiango) de Vargem da Salina, que não abre mão do seu compromisso com a RDS/NG, e expressa seu contentamento com a criação da RDS/NG, ressaltando que essa UC foi motivo de muita alegria, mas por uma questão óbvia trouxe tristeza para outros. Porque para aqueles que queriam continuar seus projetos de destruição das chapadas, caçando os bichos em qualquer tempo, foi uma perda. Mas para ele, as coisas melhoraram muito. Relata:

Trouxe mais sossego, trouxe um alívio. Essa RDS, quando ela começou, ela trouxe um alívio para nós. Muita gente não cumpanha, porque vive naquele carrancismo, né...Mais a RDS trouxe muita coisa de bom pra gente aqui. Essa coieta mesmo de semente, quem esperava que isso ia acontecer assim, né? E hoje um jovem, hoje, se é dele ir pra lá entrar numa firma pra doecer, ele vem panhar semente, ele ganha muito mais. É um dinheiro limpo, um dinheiro limpo. Não tem problema, não tem nada, e cê tá tirando dum lugar que tem e ajudando outro que não tem. Ajudando. Tanto ajuda quem vai coer as sementes, como ajuda aquele terreno, ajudano tudo, né? (Antonio Brito. Entrevista concedida em agosto de 2022).

Enquanto caminhávamos por uma área de carrasco, que foi devastada por um empresário e que hoje está sendo recuperada pelo grupo de coletores, o Senhor Antônio, muito entusiasmado, explicava a importância da RDS/NG. Segundo ele, trouxe sossego para as comunidades, e vai descrevendo feliz a atividade que faz que é cuidar do pequeno pedaço de terra que possui e ser coletor de sementes nativas para a restauração de áreas degradadas, trabalho que realiza reconhecendo que é uma ação de reciprocidade entre as pessoas e o meio ambiente que foi ferido e precisa ser tratado. Por isso, considera ser um dinheiro limpo, justo, referindo-se à renda gerada pela comercialização das sobras das sementes coletadas no Cerrado.

Alguns pontos da RDS/NG ainda estão ocupados com plantios de eucalipto, uns mais antigos, outras áreas que foram devastadas por pedreiras ou desmatamentos e outras que se mantém protegidas, grande parte estão no município de Rio Pardo de Minas e em área de transição para os municípios de Vargem Grande do Rio Pardo e Montezuma cujas áreas concentram muitas nascentes de córregos.

As áreas de eucalipto abandonadas, áreas degradadas por pedreiras, cabeceiras de nascentes, carrascos que foram desmatados vêm sendo restauradas nos mutirões que são organizados pelo grupo de coletores. Pelo projeto Água dos Gerais e Bem Diverso que contribuíram nessas iniciativas, ou por operações realizadas pelo ICMBio e IBAMA.

Outra pessoa que transborda alegria e gratidão pela criação da RDS/NG é o Senhor Davi, morador do assentamento Vale do Guará. Segundo ele, a luta agora no território é para trabalhar, melhorar as condições de vida. Não há mais tensões e conflitos, porque “graças a Deus e a união de todos”, os problemas com as empresas foram sendo solucionados quando estas perderam o “domínio” sobre o território. “Depois da criação da RDS/NG, a empresa que mais nos oprimiu, enfraqueceu, esfriou”. Davi explicou que os resultados são tantos que até a sua comunidade natal, que teve áreas devastada por pedreiras está sendo restaurada.

Também afirmo um outro resultado da RDS/NG, numa outra comunidade que foi onde eu nasci e me criei. É minha comunidade natal. Eu tô no assentamento, mas eu vim da comunidade de Furnas, onde foi considerado Mata Atlântica, e um destruidor da natureza de uma pedreira que tava destruindo tudo. A comunidade estava parecendo um cadáver. Mas aí com a RDS, os representantes juntou ao ICMBio e conseguiu barrar. E já tem resultado depois que foi barrado. Fez recuperação, as águas começou voltar e hoje já consegue ver uma outra vista. (Davi, morador do assentamento Vale do Guará. Entrevista concedida em agosto de 2022).

Essa fala de Davi foi confirmada numa entrevista com o Senhor Aristides Mendes de Oliveira, de 60 anos, morador da comunidade de Furnas/Sítio Novo, e membro do Conselho Deliberativo da RDS/NG, por ocasião da reunião de planejamento do Plano de Manejo em que participei. Vejamos o relato:

Essa reserva sustentável trouxe muitas coisas boas para nós, sobre a água, sobre as nascentes que os nossos rios já tavam todos de erosões, as nascentes aterradas todas. Hoje nós temos bacias de contenções sobre as nascentes sobre as cabeceiras. E hoje a água mudou. Tá muito importante a água aqui pra nós. Moro aqui e participo sempre das reuniões desde o princípio, mas, foi muito bom essa RDS pra nós. Até hoje estamos participando e vamos continuar. Obrigado! (Entrevista concedida em março de 2023).

A Senhora Neli, também moradora do Vale do Guará, diz que a RDS Nascentes Geraizeiras foi uma “bênção de Deus” e ressalta as mudanças positivas em sua comunidade, trazendo dados surpreendentes nesses quase nove anos de RDS/NG:

Aqui quando a gente entrou, cê num via um passarim. Ô gente! Colhia milho ficava ai, ó, os cupins que comia. Num tinha um passarim pra comer. Hoje, depois da RDS, Jacu tá ai pro chão. Veado, como a gente mexe com mandioca na roça, né... Esse outro, Siriema, tá ai no terreiro do povo. Ninguém via nunca, ó, mas apareceu, tem muita! Codorna, é como fala, essa outra, é... Perdiz. Perdiz é cheio demais. Cê faz a horta de alho, precisa por espantalho lá, senão elas arrancam tudo o alho. Ai tem muita, demais. Então assim, o Guará, o Guará tá ai que nem cachorro. Tá vindo no terreiro comer comida. Então assim, e água também. A gente tem uma riqueza de água gente! Não só aqui pra nós, mas essas comunidades todas. Tá uma riqueza de água que eu vou dizer, que Deus é bondoso, Deus é tão milagroso, que, nós não merece o que ele faz com nós. Que nós é maldoso, destrói o que ele faz. E hoje nós temos água, temos

muito bicho que gente não via, Tatú tá ai no meio das roças tudo. Eu tenho que agradecer muito a Deus, pela inteligência que ele deu pra gente lutar por essa RDS, porque, essa RDS trouxe muitos benefícios, muitas frutas nos matos. Pequi, Nossa! O que é de pequi! Pé de pequi novo, porque onde o eucalipto vai acabando, o pequi regenerou. Essa chapada de Vargem Grande era só eucalipto, hoje acabou. Tá lá, depois de vinte anos tá lá, parece que nunca foi derrubado, desmatado... Então assim, tá ai. Cê tem que lutar pro cê deixar. Eu não sei quanto tempo eu vou ficar aqui. Mas assim, eu vou deixar pros meus filhos, meus netos... Saber que a gente lutou, porque as empresas tinha plano de destruir isso ai tudo de novo. Se a gente não entra de “unha e dente”, num tinha mais um pé de árvore sequer nessas chapadas, num tinha né? (Neli, em entrevista concedida em agosto de 2022).

O termo “unha e dente” utilizado por Neli, para nós Geraizeiros significa que todas as forças foram colocadas para salvar o território, ainda que as consequências disso fosse um risco para sua integridade. Força de coragem, força de fé, força de sentimento de pertencimento e a força de viver sua independência, não mais trabalhando como escrava nas firmas sem um pedaço de terra, como ressaltou no início de sua fala. Por isso não houve covardia ou permissão para a implantação de novos plantios de eucalipto onde hoje o Cerrado segue se regenerando.

Na reunião que participei na comunidade de Furnas e que estava presente lideranças da comunidade de Sítio Novo, pude observar que, embora os moradores dessas comunidades não tenham se envolvido diretamente nas lutas, são comunidades de muita resistência porque estão na zona de amortecimento da RDS/NG, vivem o dilema de estarem cercados pelos plantios de eucalipto da empresa SIDERSA. Anteriormente foram prejudicadas também por pedreiras que se instalaram dentro da comunidade, mas as lideranças estão firmes e muito satisfeitas com o apoio do ICMBio. Aparentemente a empresa não persegue os moradores, mas seus rastros de devastação estão presentes causando muitos danos às suas terras e áreas de coleta de frutos.

Os gestores da RDS/NG/ICMBio têm buscado o diálogo com a empresa, no sentido de que, ela se comprometa e cumpra os acordos de reparação dos danos causados às comunidades, fazendo o mínimo que são a construção de bacias de contenção de águas da chuva e barreiras de madeiras para impedir o avanço de grandes voçorocas que já se formaram no solo em consequência do desmatamento. Há diálogos, mas a empresa parece não querer diminuir as áreas plantadas no entorno das comunidades que necessitam da água e dos recursos do Cerrado para sua sobrevivência. Os plantios de eucalipto influenciam negativamente na produção dos frutos do cerrado que estão nas pequenas áreas de vegetação nativa que restaram para as comunidades.

Uma pedreira foi retirada de dentro da comunidade após a atuação do ICMBio, mas foi instalada em outra área próxima que não está dentro da Zona de Amortecimento da RDS/NG. Esse empresário já foi autuado várias vezes dentro dos princípios da lei. No entanto, tem insistido em seus projetos de destruição prejudicando outras comunidades próximas que já estão sofrendo com a falta d'água advinda dos plantios de eucalipto. Durante a reunião, o empresário de nome Evangelista fez algumas provocações questionando a apreensão de máquinas e multas, alegando que estava gerando emprego na região. Trouxe um empregado para ajudar a questionar, insinuando que a empresa é quem tem sustentado ele, tentando assim desconstruir as propostas de construção do Plano de Manejo e sobrepor os seus interesses aos das comunidades. Foi necessário o representante do ICMBio, que estava dirigindo a reunião pedir para procurá-lo em outro momento para conversar, em outra reunião específica para ele, pois aquele momento era o momento de escuta e diálogo com os Geraizeiros moradores das duas comunidades que estavam presentes. Logo em seguida, o empresário se retirou, deixando a sua companhia acompanhando a reunião.

Em seguida, solicitei ao Senhor Deli Mendes de Oliveira, de 67 anos, liderança da comunidade, morador de Furnas que relatou um pouco sobre a entrada das empresas e o que isso significou para ele e como a criação da RDS/NG tem sua relevância nesse processo.

Oi boa tarde! Sou Deli Mendes de Oliveira do município de Vargem Grande do Rio Pardo. Tenho 67 anos. Então eu tô gravando esse vídeo aqui pra contar alguma coisa do meu tempo. Entrou aqui uma empresa, ai o que que acontece, essa empresa, ela veio oferecendo salário, salario, salário. Que ia dar salário pra todo mundo. Quando pensa que não, a gente engajou e aceitou. E ês já começou no outro dia midino, midino as terras e lutando, quereno tomar as terras nossa, nossas frentesiras, e naquele tempo gente não tinha conhecimento nenhum, ês invadiro as áreas e começou já entrar o trator, gradiou, plantou eucalipto. E isso hoje, se nós pudesse, nós queimava tudo. Acabava com isso tudo, mas tá difícil. Mas mesmo assim, a gente vai. Tá entrando com a RDS, com o ICMBio pra minimizar alguma coisa que aconteceu dessa firma. E graças a Deus tá dando tudo certo. A RDS pra mim é um órgão muito importante na minha vida. e também na comunidade, todas as comunidades. A RDS trouxe muitos benefícios. O aproveitamento que nós tem dos Ruffão do campo, Mangaba do campo, pequiheiro do campo, cajuzinho do campo. Já tá tendo as cooperativas para fazer as polpas das frutas. (Entrevista concedida em março de 2023).

## **2.10 “Todo mundo ficou grande com a força de Deus”: guerreiras(os) da terra**

Água Boa II, no município de Rio Pardo de Minas, foi a comunidade com maior envolvimento na luta, do começo ao fim, e onde os desafios foram maiores. No dia 28 de

janeiro de 2023, realizamos uma roda de conversa em que pude ouvir onze das pessoas que com bravura enfrentaram os tratores de empresários, impedindo o desmatamento. Foram perseguidos durante anos, participaram na greve de sede e de fome em Brasília, tendo seguido o passo a passo até o dia em que foi divulgado o decreto da RDS/NG. Não há uma maneira de explicar o sentimento de dever cumprido e da alegria que estas pessoas carregam depois da criação da RDS/NG. Água Boa II é onde se concentram áreas protegidas maiores, devido a comunidade ter reagido a tempo. Só o fato de poder contar com o apoio do ICMBio para fiscalizar e estar atento a qualquer ameaça ao território e às nascentes, todos já se sentem bem recompensados. Nos pequenos trechos das falas de cada um, é possível perceber as expressões de contentamento pelo tanto que esses comunitários se entregaram na luta. São afirmações que demonstram o quanto valeu a pena lutar e ter permanecido até o fim, apesar dos perigos aos quais foram expostos. Até os dias de hoje, na comunidade, existem pessoas envolvidas sendo ameaçadas de morte, outras seguem com processos na justiça. Mas isso não as intimida de continuarem defendendo bens que são comuns a todos: as nascentes e o território.

O Senhor Antônio José Agostinho, de 70 anos, apesar da idade, foi quem mais se preocupou em estar junto e registrar cada acontecimento dessa trajetória de lutas. É aposentado, pequeno agricultor agroecológico, extrativista e cooperado da COOPAAB e COOCREARP. Quando perguntei qual era o sentimento dele, agora que a RDS/NG já completa quase nove anos de seu decreto, disse:

O que eu sinto assim hoje, da criação dessa RDS, é um alívio. Hoje ni mim, e ni cada um dessa comunidade, né... que o que passou por nós nessa luta, não foi coisa de brincadeira. Foi uma coisa que a gente passou, foi ameaçado de morte. Então, através dessa luta nossa, entrou o ICMBio, tomou parte de preservar a nossa reserva, né... Ai pra nós foi tão bom, se não fosse o ICMBio, acho que nós, se não tivesse morrido, mas nós perdia o direito nosso, porque nós não tinha uma força como a que a lei tem, né... que quando a lei viu que nós tava sofrendo, tomou parte que foi uma bênção pra nós. E a outra história que eu acho assim também dentro dessa luta nossa, é porque quando a pessoa é “pequena”, os “grandes” quer pisar, né... mas nós foi assim, Deus deu a força a nossa comunidade, que na hora da luta, todo mundo ficou “grande”, né... com a força de Deus. (Antônio José Agostinho. Entrevista concedida me janeiro de 2023).

A decisão desses comunitários diante do gigantesco desafio de enfrentar o poder de pessoas “grandes” financeiramente, “grandes” no conhecimento hegemônico e maiores ainda na perversidade, não foi simplesmente a coragem, foi motivação de fé e instinto de pertencimento e de necessidade. Um povo que conhece o melhor da vida e que dá sentido à existência de maneira compartilhada. E, nesse sentido, esse grupo da

comunidade de Água Boa II atesta ter sido agraciado com uma força divina que não permitiu que nada de ruim acontecesse, além das perdas e das humilhações diante da indiferença de quem muito tem e ainda vem arrancar o direito ao acesso aos recursos básicos no habitat das comunidades.

A Senhora Eusa Ferreira, mãe de dez filhos, pequena agricultora, extrativista continuou dizendo:

O que eu sinto, é que nós sofreu muito nessa luta. Nós não tinha paz nem de dia, nem de noite, nós não tinha sossego. E ai pra nós agora, nós tá sussegado, tá muito bom. Só que, quando nós reunia aquele monte de gente, nós não estava sozinhos. Nós era pequeno, mas Deus era maior do que nós. Deus era grande e estava com nós, que, a força que dava era só ele mesmo, que nós não tinha essa força. (Eusa Ferreira, durante a roda de conversa no dia 28/01/2023).

Do mesmo modo, segue Sizinia, uma pequena agricultora, extrativista, mãe de três filhos, cooperada da COOPAAB e catequista na comunidade.

Nesse momento, né, eu sinto assim: uma paz, né. E agradecer muito a Deus. Quando a gente vê agora esse bom tempo, né, esse bom tempo de chuva, e os frutos que nós tamos colhendo. E assim, eu penso assim, as vezes a RDS num trouxe assim, benefício assim. Muitas pessoas imaginava que ia ser uma coisa que ia empregar muita gente, né... Assim, as vezes a pessoa falava que vai trazer renda e tal, só que isso, né, até agora num veio. Se não vier pra nós, não faz diferença, né. O bem maior é a água. Só de ver nós tá em paz sabendo que tem alguém que nos apoia, que apoia essa RDS, que nós tem água, para que melhor? E Deus dá nós a força de viver. Que o melhor é a água e ter o Cerrado. Se não fosse a RDS, nós não tinha. A luta da comunidade, eu tenho certeza, que a comunidade não tinha essa fartura de água e de fruto que nós temos aqui. (Sizinia, durante a roda de conversa no dia 28/01/2023).

Como em outras comunidades visitadas, há sempre esse sentimento de paz, alívio, mas ao mesmo tempo, existe esse anseio por melhor condição de vida para todos, pois, como já descrito, parte das famílias beneficiárias da RDS/NG são pessoas de baixíssima renda, com espaços limitados para desenvolver as atividades agrícolas. Nesse sentido, o extrativismo dos frutos do Cerrado e das sementes que são desenvolvidas pelas cooperativas são as potencialidades que podem dar um retorno significativo para as famílias, mas ainda há muito a fazer para que haja um avanço significativo de geração de renda que mude a realidade dessas famílias.

A jovem Clarice, de 19 anos, acompanhou os pais na luta pela defesa da nascente de Sant`Ana, em Água Boa II, e lembrou:

Na época eu era piquitinha, né...Mais dá uma paz saber que aquele conflito, aquele alvoroço todo passou, né... Eu sentia pelos meus pais, que eles largavam o



serviço para ir socorrer, ajudar. E aí eu tenho um sentimento também de gratidão a todos eles mais velhos da época que se esforçaram e lutaram para que não deixasse tomar de conta da nascente, para que nós, a futura geração tivesse água ainda, né? (Clarice. Entrevista concedida em janeiro de 2023).

Rosilene estava na coordenação da comunidade de Água Boa II na época em que ocorriam os momentos de luta mais intensos. Ela enquanto coordenadora abraçou a causa e se colocou na defesa junto com os demais comunitários, mesmo sabendo o quanto isso poderia influenciar negativamente na sua imagem diante de uma decisão que não era unânime na comunidade. Mesmo assim ela se lançou no desafio com coragem. Em sua fala está essa demonstração do compromisso com a fé, a justiça social e ambiental que aprendemos com as CEBs.

Então assim, diante de tudo que aconteceu, hoje, né, depois da RDS que nós temos em nossa comunidade, eu sinto assim, com a consciência tranquila. Eu me sinto como São Paulo, né... Combati o bom combate, completei a corrida, guardei a fé, né?. Hoje a gente sente, aquilo que a gente pode fazer a gente fez, porque era mesmo assustador, era mesmo assim aterrorizante pra gente, né...A gente estava em casa ali fazendo os afazeres da gente, mas tinha que estar com o olho na estrada, porque se o empresário subisse pra nascente, a gente tinha que correr, né, ir pra lá. A gente não tinha paz, não tinha sossego. Na minha coordenação em 2012 e 2013, a gente não podia nem rezar direito, porque na igreja muitos não entendia nossa atitude. E hoje, graças a Deus a maioria já entendeu. Quem ainda não entende, acho que deve carregar essa consciência pesada de não ter feito nada. Eu sou muito grata a Deus pelos irmãos que incentivaram, a gente aprendeu muito com a luta. A gente pensou na comunidade, não só na gente. A gente não deve fazer as coisas só pensando na gente, mas pensar na nossa futura geração, nos nossos netos, nos nossos filhos e numa comunidade cheia de crianças que nós temos. Nós temos que lutar por elas enquanto Deus nos der vida. (Rosilene Ribeiro. Entrevista concedida em janeiro de 2023).

Do ponto de vista de políticas públicas e geração de renda para as famílias, a gestão da RDS/NG ainda caminha a passos lentos. Mas uma coisa é certa, quem lutou está se sentindo contemplado, porque o que era pior já passou no entendimento da maioria. Há um território que foi salvo para centenas de famílias. Quem lutou não se omitiu e os resultados alcançam a todos, mesmo estando na indiferença e omissão.

Eu só tenho a agradecer a Deus, porque para nós foi como um peso que tirou das nossas costas, né... porque gente vê hoje, eu sinto muita emoção de olhar, de rever esse passado. (Vídeos e fotos que foram exibidos) De ver nós ir com os filhos, né... [...] foi um tempo assim de muita tribulação, mais eu fico pensando assim, né... com Deus a gente pode vencer tudo, né...Se nós tivesse sozinhos, nós não tinha vencido, mas com Deus nós podemos vencer tudo! Então hoje, eu sinto essa leveza, de ver a comunidade voltando ao normal, a paz, né. E também da gente sentir esse dever de missão cumprida. Ver a nossa natureza de pé e essa paz, de ter água para nós beber. Que hoje, todo mundo tá compreendendo, que nós não tava querendo tomar terra dos outros. Se nós tivesse querendo terra, nós tomava em outro lugar, né...Que ali, aquela nascente, não sai nada. Ali é somente a água que Deus deixou para nós. Que nosso objetivo é a água, sem ela nós não vivemos. (Marinalva. Entrevista concedida em janeiro de 2023).

No período em que a equipe foi enviada pelo ICMBio, para fazer a gestão da RDS/NG, nós da comunidade de Água Boa II, exigimos a inclusão de uma liderança envolvida e conhecedora da luta para trabalhar com a equipe, porque isso seria importante para dialogar sobre o processo e as demandas das comunidades, permitindo que a equipe estivesse ciente de que a gestão da UC não poderia seguir unicamente os padrões técnicos. A RDS/NG tem um diferencial, aspectos sensíveis que precisam ser levados em conta. Por essa exigência, na equipe há uma moradora de Água Boa II que foi contratada e tem contribuído na gestão. Neusita trouxe suas considerações durante a roda de conversa.

A nossa unidade hoje, conta com um conselho deliberativo, ele delibera também, ele não é só consultivo, né? E todas essas questões, elas podem ser levadas, devem ser levadas pro conselho. O conselho decide. A nossa comunidade faz parte desse conselho. É muito bom. O ICMBio não faz sozinho. Ele tem um conselho que ajuda. É algo que é um caminhar juntos. E aí, essa questão que eu falo que valeu a pena também, é assim, já indo um pouco mais para as iniciativas dentro da unidade de conservação, já teve várias iniciativas com o objetivo de proteção né... recuperação das águas. E aí já foi trabalhado várias questões de cercamento de nascentes da unidade inteira nos três municípios. Construção de bacias de contensão das águas da chuva, várias também. [...] Mas o que a gente foca mais, são essas duas que deu um resultado muito bom. Córregos que não corria água mais, tirou o assoreamento, então, hoje já consegue ter água nas comunidades. As comunidades que tinha anos abastecidas com caminhões pipas, hoje tem água encanada. Assim, talvez nossa comunidade (*Água Boa II*), não necessitou desses trabalhos porque graças a Deus a gente tem água com fatura. (Neusita, durante a roda de conversa realizada no dia 29/01/2023, grifo meu).

Aqui há um ponto importante a se destacar em relação àqueles que insistem em afirmar que o eucalipto não danifica os cursos d'água. Anteriormente, uma moradora relatou que o município de Vargem Grande do Rio Pardo foi o mais “massacrado”, pelo monocultivo do eucalipto. Nesse caso, a comunidade de Água Boa II, cujas nascentes são frágeis em vista dos córregos, do ribeirão, grandes lagoas e brejos que existiam no município de Vargem Grande do Rio Pardo, mas foram dizimados após os plantios de eucalipto. Água Boa II, nunca necessitou de caminhões pipas, e nem de alguma dessas ações mais emergentes que já foram executadas para as regiões mais afetadas, como mencionou Neusita, porque temos água o ano todo. O descaso em torno dessa realidade, é uma afronta ao bem viver e a homogeneização de pensamentos voltados para a proteção do território. Assim sendo, José Arnaldo ressalta que a RDS/NG, “Trouxe uma segurança, que as comunidades podem ter acesso as áreas de coleta, né, mas porém, trouxe uma responsabilidade muito grande para as comunidades ajudarem a fazer a gestão da RDS” (entrevista concedida em agosto de 2022).

Isso porque além de coleta e solta do gado, há que se organizar os beneficiários para estarem engajados nos grupos, nas cooperativas, nos mutirões de restauração, que deveria contar com a participação de mais gente de todas as comunidades, mas nem sempre isso ocorre.

Nas conversas que tive com a equipe gestora, e nas análises feitas das respostas que obtive das questões levantadas num questionário dirigido à equipe que faz a gestão da UC, foi possível compreender que esse continua sendo o desafio de um caminho longo a percorrer, seja pela equipe gestora, como também pela colaboração dos grupos mais ativos dessas organizações que já vêm caminhando juntos a mais tempo.

### **2.11 Uma análise sobre sistemas produtivos Geraizeiros e a eucaliptocultura**

Vejamos um dado relevante do IBGE, do ano 1986, apresentado por Correia (2005) sobre a geração de empregos na região de Rio Pardo de Minas pelas empresas plantadoras de eucalipto, comparando à produção agrícola local, num período forte da expansão da monocultura e ponto alto da empregabilidade dessas empresas.

[...] Apesar deste setor ser responsável pelo maior valor da produção quando comparado com outros produtos agrícolas, sua contribuição para a geração de empregos é muito baixa. Dados do IBGE de 1996 indicam que a produção de carvão e a silvicultura/exploração vegetal foram responsáveis, respectivamente, por apenas 1,34% e 5,64%, respectivamente, na ocupação de mão de obra no município de Rio Pardo de Minas, enquanto que os setores de lavoura temporária e permanente foram responsáveis por 65,30% da ocupação da mão de obra local (CORREIA, 2005, p. 38).

Embora esse dado do IBGE de 1996 não corresponda mais à situação atual da região, é importante frisar que, se em um dos momentos mais expressivo da produção dessas empresas plantadoras de eucalipto, a geração de emprego já era insignificante, nos tempos atuais isso cai para quase zero de empregos, se comparado ao número de pessoas que sobrevivem da agricultura, da criação de animais, do extrativismo dos frutos, artesanatos, aposentadorias e outros benefícios do governo. Porém, avaliando o passivo ambiental deixado pelas empresas e suas influências nas práticas agrícolas tradicionais, sobretudo daqueles que foram temporariamente assalariados, esse sim, alcançou e afetou quase toda a população Geraizeira. Esta realidade nos remete ao que Ailton Krenak em seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo* sublinhou da fala de José Mujica sobre o que ocorre na atualidade. O sistema capitalista hegemônico moderno tem buscado transformar as pessoas em consumidores, e não em cidadãos. Essa dificuldade para maior

engajamento nas organizações sociais, nos cultivos de roças recai sobre as pessoas mais jovens na faixa dos 16 aos 25 anos.

## **2.12 Da organicidade no território**

Em minhas visitas às comunidades da RDS/NG, pude observar que as comunidades mais envolvidas desde o início, são as que estão mais engajadas em organizações cooperativas e trabalhos coletivos. Nas demais comunidades, as famílias desenvolvem trabalhos individuais em suas propriedades e algumas participam de associações comunitárias.

Numa conversa que tive com os membros da Cooperativa de Coletores e Restauradores do Alto Rio Pardo - COOCREARP<sup>29</sup>, os relatos trazidos são animadores, no sentido das propostas que estão em pauta na organização. Através de um recurso que foi conseguido pelo Ministério Público Estadual (MPE), cujo destino será para a construção de unidade de produção, equipamentos, restaurante, depósito de sementes, capacitações e várias oficinas, será uma oportunidade para muitas pessoas da RDS/NG. O Cerrado tem muito a oferecer. Os membros diretores da COOCREARP, José da Silva, José Arnaldo e Fabrícia, estão muito otimistas. Inicialmente, o grupo estava vinculado à COOPAAB, mas preferiram criar outra cooperativa e seguir com as atividades independentes na coleta de sementes e na restauração de áreas degradadas.

A jovem Fabrícia Santarém, que é coletora de sementes e restauradora e secretária da COOCREARP, relatou um pouco dessa experiência.

Inicialmente, as sementes eram doadas 100% pelos coletores e a gente não recebia nem um tipo de ajuda de custo para fazer as atividades de restauração. Já em 2021, a gente fez um plantio, né com ajuda de custo que a gente teve, né. É claro que não foi suficiente para pagar tudo, mas foi uma ajuda bastante considerada em comparação com os outros anos. Já em 2022 tivemos um recurso de uma empresa a CARGIL, porque a gente sabe que os coletores precisam ser valorizados. (Entrevista concedida em agosto de 2022).

José da Silva, que é o presidente da cooperativa, complementou dizendo que as áreas desmatadas dentro da RDS estão sendo acompanhadas e, desde 2017, foi iniciado um trabalho de experimento com a semeadura direta. Essas áreas, são aquelas em que os

---

<sup>29</sup> A Cooperativa de Restauradores do Cerrado Mineiro, fundada em 13/10/2021 e com razão social Cooperativa de Agricultores Coletores e Restauradores Agroextrativistas do Alto Rio Pardo - COOCREARP, está localizada na Zona Rural, comunidade de Roça do Mato em Montezuma, estado de Minas Gerais. Sua atividade principal, conforme a Receita Federal, é a produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto.

eucaliptos já foram retirados ou onde ocorreram outros tipos de degradação, em cabeceiras de nascentes.

“Em 2021 foi feito um plantio direto na cabeceira do Brejo que também tá dentro da unidade de conservação. E esse ano 2022 foi feito uma semeadura direta na comunidade de Vargem da Salina, uma recuperação em área de carrasco, e em Água Boa lá na chapada numa nascente do Areião”. (Entrevista concedida em agosto de 2022). A área mencionada por José da Silva é conhecida como Cabeceira do João Gonçalo que, por ser um local muito arenoso e pisoteado pelo gado, área próxima a uma nascente, foi cercada e restaurada. Segundo José Arnaldo, que também é membro diretor da COOCREARP, as áreas que foram semeadas no ano de 2017, as plantas já atingiram mais de dois metros de altura, enquanto outras são de crescimento mais lento. Dentre as espécies utilizadas para a restauração são inclusas: arbustos, gramíneas, maracujá nativo e árvores de grande porte como pequi, jatobá, Lobeira, carne de vaca, tingui e outras.

É assim a história e a identidade Geraizeira sendo constituída dentro do contexto socioambiental que vivenciaram e formam seu modo de viver e de se reproduzir, sem abrir mão do seu saber ecológico (BRITO, 2013). Viver num ambiente natural associando suas práticas de produção e proteção são partes fundamentais de sua existência. Nos próprios nomes das comunidades pertencentes a esse território em sua maioria simbolicamente estão associadas ao mundo natural em especial a água ou animais silvestres. Roça do Mato, Água Boa, Riacho de Areia, Água Fria, Vale do Guará, Vargem da Salina, Antas, Mandacarú, Lodo, Brejos, Riacho D`anta, Samambaia, Cachoeira, Furnas e assim vai.

As estratégias de resistência dessas comunidades, suas formas de organização para combater a expropriação territorial que sofreram tem produzido resultados significativos que demonstram o quanto vale a pena insistir e persistir, pois na atualidade quem resistiu vive melhor que quem perdeu a esperança e migrou. Desse modo, tem crescido o debate e as reflexões sobre o que é viver bem e do quanto é importante proteger e assegurar o Cerrado vivo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fruto de uma longa história de lutas, a partir da resistência e união das populações Geraizeiras no Norte de Minas Gerais, deu origem a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras, que atualmente é considerada uma vitoriosa conquista. Ainda que o território seja de domínio público e, por isso, passa a estar sujeito às intervenções do Estado, que muitas vezes contradiz aos modos de vida dos povos nos Gerais, as comunidades que se auto-reconhecem, se identificam como tais pelas suas formas de uso e a sadia convivência com a natureza, estão convictas de que poder contar hoje com a força da lei, da participação do Estado, conciliando e construindo mecanismos de proteção junto é uma garantia para seus sistemas socioculturais e a defesa da biodiversidade, para a promoção da sustentabilidade local a curto e longo prazo.

O trabalho de pesquisa desenvolvido no território junto com essas comunidades da RDS/NG procurou trazer esse entendimento de que é possível através desse reordenamento territorial, estabelecer um sistema produtivo equilibrado impedindo que interesses econômicos individuais hegemônicos continuem a se sobrepor à dignidade e ao direito de sobrevivência coletiva de um povo, que historicamente foi subjugado e colocado numa condição de perdedor. A cada relato e informação obtidas dos meus interlocutores e até mesmo nas observações feitas durante as reuniões em que participei, ficou muito claro que a criação da RDS/NG foi um recurso fundamental, diante da situação emergencial em que as comunidades se encontravam.

A crescente grilagem de terras, as ocupações desordenadas de empresas, o interesse de particulares que estão nas cidades, que vêm buscando cada vez mais se apropriarem de áreas rurais de uso das comunidades, tem sido uma situação preocupante a cada ano que passa. Nesse sentido, destaco algumas questões que foram levantadas por Bursztyn e Bursztyn (2012, p. 40) em seu estudo sobre a política econômica e o caminho para a sustentabilidade, visto que, se as comunidades não se unem e não se lançam em desafios tão grandiosos para defenderem seus territórios, suas vidas estariam cada vez mais ameaçadas. Nesse sistema capitalista dominante não há limites para o avanço sobre as terras e territorialidades dos povos tradicionais. Suas questões seguem “Até onde vai o direito de propriedade, se a fruição de tal direito gera danos à coletividade?” E continuam, “até que ponto a incorporação de novas tecnologias aos processos produtivos pode se dar sem a observância de avaliações prévias de seus possíveis impactos

negativos?”. Assim, as comunidades se veem obrigadas a buscarem essas alternativas, criando mecanismos de combate à política negacionista que muitas vezes é admitida pelo Estado que pouco investe e pouco caso tem feito dessas populações. A vida dos povos Geraizeiros importam! São deles e delas a mão de obra pesada que alavanca a economia dos municípios e do estado. São de seus esforços, a comida saudável que chega na mesa de tantas pessoas. E mais, são de suas lutas incansáveis para defender as nascentes e rios que a sede de tanta gente é saciada. Aliás, é muito importante lembrar o óbvio: água não brota de torneira! Água tem sua existência intrinsicamente ligada ao ecossistema natural. A “floresta” de eucalipto não vem de um sistema natural como também não é uma vegetação apropriada para uma região semiárida. *“Esse trem num tinha aqui não, essa praga não é daqui não”* Sr. Antônio Curiango está correto. Juntando o processo utilizado para a monocultura e a própria característica dessa planta com a condição climática e dos tempos curtos de chuva na região, foi uma praga que cercou nossas comunidades.

Sendo a RDS uma das categorias de UC que mais corresponde às formas de uso dos Gerais pelas comunidades Geraizeiras e ao mesmo tempo, pode contribuir com o desenvolvimento de outras práticas produtivas que permitem o equilíbrio ambiental, sem prejuízo para a economia local. Ainda assim, nesses quase nove anos de sua criação surgem divergências porque as pessoas que são de fora e têm propriedade dentro da UC, principalmente os que moram em áreas urbanas, não conseguem enxergar o tamanho das riquezas oferecidas pelo Cerrado em pé, porque para uma visão mercantil individualista elas não são tão expressivas. Nem mesmo a perda dos recursos hídricos, que são visíveis a todos, tem sido suficiente para provocar um raciocínio lógico acerca das perdas provocadas pelo desmatamento e o monocultivo do eucalipto. Sempre que aparece empresários, fazendeiros ou pessoas que apoiam essas práticas, se percebe expressões de deboche sobre os que vêm lutando como guardiões do Cerrado.

Todas as ações que foram empreendidas pelos Geraizeiros nesse território não são apenas para proteger um pedaço de chão com sua vegetação, para as populações que aqui vivem. Essa defesa contribui significativamente para o Brasil e para o mundo, visto que, as questões ambientais e climáticas têm produzido cada vez mais desigualdades sociais porque a produção agrícola tem diminuído pela falta de umidade na terra ou pela brusca intervenção nos modos de vida locais. Até mesmo a vegetação nativa tem sido atingida como já foi dito. Alguns moradores relataram um avanço de mortes de pequiizeiros,



mangabeiras e outras árvores, algo que necessita de estudos urgentes para que sejam tomadas algumas medidas para controlar a situação. Os sinais são cada vez mais evidentes de que as afrontas contra a natureza vêm ultrapassando a normalidade. E são os povos tradicionais, camponeses com suas táticas de solidariedade que tem segurado a onda violenta da ambição capitalista dominante que escraviza e destrói.

Hoje a gente vê que a natureza chora, a natureza clama por socorro. A natureza não é mais como naquela época em que eu vivi determinados anos de minha vida. Eu pude ver coisas boas da natureza. Como ela nos oferecia seus frutos que foi Deus que plantou com as suas mãos. E a gente viveu naquela maravilha, né? Tinha dificuldades, mas a natureza supria nossas necessidades. (Isaurina de Oliveira, 49 anos. Entrevista concedida em outubro de 2022).

A criação da RDS/NG, antes de tudo, foi motivada pela água, um elemento grandioso, básico, único para o sustento de tudo e de todos que jamais deveria ser ignorada por quem quer que seja. Um pensamento da própria autora. “Água, se ela for toda poluída ou chegar a faltar aqui ou lá, será um poder tão forte, capaz de igualar todas as gentes. Não haverá ricos nem pobres, opressores e oprimidos, ignorantes ou sábios, vencidos ou vencedores. Todos, humanos e não humanos se tornarão miseráveis perdedores”. Esse é um recado que a pesquisa quer transmitir depois de juntadas todas as peças, seja dos estudos anteriores com os quais dialoguei, como também das conversas, dos encontros, das vivências desse caminho de vida, de fé, de lutas e de tantas histórias.

As comunidades desse território tradicionalmente ocupado e cuidado por elas, lutaram com bravura até conseguir através de um decreto federal, o direito de continuarem executando suas práticas de bem viver em harmonia com o Cerrado. As experiências de desmantelamento desse mundo que vivenciaram após décadas de destruição advindo das empresas plantadoras de eucalipto, está sendo reconstituído a partir da estratégia de resistência e a conquista de 38,177 mil hectares de chapadas garantidas pela gestão participativa entre comunidades e governo federal.

Nas minhas avaliações de tudo que ouvi, pude concluir que, por mais penoso que pareça ser o processo de gestão de uma unidade de conservação, no caso dos Geraizeiros aqui dessa região, nada se compara ao desgaste, angústias e as tensões vividas pelas comunidades nesses mais de dez anos antes de sua criação. Isso não quer dizer que os conflitos acabaram por completo. Como ficou evidente após a realização desta pesquisa, eles existem. Mas as perseguições às lideranças comunitárias e às organizações parceiras foram encerradas com o decreto de criação da RDS/NG.

Atualmente a equipe que faz a gestão da RDS tem informado que alguns moradores de comunidades que estão em locais mais distantes, fora do perímetro da RDS/NG, cujas áreas foram ocupadas pelas empresas do eucalipto e pedreiras tem desejado estarem inclusas nesse projeto de proteção pela RDS/NG. Esses povos perderam suas nascentes, sobrevivem de água de poços artesianos de maneira racionada. Isso demonstra o quanto foi importante a ação estratégica dessas comunidades Geraizeiras desse território. Que tudo isto sirva de exemplo para que o medo, a desunião não venha ofuscar iniciativas que libertam.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.
- BARRETTO FILHO., Henyo. Trindade. Os predicados do desenvolvimento e a noção de autoctonia. **Tellus**. vol. 10, ano 6, p. 11-21, 2006. Disponível em: [ftp://neppi.ucdb.br/pub/tellus/tellus10/tl10henyo\\_barretto.pdf](ftp://neppi.ucdb.br/pub/tellus/tellus10/tl10henyo_barretto.pdf). Acesso em: 24/05/2023.
- BIDIMA, Jean-Godefroy. **Da Travessia**: contar experiência, partilhar o sentido. 2002 (mimeo).
- BISPO DOS SANTOS, Antônio. As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético. In: **Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal**. São Paulo: **Autêntica**, p. 23-35, 2019.
- BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília: MMA, 2011.
- BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. **Ecologismo dos Gerais**: conflitos socioambientais e comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. A rede-movimento social dos Geraizeiros do Norte de Minas. In: **Anais do VI Encontro Nacional da Anppas**. Belém, 2012.
- BURSZTYN, Marcel; BURSZTYN, Maria Augusta. **Fundamentos de política e gestão ambiental** – Caminhos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. **Revista de Antropologia**. vol. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. Os Involuntários da Pátria: elogio do subdesenvolvimento. **Caderno de Leituras**, n. 65, p. 1-9, 2017.
- CORREIA, João Roberto. **Relações entre o conhecimento de agricultores e de pedólogos sobre solos**. Tese (Doutorado em Agronomia), Seropédica: Faculdade

- de Agronomia e Ciência do Solo, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2005.
- CORREIA, João Roberto.; BUSTAMANTE P. G.; EMPERAIRE L.; MITJA D. Desafios da pesquisa participativa e restituição em projeto de pesquisa junto a pequenos agricultores. Estudo de caso: Projeto Rio Pardo, Embrapa/Brasil. **Dossier. Sciences participatives et restitution**, 2013.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e científico. **Revista USP**, São Paulo, n. 75, p. 76-84, setembro/novembro de 2007.
- D'ANGELIS, João; DAYRELL, Carlos. Ataque aos Cerrados: a saga dos Geraizeiros que insistem em defender o seu lugar. **Cadernos do Ceas** (Centro de Estudos e Ação Social). Salvador, abril/junho de 2006.
- DAYRELL, Carlos Alberto. **Geraizeiros e biodiversidade no norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agrossistemas tradicionais**. Dissertação (Maestria em Agroecologia y Desarrollo Rural Sostenible). Espanha: Universidad Internacional de Andalucía, Sede Ibero Americana, 1998.
- DAYRELL, Carlos Alberto. **Rebeldia nos Sertões**. Articulação Nacional de Agroecologia, Rio de Janeiro, 07 mai. 2012. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/2012/05/07/rebeldia-nossertoes-por-carlos-alberto-dayrel>>. Acesso em: 09/03/2020.
- DAYRELL, Carlos Alberto. **De nativos e de caboclos: reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social). Unimontes, 2019.
- DE MELO, Ana Paula Gomes *et al.* Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras: uma experiência de resistência e etnoconservação no Norte de Minas Gerais. In: **IDeAS**. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2021. p. 3.
- DUARTE, J. C. **Relatório de caracterização ambiental da área do Areião e Vale do Guará, municípios de Rio Pardo de Minas, Vargem Grande do Rio Pardo e Montezuma/MG: Estudos para criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável no Bioma Cerrado/Bacia do São Francisco**. Belo Horizonte: MMA/SBF/Núcleo Cerrado e Pantanal, 2007.
- ESCOBAR, Arturo. **Territórios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”** Universidad de Carolina del Norte, Chapel Hill, North Carolina, USA. Ano 2015.
- EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**, 2008.
- EVARISTO, Conceição. “Da grafia – desenho de minha mãe: um dos lugares de nascimento de minha escrita” In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.). **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte, MG. Mazza Edições, 2007.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HISSA C. V. **Entrenotas: compreensões de pesquisa**. Editora UFMG, 2012.

- INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Editora Vozes Limitada, 2015.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um Xamã Yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade, processos e conflitos. **Série Antropologia**. Brasília: Universidade de Brasília, n. 322, 2002.
- MARONHAS, Maitê Edite Souza et al. Sementes. In: **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021, p. 683-692.
- MAZZETO SILVA, Carlos Eduardo. **Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato**. Belo Horizonte, 2007.
- MAZZETTO SILVA, Carlos Eduardo. Ordenamento territorial no Cerrado Brasileiro: da fronteira monocultora a modelos baseados na sociobiodiversidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 19, p. 89-109, jan./jun. 2009. Editora UFPR.
- MAZZETO, Carlos Eduardo. **Relatório de caracterização sócio-econômica das comunidades da área do Areião e Vale do Guará. Municípios de Rio Pardo de Minas, Vargem Grande do Rio Pardo e Montezuma/MG**. MMA/SBF/Núcleo Cerrado e Pantanal Projeto PNUD BRASIL-00/021 Microrregião 2 – Área 2 – Rio Pardo de Minas/MG.
- MATURANA, Humberto, **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- MAZER, Simone, **Potencial produtivo de plantas de importância socioeconômica da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras, Minas Gerais, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais). Universidade de Brasília, 2016.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, vol. 26, n. 74, p. 51-64, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10624/12366>. Acesso em: 24/05/2023.
- NOGUEIRA, Mônica C. R. **Gerais a dentro a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais**. Brasília: Mil Folhas, 2017.
- OLIVEIRA, Moisés Dias de. **Autodefinição identitária e territorial entre os Geraizeiros do Norte de Minas Gerais: o caso da comunidade Sobrado**. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais). Universidade de Brasília, 2017.
- PASTORAL PAULUS. Bíblia Sagrada, 1990.
- RITÉ, Cosme (Chavante). **Uso do território a partir do modo de ser A`uwê Marãiwatsédé – Ti`a na dahoimanadzé Wahi`rata nori tsi Marãiwatsédé**

- hoimandzébdzo hã. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais). Universidade de Brasília, 2017.
- SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (partes I e II). **Mana**, vol. 3, p. 103-150, 1997.
- SILVA SANTOS, Elvia Cristina, Professores leigos na cidade de Serra Preta Bahia, 1980. In: **Anais dos Seminários de Iniciação Científica**, 2018.
- SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**; tradução. Roberto G Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.
- TENÓRIO, Edel Nazaré de Moraes. **Resex Terra Grande - Pracuúba: (Re)conhecer saberes locais para a transgressão da gestão de unidade de conservação no cuidado do território de uso comum**. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais). Universidade de Brasília, 2017.
- TEIXEIRA, Thaís Helena. **“O gerais é de quem nele mora, não de quem o explora”**: a ação coletiva pela terra comum dos geraizeiros do Norte de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, 2017.
- VIEIRA, Aremita Aparecida *et al.* Alto Rio Pardo–Semiárido Mineiro. In: Articulação nacional de agroecologia. **Olhares agroecológicos: análise econômicoecológica de agroecossistemas em sete territórios brasileiros**, vol. 1, p. 92-125, 2017.

**APÊNDICE 1 - TABELA DE PESSOAS OUVIDAS DURANTE A PESQUISA**

<b>NOME</b>	<b>IDADE</b>	<b>COMUNIDADE</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>DATA</b>
José da Silva	49 anos	Roça do Mato	Montezuma	09/08/2022
José Arnaldo Gonçalves	46 anos	São Bartolomeu	Montezuma	09/08/2022 10/08/2022
Fabília Santarém	22 anos	Roça do Mato	Montezuma	09/08/2022
Paulo José Soares	64 anos	Roça do Mato	Montezuma	09/08q2022
Josiely Aparecida Silva	32 anos	Roça do Mato	Montezuma	21/08/2022
Antônio de Brito, (popular Curiango)	68 anos	Vargem da Salina	Montezuma	10/08/2022
Valdeci Pereira Pardim	78 anos	Roça do Mato	Montezuma	09/08/2022
Ângela Maria Soares Pardim	47 anos	Roça do Mato	Montezuma	09/08/2022
Antonio José da Silva	76 anos	Roça do Mato	Montezuma	21/08/2022
José Pereira Pardim	60 anos	Roça do Mato	Montezuma	21/08/2022
Laurita Cardoso Pardim	57 anos	Roça do Mato	Montezuma	21/08/2022
Neli Soares Santos	52 anos	Vale do Guará	Vargem Grande do Rio Pardo	21/08/2022
Davi Ferreira dos Santos	49 anos	Vale do Guará	Vargem Grande do Rio Pardo	21/08/2022
Deli Mendes de Oliveira	-	Furnas/Sítio Novo	Vargem Grande do Rio Pardo	16/03/2023
João Ribeiro de Araujo	57 anos	Água Boa II	Rio Pardo de Minas	28/01/2023
Oscar Moraes	68 anos	Mandacarú	Montezuma	12/02/2023
Sizínia dos Anjos Brito	41 anos	Água Boa II	Rio Pardo de Minas	28/01/2023
Mauro Braga (ex gestor chefe da RDS/NG)		Reserva extrativista de Cassurubá	Caravelas, Bahia	19/04/2023
Aristides Mendes de Oliveira		Furnas/Sítio Novo	Vargem Grande do Rio Pardo	16/03/2023
Eusa Ferreira Agostinho	59 anos	Água Boa II	Rio Pardo de Minas	28/01/2023
Neusita Ferreira Agostinho (ativista Geraizeira e membro da equipe gestora da RDS/NG)	39 anos	Água Boa II	Rio Pardo de Minas	25/07/2022 28/01/2023
Rosilene Ribeiro de Oliveira Santos	42 anos	Água Boa II	Rio Pardo de Minas	28/01/2023
Marinalva Agostinho Costa	46 anos	Água Boa II	Rio Pardo de Minas	28/01/2023
Antônio José Agostinho	70 anos	Água Boa II	Rio Pardo de Minas	28/01/2023
Clarice Ribeiro Agostinho	19 anos	Água Boa II	Rio Pardo de Minas	28/01/2023

Isaurina de Oliveira	47 anos	Mandacaru	Montezuma	31/05/2022 11/10/2022
----------------------	---------	-----------	-----------	--------------------------



# ANEXO 1 – AUTORIZAÇÃO PARA ATIVIDADES COM FINALIDADE CIENTÍFICA



Ministério do Meio Ambiente - MMA  
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio  
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

## Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 84268-1	Data da Emissão: 27/07/2022 17:42:36	Data da Revalidação*: 27/07/2023
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

### Dados do titular

Nome: MARIA LUCIA DE OLIVEIRA AGOSTINHO	CPF: 507.341.806-91
Título do Projeto: ESTRATÉGIAS GERAIZEIRAS DE DEFESA TERRITORIAL E DAS ÁGUAS NO NORTE MINEIRO: O CASO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NASCENTES GERAIZEIRAS	
Nome da Instituição: Fundação Universidade de Brasília	CNPJ: 00.038.174/0001-43

### Observações e ressalvas

8	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
9	Esta autorização NÃO exige o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
10	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade.

### Outras ressalvas

1	Qualquer atividade da presente pesquisa que necessite de apoio do ICMBio deverá ser solicitada à gestão da RDS Nascentes Geraizeiras com o mínimo de 15 dias de antecedência, através do e-mail: rdsng@icmbio.gov.br, com todo o detalhamento necessário (data, tipo de atividade e tipo de apoio).	RDS Nascentes Geraizeiras
---	---	---------------------------

### Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Descrição do local	Município-UF	Bioma	Caverna?	Tipo
1	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras	MG	Cerrado	Não	Dentro de UC Federal

### Atividades

#	Atividade	Grupo de Atividade
1	Pesquisa socioambiental em UC federal	Dentro de UC Federal

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet ([www.icmbio.gov.br/sisbio](http://www.icmbio.gov.br/sisbio)).

Código de autenticação: 0842680120220727

Página 2/3